

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**OCUPATESE: ENSAIOS SOBRE ATIVISMO
CARIOCA À LUZ DE JUNHO DE 2013**

FELIX AUGUSTO JACOBSON BERZINS

Niterói, Rio de Janeiro
Agosto/2018

FELIX AUGUSTO JACOBSON BERZINS

**OCUPATESE: ENSAIOS SOBRE ATIVISMO
CARIOCA À LUZ DE JUNHO DE 2013**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

ORIENTADORA: KATIA AGUIAR

Niterói, Rio de Janeiro
Agosto/2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

B482o Berzins, Felix Augusto Jacobson
Ocupa tese: ensaios sobre ativismo carioca à luz de junho de 2013 / Felix Augusto Jacobson Berzins ; Katia Faria de Aguiar, orientadora. Niterói, 2018.
162 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2018.d.10920841775>

1. Ativismo. 2. Jornadas Junho. 3. Movimentos Sociais. 4. Ocupações Urbanas. 5. Produção intelectual. I. Título II. Aguiar, Katia Faria de, orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Psicologia.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

FELIX AUGUSTO JACOBSON BERZINS

**OCUPATESE: ENSAIOS SOBRE ATIVISMO
CARIOCA À LUZ DE JUNHO DE 2013**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Aprovado em 24 de agosto de 2018,

Profa. Kátia Faria de Aguiar- Orientadora- UFF

Profa. Heliana de Barros Conde Rodrigues- UERJ

Profa. Adriana Rosa Cruz Santos- UFF

Profa. Estela Scheinvar- UERJ

Profa. Raphaella Fagundes Daros - FAMATH

Niterói, Rio de
Janeiro
Agosto/2018

Resumo

A presente tese propõe um exercício de reflexão sobre os diferentes modos de militância e ativismo no presente, tendo como principal pano de fundo as Jornadas de Junho de 2013 e diversas ocupações urbanas. Utilizando-se do formato de ensaios, traz reflexões e problematizações sobre táticas, estratégias e ferramentas ativistas criadas, vivenciadas e atualizadas por sujeitos e coletivos atuantes em tais eventos. Os ensaios expostos contam do percurso do pesquisador em atividades de ativismo do Rio de Janeiro, no recorte temporal de 2011 à 2018, passando por cenários como ocupações, fanfarras ativistas e manifestações de rua. Tal percurso privilegiou o contato com movimentos políticos intitulados, ainda que de forma não unânime, autonomistas. Tais movimentos são caracterizados pela crítica à democracia representativa; constante recusa de direcionamento de suas ações por partidos políticos; diversidade de estratégias e táticas de mobilização; preferência pela horizontalidade como estética organizacional em contraposição a verticalidade; e preferência pela ação direta em detrimento da elaboração de demandas ao estado. O presente trabalho busca ainda explicitar os deslocamentos provocados por tais mobilizações no campo da militância e ativismo, assim como pensar em suas potencialidades e dificuldades. A pesquisa é elaborada em constante diálogo com o pensamento de Felix Guattari; com o marco teórico da filosofia da diferença, construído no encontro deste com o filósofo Gilles Deleuze; com diversos escritos e conceitos de pensadores do movimento institucionalista, como René Lourau e George Lapassade; e com conceitos e análises dos italianos Antonio Negri e Mauricio Lazzarato, especialmente na temática dos movimentos de resistência contemporâneos.

Palavras chave: Jornadas de Junho; Ativismo; Ocupação; Insurgência; Resistência; Devir-Revolucionário

Abstract

This thesis proposes an exercise of reflection on the different modes of militancy and activism in the present days, having as main background the Days of June of 2013 and diverse urban occupations. Using the essays format, it brings reflections and problematizations about created tactics, strategies and activist tools, experienced and updated by active individuals and groups in such events. The exposed essays tell of the trajectory of the researcher in activism activities in Rio de Janeiro, from 2011 to 2018, passing through scenarios like occupations, fanfares, as cultural activism and street demonstrations. This journey privileged the contact with, although of no unanimous way, the so called autonomists political movements, which are characterized by the criticism of representative democracy; constant refusal to direct their actions by political parties; diversity of strategies and mobilization tactics; preference for horizontality as organizational aesthetics versus verticality; and preference for the direct action instead of the elaboration of demands on the Government. The present work also seeks to explain the displacements provoked by such mobilizations in the field of militancy and activism, as well as to think about their potentialities and difficulties. The research is elaborated in constant dialogue with the thought of Felix Guattari; with the theoretical framework of the Philosophy of Difference, built in his encounter with the philosopher Gilles Deleuze; with diverse writings and concepts of thinkers of the institutionalist movement, like René Lourau and George Lapassade; and with concepts and analyzes of the Italians Antonio Negri and Maurizio Lazzarato, especially on the theme of contemporary resistance movements.

Keywords: June Journeys; Activism; Occupy; Insurgency; Becoming-revolutionary.

Resumen

La presente tesis propone un ejercicio de reflexión sobre los diferentes modos de militancia y activismo en el presente, teniendo como principal paño de fondo las Jornadas de Junio de 2013 y diversas ocupaciones urbanas. Utilizándose formatos de ensayo, presenta reflexiones y problematizaciones sobre tácticas, estrategias y herramientas activistas creadas, vivenciadas y actualizadas por sujetos y colectivos actuantes en tales eventos. Los ensayos expuestos hablan del trayecto del investigador en actividades de activismo en Rio de Janeiro, en un recorte temporal entre el año 2011 y el 2018, pasando por escenarios como ocupaciones, fanfarreas activistas y manifestaciones en la calle. Tal trayecto privilegió el contacto con movimientos políticos intitulados, aunque de forma no unánime, autonomistas. Tales movimientos se caracterizan por la crítica a la democracia representativa; constante rechazo al direccionamiento de sus acciones por partidos políticos; diversidad de estrategias y tácticas de movilización; preferencia por la horizontalidad como estética organizacional en contraposición a la verticalidad; y preferencia por la acción directa en detrimento de la elaboración de demandas al estado. El presente trabajo busca explicitar los desplazamientos provocados por tales movilizaciones en el campo de la militancia y el activismo, así como pensar en sus potencialidades y dificultades. La investigación es elaborada en constante dialogo con el pensamiento de Felix Guattari; con el marco teórico de la filosofía de la diferencia, construido en el encuentro de éste con el filósofo Gilles Deleuze; con diversos escritos y conceptos de pensadores del movimiento institucionalista, como René Lourau y George Lapassade; y con conceptos y análisis de los italianos Antonio Negri y Maurizio Lazzarato, especialmente en la temática de los movimientos de resistencia contemporáneos.

Descriptores clave: Jornadas de Junio; Activismo; Ocupación; Insurrección; Devenir Revolucionario

Agradecimentos

Os cinco anos de pesquisa de doutorado foram habitados por muitos parceiros, cúmplices, aliados e amigos. Impossível lembrar de todos, mas mais impossível ainda é não prestar agradecimentos aqueles que foram fundamentais para que o presente trabalho acontecesse. Em primeiro lugar, agradecimentos à querida orientadora Kátia. Não consigo imaginar como seria a percurso dessa pesquisa sem os seus constantes incentivos e apostas. Desde minha entrada no doutorado foi uma aliada de pensamento e maquinações de outros mundos possíveis, dando suporte teórico e afetivo para que essa pesquisa voasse por seus próprios caminhos. Além do suporte em orientações pessoais, parcerias de sala de aula e falas políticas cortantes, conseguiu cultivar um grupo de pesquisa habitado por intensos afetos e parcerias que sustentou minha trajetória ao longo do doutorado.

Aos meus pais, Cynthia e Gerson, que nunca se furtaram de me incentivar e apoiar durante toda vida. Um suporte que foi decisivo para a entrada no doutorado e, principalmente, no difícil processo de conclusão. Não só agradeço como dedico essa tese a eles, que desde cedo cultivaram em mim o amor pela leitura, constantemente me incentivando à escrita e todas outras possíveis formas de expressão.

À Luiza. Difícil mensurar em palavras a importância do seu apoio, em diversas etapas. Agradeço pela parceria de vida, cumplicidades, trocas, farras, afetos e viagens (de bicicleta, internacionais e as do pensamento). Esteve presente em todas as modulações deste trabalho, acompanhou diversas atividades aqui expostas, leu, releu, e leu de novo meus escritos e, no momento em que eu estava certo de desistir do doutorado, se fez ainda mais presente. Definitivamente se não fosse sua parceria essa tese não seria concluída.

À minha irmã Lorena. Pela sua criatividade inspiradora, presença, preocupação e cuidados constantes. Eterna incentivadora de qualquer plano mirabolante e uma contagiante entusiasta da vida.

Agradeço cada um que compôs o grupo de pesquisa durante esse período. Cada qual com sua contribuição, tornando o fazer a pesquisa uma ação prazerosa. Em especial ao Gabriel, Vanessa, Rapha, Luiza (novamente) e Dani. Com vocês, pensar em outros modos de vida se tornou muito mais palpável.

Agradeço também às diferentes parcerias que foram sendo feitas nos últimos anos, e que carrego com muito carinho. Alê, Sassá, Isa, Maria Carolina e tantos outros. Foram a partir de diferentes encontros com esses amigos que a tese foi tomando corpo. Nesse sentido, agradecimentos especiais à Adriana Molas, pelas inúmeras orientações espontâneas, leituras generosas e encontros potentes ao longo dos últimos cinco anos.

Agradeço também a banca como um todo, pela generosidade de se disponibilizar à participar da defesa, lendo meus escritos e compondo com o exercício de pensamento. Particularmente, agradeço a Heliana, uma de minhas primeiras intercessoras que possibilitaram o apaixonamento por outro tipo de psicologia. Tê-la na banca de doutorado é um imenso privilégio; à Adriana, pela parceria na avaliação e também durante o período em que fomos colegas de departamento; e Raphaella, que acompanha minha pesquisa desde o início do doutorado e sempre se dispôs à todo e qualquer auxílio.

Por último, agradeço aos meus novos colegas de trabalho, da Residência Multiprofissional em Saúde da Família, da ENSP/FIOCRUZ. Compartilhar com vocês o aprendizado do cuidado e a aposta no SUS tem sido inspirador. Um agradecimento em especial a minha equipe que atua no Jacarezinho, por segurar as pontas nas últimas semanas de escrita dessa Tese, quando fez-se necessário um certo afastamento meu de nossas atividades coletivas.

Sumário

Introdução.....	9
Memorial de trajetórias e errâncias nas cenas ativistas.....	18
Jornadas de Junho.....	40
Aqui tem um bando de nômades: Carta à Guattari.....	51
Contágios Insurgentes- relato 1.....	61
Multiplicação das bordas.....	64
Contágios Insurgentes- relato 2:.....	72
Black Bloc e os novos movimentos sociais.....	78
Contágios Insurgentes- relato 3:.....	88
A potência dos velhos corpos frágeis.....	90
Quando o Estado falha e o jeito é travar.....	93
Contágios Insurgentes- relato 4:.....	97
Fanfarras e festas.....	105
Crackudagem e processos de formação.....	110
Carta a Guattari 2:.....	117
Contágios Insurgentes- relato 5.....	125
Ocupa Tudo.....	126
Sistemas Agroflorestais e a Política Monocultural.....	136
Contágios Insurgentes- relato 6:.....	146
Considerações finais.....	149
Referências Bibliográficas.....	157

INTRODUÇÃO

Quando nos dispomos a discutir sobre resistência/elocubrações antisistêmicas/ações ativistas é preciso lembrar constantemente que a invenção de novos modos de se viver partem, majoritariamente, dos agenciamentos contra-hegemônicos. **A primazia é da resistência.** Esse predicado, fundamentado no pensamento de autores como Guattari, Deleuze, Foucault e Negri, é o fundo que sustenta todo esse escrito. Os modos hegemônicos de viver produzem cotidianamente a vida e até, em alguns aspectos, conseguem ser inventivos. Mas esse trabalho parte do pressuposto que os modos hegemônicos, de forma geral, *reproduzem*, enquanto que a resistência (aqui penso resistência como todo tipo de agenciamento que não quer se conformar ao já dado) procura, insistentemente, dar vazão aos seus desejos que já não se satisfazem nas estruturas e formas de viver disponíveis a serem consumidas. Por isso, *produzem* novas possibilidades de vida. É dos inconformados e marginais que surgem experimentações de outros modos de vida, outras formas de agenciamento consigo próprio, com a sociedade, com o outro e com a natureza. Uma vez que são modos fora-do-padrão, podemos pensar, junto com Lapoujad e Deleuze, que são os modos “aberrantes” de se viver (LAPOUJAD, 2015). Modos anormais. Materializados em situações individuais e coletivas.

As estruturas sociais já consolidadas (instituídas, estratificadas) dispõem de lugares e papéis prontos a serem ocupados. Não importa muito quem ocupe esse espaço, os efeitos serão os mesmos. O indivíduo é só uma pequena engrenagem que faz funcionar a grande *Máquina Social* (LAZARRATO, 2014). O lugar do professor, o lugar do governador, do líder, do presidente, do trabalhador proletariado, do residente de saúde, dentre tantos outros. Para além dos lugares e papéis ‘bem sucedidos’ aos olhos da sociedade, a máquina social também abarca na sua lógica os lugares e papéis dos excluídos, dos marginais, dos imigrantes e até de militantes e ativistas contra-hegemônicos¹. O campo social já está estratificado, de forma que buscar, constantemente, organizar sobre seu guarda-chuva da estratificação todas as expressões possíveis de vida. Não existe um fora absoluto, mesmo o sujeito mais ermitão já é absorvido e tem sua função social para o sistema. Os imigrantes ilegais, que estão fora do

¹ “O papel do militante ou ativista é apenas um desses papéis, e nesse sentido, apesar de toda a retórica revolucionária que existe nesse papel, ele reside em última instância no conservadorismo. (...) –ativismo é uma forma aceita de dissidência” (LUDD, 2002, p.36)

sistema legal/burocrático, ainda sim têm sua importância e função na cadeia produtiva do sistema econômico². Percebemos que toda resistência a esse sistema não tem como achar sua afirmação fora dele. É a partir dele, ou melhor, dentro dele, que se criam os buracos, as brechas. Não existe um lugar fora de tudo isso, mas nem por isso deixamos de ter espaços de resistência, autonomia e liberdade.

Os autores que embasam o chão filosófico-conceitual dessa tese são Felix Guattari e Gilles Deleuze. Junto deles, outros pensadores cruciais do movimento institucionalista: Lourau e Lapassade. Foucault, mesmo sem se materializar de forma expressiva na bibliografia final, acaba sempre aparecendo, incomodando, cutucando, e, por isso, seria muito injusto dizer que ele não faz parte desse chão também. Saindo um pouco da zona francesa, esse chão também é composto pelo pensamento dos italianos Antonio Negri e Maurizio Lazzarato. Todos esses intelectuais têm me acompanhado e orientado meu pensamento e pesquisa desde o final da graduação em psicologia. Ao longo do trabalho seus conceitos serão utilizados para ajudar a desvelar tensionamentos e problematizações do campo de pesquisa.

Quais são as marcas que esse chão de pensadores e pensamentos imprimem nesse trabalho? Uma premissa fundamental é que nada é natural, tudo é construído, e, por isso mesmo, passível de ser reconstruído. Um posicionamento claramente antipositivista. Porém, mesmo sendo construções artificiais, não deixam de imprimir **efeitos** concretos na realidade:

Os analistas franceses da vertente socioanalítica preferem os efeitos às leis. Mediante tal privilégio, fazem decidida opção antipositivista: ao contrário da lei científica, em que o ver faculta o prever-preceito sintetizável pela fórmula “assim tem sido, assim será”- , o efeito está invariavelmente ligado à preservação, deliberada ou involuntária, de determinadas condições (institucionais) de efetuação! Efeitos são contingências repetidas, não legalidades universais às quais estejamos, sem escapatória, submetidos ou sujeitados”. (RODRIGUES, 2002)

Nada é natural, mas também não sejamos ingênuos. Mesmo não sendo natural, não deixam de existir padrões, reproduções contínuas dos modos de existir, que fazem com que nos relacionemos conosco mesmo, com os outros e com o mundo não-humano de uma forma pré-modelada e hegemonicamente difundida pelo socius. Essa concepção dos modos de

² Mezzadra e Neilson (2013) abarcam a discussão sobre a função e relevância dos imigrantes ilegais para o sistema econômico e social e um país no seu livro *Borde as method: or the multiplication of the labor*.

viver são, para os autores aqui referenciados, efeitos produzidos pelas máquinas sociais, pelas práticas cotidianas, pelos dispositivos e pelas instituições. Não são naturais, mas nem por isso deixam de imprimir a realidade.

Temos, então, duas afirmações que sustentam esse trabalho. 1º: A primazia da criação vem da resistência. 2º: Nada é natural. Pressupostos complementares: se reproduzimos nossos modos hegemônicos de vida, e nessa reprodução somos coparticipantes das grandes máquinas sociais que imprimem efeitos materiais na sociedade, o exercício de recusa a essa reprodução implica na criação de outros modos de vida. Primazia da resistência no ato criativo. A necessidade de *devir* outro não vem daquilo que se satisfaz em reproduzir o mesmo. O que pulsa o desejo de ser e estar de forma diferente no mundo, que deseja se agenciar de outras formas, não é o que se supre na reprodução dos agenciamentos dados.

Primeiras premissas dadas: Nada é natural-primazia criativa da resistência. A partir daí, sempre quis entender/pensar/pesquisar/contribuir com as resistências. Não me vejo nas coisas já dadas. E as poucas oportunidades que tive de criar algo novo a partir de um desejo coletivo imprimiram em mim a convicção que é à essa resistência criativa que quero me agenciar. Nada mais coerente, então, do que usar do desejo como norteador dos caminhos de pesquisa. Colocar o desejo como propulsor da ação de pensar e investigar. Afirmar a centralidade do desejo no desenvolvimento de uma atividade é uma aposta de pesquisa, mas também uma aposta de um tipo de ativismo político, do qual coloca o desejo³ como norteador da ação política. Guattari e Deleuze afirmavam essa aposta também, e seus escritos foram guiados nesse sentido: a análise do desejo na composição social. Como consequência da inscrição do desejo no campo social emerge a conceituação de Produção de Subjetividade, rompendo de vez com a individualização, particularização e familiarismo que tradicionalmente acompanham os conceitos de desejo e subjetividade, ao menos no âmbito das teorias psicológicas tradicionais.

Subsidiado por essa construção de pensamento, pensar os movimentos de resistência a partir da área de conhecimento da psicologia deixa de ser restrito a uma análise focada no indivíduo, abrindo oportunidades para pensar o desejo e a produção de subjetividade como uma construção coletiva. Esse movimento de pensamento foi bastante aprofundado principalmente por Felix Guattari, que em sua trajetória circulou no meio ativista, não se furtando de pensar criticamente o campo da militância. Guattari constantemente “reivindica a

³ “O desejo nada tem a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado.” (DELEUZE, GUATTARI, 2007, p. 78)

produção de subjetividade como prática e preocupação central de um novo modo de ação e organização política” (LAZZARATO, 2014, p. 19). No prefácio do livro “Psicanálise e Transversalidade”, Deleuze fala de Guattari. Fala de seu movimento de reflexão, dos seus pontos de tensão, problematizações, fala daquilo que preocupa e ocupa Guattari. E como um bom filósofo, consegue destrinchar a lógica que rege (ou regia até aquele momento de escrita) Guattari. Relendo esse texto, *Três problemas de grupo* (DELEUZE, 2004), vejo o meu atual problema/objeto/pergunta/tema de pesquisa escrito muito mais claramente do que eu mesmo conseguiria escrever:

“Como pode um grupo sustentar seu próprio desejo, pô-lo em conexão com os desejos de outros grupos e os desejos de massa, produzir os enunciados criadores correspondentes e implantar as condições, não de sua unificação, mas de uma multiplicação propícia a enunciados de ruptura? (...) É evidente que a máquina revolucionária não pode contentar-se com lutas locais e pontuais: hiperdesejante e hipercentralizada, ela deve ser tudo isso ao mesmo tempo. Logo, o problema tem a ver com a natureza da unificação que deve operar transversalmente, mediante uma multiplicidade característica do desejo. Em primeiro lugar isso significa que a unificação deve ser a de uma máquina de guerra, não um aparato do Estado. (...) Significa, em segundo lugar, que a unificação deve ser realizada por meio da análise, deve ter um papel de analisador com relação ao desejo de grupo ou de massa, em vez de um papel de síntese que opere por racionalização, totalização, exclusão etc. O que é uma máquina de guerra em oposição a um aparato de Estado; o que é uma análise ou analisador do desejo em oposição às sínteses pseudo-rationais e científicas; eis as duas grandes linhas que marcam segundo Guattari a tarefa teórica a ser realizada atualmente” (DELEUZE. 2004, p. 13)

A afirmação do desejo como motor da ação política aparecerá transversalmente em quase todos os escritos dessa tese. Isso porque entendo que as mobilizações políticas aqui explicitadas falam de atos de afirmação do desejo, não de atos racionalizados e programados. Com isso não se afirma que todas as ações descritas são espontâneas (ainda que muitas sejam). Afirma-se que são ações movidas pela vontade de agir. Pela sensação irresistível do aumento de potência que imprime nos corpos a necessidade da ação. “Tendo a tendência em acreditar na realidade de nossos desejos, não tínhamos como resistir a tentação [de agir]” (LUDD, 2002, p. 20) Conforme aponta Lazzarato, ao falar do desejo para Guattari e Deleuze, “O desejo é sempre identificável pela impossibilidade que ele transpõe e das novas possibilidades que ele cria” (LAZZARATO, 2014, p. 49). Por isso o desejo é revolucionário, e deve ser colocado como conceito operador para pensar contextos de insurgência e mobilizações ativistas. Outros pesquisadores contemporâneos, que dividem a experiência de

vivenciar o mesmo contexto histórico de ativismo carioca, também têm se feito perguntas a respeito da relação entre desejo e militância, dando continuidade às problematizações de Guattari e Deleuze:

Tudo isso dito, pulamos para as perguntas que... pululam novamente: como então não submeter outros coletivos de esquerda, ou então colegas, companheiros, ao 'nosso' desejo e nem ao 'nosso' poder, desenfeitando-nos dessas tendências narcísicas, ensimesmadas? Como, nos nossos diferentes espaços de atuação, não nos assujeitarmos, submissos, tristes, impotentes, ao poder ou desejo de outrem, e subverter isso de forma a urdir algo outro: uma espécie de relação que comporte tanto composição quanto paradoxo, não sei, algo de movimento, uma arte de agir de tal modo a abrir possibilidades e experimentar sem cair na inconsequência e na ingenuidade? (SOUZA, 2016, p. 104)

Os impasses e tensões em busca de modos mais potentes de ativismo se presentificam constantemente, seja no contexto Francês de 1968 (no qual emergiu e consolidou o pensamento institucionalista), seja no contexto Brasileiro de 2013. O presente trabalho pretende utilizar das denominadas *Jornadas de Junho*⁴, ocorridas em todo Brasil em junho de 2013, para pensar tais questões. Porém, as jornadas não são o único objeto de pesquisa. Talvez seja mais correto afirmar que as Jornadas de Junho sejam o centro gravitacional da pesquisa, pois as diferentes discussões, ensaios e relatos aqui escritos hora ou outra voltam a trazer as manifestações de junho para o diálogo. Por isso o subtítulo da tese: ensaios sobre militância carioca à luz de junho de 2013. Esse momento da história, junho de 2013, foi de tamanha efervescência e produção social instituinte que é praticamente impossível esgotá-lo. Impossível entendê-lo por completo, ou então explicá-lo em sua totalidade. Sempre haverá algo que escapa, e esse trabalho é somente um dentre muitos que se propõem a pensar a ação política usando de situações e acontecimentos emergentes naquele período para pensar o presente.

⁴ No presente trabalho decidi usar, majoritariamente, a expressão Jornadas de Junho para referendar as manifestações que ocorreram em todo país em junho de 2013. Entendo que há discussões a respeito dessa conceituação, porém, cinco anos após as manifestações essa expressão tem sido adotada amplamente entre pesquisadores e leigos. Logo, como forma de compor com o grande mosaico de escritos sobre esse evento faço a escolha por essa expressão.

OCUPATESE: Notas estéticas

O título da tese é pouco explicativo, e se aparenta lúdica, porém, é uma brincadeira séria, pois carrega uma preposição estética e metodológica. Em termos estéticos, trás a palavra Ocupa como destaque da tese. No início da pesquisa, a palavra Ocupa e suas variações (ocupar, ocupe, ocupação) ainda não era tão difundida como no presente. Claro, já haviam ocupações urbanas e rurais, porém, o imperativo Ocupe, ou o prefixo Ocupa (*ocupa-qualquercoisa*), começa a tomar corpo e ampla difusão a partir de 2013. E, no entendimento desse trabalho, a adoção generalizada desse vocábulo é um pequeno indicador da modulação dos modos de ativismo contemporâneos.

Primeiramente, Ocupa parece dar visibilidade à um atravessamento de cunho anarquista expresso na ideia da ação-direta, modulando, assim, o modo hegemônico de ativismo dos anos 80-90 expressos na luta pela reivindicação de direitos. Ocupa expressa também uma recusa ao funcionamento da democracia representativa e da representação como modo de organização política. Ocupe, ocupar (suas formas verbais), trazem o chamado para que se participe da coisa política, que cada um represente a si próprio. Um chamado para a radicalidade da democracia direta e, em muitos casos, da autogestão.

Seguindo ainda um atravessamento libertário, Ocupa diz de uma certa petulância, atrevimento, não reconhecimento da legitimidade das autoridades e espaços instituídos. Ocupa Câmara, Ocupa Cabral, Ocupa Golfe, Ocupa Wall Street: em todos esses casos a palavra ocupa precede um lugar (ou alguém) ao qual o coletivo se contrapõe. Nesses casos, a palavra Ocupa é quase uma negação à palavra que vem depois. Se substituirmos a palavra *ocupa* pela palavra *anti*, percebemos essa dimensão de negação: anti-Câmara, anti-Cabral, anti-Golfe, anti-Wallstreet. Porém, Ocupa não é somente a negação, mas uma aposta em outros usos possíveis. Não é apenas um movimento de denúncia ou pura negatividade; é também uma afirmação, uma positividade, uma proposta.

“O ‘não’ endereçado ao poder não é mais o ponto de partida de uma luta dialética, mas a abertura de um devir. Dizer ‘não’ constitui a forma mínima de resistência. E esta resistência deve-se abrir a um processo de criação, de transformação da situação, de participação ativa nesse processo”. (LAZZARATO, 2006, p. 21)

As Ocupa-escolas, ocorridas em 2015-2016 pelo Brasil, não eram anti-escolas, mas anti-modelos-de-escola-propostos. A aposta que outra escola é possível, e durante o pouco mais de um mês de ocupação, cada uma das ocupadas pôde vivenciar essa afirmação, viver

outros modos de se fazer e estar na escola: “Os secundaristas conceberam as ocupações como espaços democráticos e horizontais [...] por um simples desejo de que ali fosse um espaço diferente do que costumavam viver na escola” (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, 2016, p.128)

Sendo assim, OcupaTese segue essas sensibilidades. Não é uma anti-tese, mas um atrevimento a outros usos possíveis desse dispositivo acadêmico. Sua recusa a um modo acadêmico hegemônico não é pura negatividade, mas afirmação também. Da ciência também como arte. De uma escrita que busca menos explicar e codificar um acontecimento e mais fazer emergir os afetos deste. E de uma escrita que se importou menos em se deixar representar (por outros autores, pela necessidade de só falar aquilo que já foi falado, que já foi comprovado), e permitiu-se representar a si próprio, representar a experiência, vivência e afetos que atravessam o próprio corpo do pesquisador.

OCUPATESE: notas metodológicas.

OcupaTese, como proposta metodológica, nasceu ao final de 2013. O coletivo de pós-graduação que estava inserido (alunos sob orientação da profa. Katia Aguiar) pediu algum texto meu para discutirmos. Naquela circunstância, entre amigos e cúmplices, não senti a necessidade de ordenar o que já havia produzido, nem de criar uma linha de continuidade, mas queria uma liga entre eles. Não uma liga textual, um texto explicativo, narrativo, norteador de sentidos. A liga acabou sendo uma montagem estética, uma proposta metodológica e um nome: OcupaTese: portfólio de escritos. A proposta metodológica foi a seguinte: após a montagem dos textos (que não era só a escolha da sequência deles, mas um recorte de imagens e escritos de outrem sobrepostos, inspirado na montagem de fanzines), tirei xerox e entreguei um exemplar para cada pessoa do coletivo, com o compromisso de me devolverem o material com anotações por escrito, no próprio material impresso. Havia um original, colorido, com todos os recortes feitos manualmente. Esse original, quando recebi de volta, botei para circular de novo entre pessoas fora do grupo de pesquisa. Cerca de 10 pessoas diferentes receberam o portfólio original em mãos e colocaram suas impressões (de forma escrita ou mesmo em formas de arte).

Recebi de volta o original e as cópias ao longo de dois anos, e foi muito mais rico reler meus escritos com as anotações de outros. Mas um problema real se configurou a partir de então: como incorporar essas observações no texto? Claro que eram problematizações que eu deveria dar conta na própria escrita, mas existiam vozes muito singulares que expressavam

suas vivências, percepções, mas que também só faziam sentido em um dado contexto do qual eu, como amigo e parceiro de ações, conhecia. Esse problema metodológico se fez presente desde então, e tornou o fazer dessa tese um tanto quanto complicada. O meu percurso metodológico de pesquisa não foi delimitado por uma rigidez científica tradicional, no qual poderia identificar em um sujeito específico a fala ou discurso expresso aqui. Não poderia também reivindicar unicamente uma autoria própria, pois muito foi relatado a mim de forma espontânea, livre, sem consentimentos formais de pesquisa, mas em uma cumplicidade e abertura que autorizava seu uso. Outras *coletas de dados* foram feitas em vivências que eu não estava presentificado como pesquisador, mas sim como amigo de bar, parceiro de manifestação, ou até mesmo um anônimo compartilhando o fazer concreto de uma ação direta qualquer. Nem uma metodologia de registro pessoal sistemático foi possível. Meus diários de campo foram os diferentes cadernos e papéis que tinha a mãos, os inúmeros arquivos de texto com rascunhos e, principalmente, a memória afetiva que torna vivências e convívios passados lembranças ainda acessíveis a mente. Por isso todas as histórias do texto devem ser entendidas como vividas por personagens conceituais⁵, pois não há acuidade em apontar alguma fala ou comportamento nesse trabalho a um único sujeito. Nem os próprios relatos na primeira pessoa dizem respeito exclusivamente a mim. “Trata-se de ficção ou realidade? Não seria mais possível distinguir. Na contramão de construir uma pretensa identidade – seja do pesquisador ou de um objeto pesquisado – tal encontro insiste em confundir e dissolver um possível lugar de um EU que fala.” (REIS, 2015, p.16) A aposta é que minha subjetividade é o principal substrato dessa pesquisa. Não porque me acho relevante a ser pesquisado, mas porque entendo, ancorado no chão filosófico-conceitual já explicitado, que a subjetividade do pesquisador é um dos suportes materiais para aquilo que é pesquisado. E, mais que isso, entendo que a subjetividade coletiva da qual estou investigando me atravessa por completo e nada mais coerente então que assumi-la e colocá-la em análise, junto e misturado daquilo que escuto e vejo dos outros à minha volta.

Assumir que faço parte de um agenciamento coletivo faz com que de cara tenha que assumir um enviesamento de minhas pesquisas. Reconheço que a pesquisa é uma percepção particular e que por isso, possivelmente tendenciosa. Mas também assumo que não é só minha percepção. Não são conceitos que inventei, nem realidades que só eu vejo. Essa pesquisa, então, não se porta no sentido de capturar a totalidade da realidade, mas se propõe a afirmar uma aposta. A aposta de um presente singular que emerge, de maneira marginal, aberrante e

⁵ DELEUZE, GUATTARI, 1992.

até contraditória. Um presente que ora se expressa de maneira sutil, ora se expressa de maneira escandalosa. Por ser assim, não se apresenta de forma consistente o suficiente para ser vista com clareza aos olhos da ciência hegemônica, que necessita de coerência e regularidade para identificar, medir e catalogar um fenômeno. Entendo que é algo que resiste, e, por isso mesmo, deve ser afirmado. “É pela atenção ao fenômeno, por suas qualidades sensíveis, que eles se tornarão uma potência real, e não por sua coerência ideológica. A incompreensão, a impaciência e a negligência, eis o inimigos. O real é aquilo que resiste”. (COMITÊ INVISÍVEL, 2010, p. 233).

Além de fazer circular meus escritos para sofrerem intervenções de outras vozes, outra proposta metodológica dessa pesquisa foi inserir ao longo do trabalho alguns escritos de outros ativistas que vivenciaram e refletiram sobre as jornadas de 2013. São citações de Facebook, ou escritos de textos não acadêmicos (livros coletivos e cartilhas anônimas). Inserir alguns pequenos relatos na integralidade reforçam a ideia que esse trabalho é um produto coletivo, muito mais que um produto individual. Não foram poucas vezes que li escritos que tive a sensação que foram tirados de minha cabeça, reforçando a percepção que sim, faço parte de um agenciamento coletivo muito maior. Não sou somente produto desse meio, mas tampouco uma individualidade destacada dele. Essa mistura entre o que vem de mim e o que vem de outros também se expressa na falta de coerência da pessoa gramatical ao longo do trabalho, utilizando ora a primeira pessoa do singular, ora primeira pessoa do plural, ora a terceira pessoa.

Uma última ressalva metodológica: apesar da linearidade imposta pelo dispositivo tese, com seu sumário, numeração das páginas, começo meio e fim, definitivamente a escrita e o desencadeamento de ideias não foi linear. Alguns conceitos são citados antes de serem explicados, algumas cenas aparecem e somente depois vão fazer sentido. Outros escritos acabaram ficando suspensos, sem ligação explícita, como se estivessem fora do seu lugar. Manter assim também foi uma escolha e reflete um pouco a confusão da pesquisa, que reflete um pouco a confusão das Jornadas de Junho. Ao fim desses anos de doutorado, talvez, o maior achado foi perceber que o modo de funcionamento da pesquisa refletiu muito o modo de funcionamento das manifestações de Junho. E, mais que simplesmente Junho, reflete um modo de funcionamento de certa movimentação ativista que quero dar visibilidade. Um modo que quer produzir e se expressar, mesmo que de forma inconsistente e difusa.

MEMORIAL DE TRAJETÓRIAS E ERRÂNCIAS NAS CENAS ATIVISTAS

“Nesse ponto, é preciso admitir, nós, os revolucionários, fomos derrotados. Não porque não perseguimos a revolução enquanto objetivo pós 2008, mas porque fomos privados, continuamente, da revolução enquanto *processo*.” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, pg. 13)

Os presentes escritos são fruto de vivências, andanças e discussões de ações militantes/ativistas⁶ do Rio de Janeiro pré e pós Junho de 2013. Apesar de pensar processos para além do Rio de Janeiro e do meu próprio corpo, assumem-se esses dois referenciais como os pontos de partida das problematizações desse trabalho. Definitivamente a pesquisa não se iniciou na temporalidade do ingresso no doutorado. Olhando em retrospectiva percebo já um exercício de pensamento em ação nos anos anteriores. Diria que, de forma mais sistemática, 2011 foi o início desse percurso, pois foi nesse ano que inicio minha participação direta na atividade militante/ativista do OcupaRio.

O OcupaRio foi uma mobilização ocorrida no Rio de Janeiro no final de 2011. Inspirados nas imagens e textos que chegavam sobre a Primavera Árabe, as Acampadas Espanholas e principalmente o Occupy Wallstreet, alguns ativistas cariocas convocaram uma ocupação nossa, aqui no Brasil - Rio de Janeiro, também em praça pública. Nada mais simbólico do que realizá-la na Cinelândia. Após uma convocatória feita pelas redes sociais (que respondia a uma convocatória global de ocupação das praças para o dia 15/10/2011), nos encontramos na praça para quantificar quantas pessoas de fato se comprometiam com a acampada e avaliar se realmente tínhamos condições de bancá-la. A reunião mobilizou um número suficiente de pessoas e, após uma assembleia onde todos colocaram seus desejos, deliberou-se por ocupar a praça por tempo indeterminado. Porém, o início da acampada foi convocado apenas para a semana seguinte, para conseguirmos nos organizar em termos de recursos. No sábado seguinte estávamos lá, com barracas de camping e outros insumos para tentar gerir uma acampada autônoma. Cheguei ao início da tarde, com minha barraca, tentando descobrir como me agregar a um grupo que mal conhecia. Havia somente uma ou outra pessoa com a qual já tinha tido contato, em função da participação em eventos do coletivo da Universidade Nômade, mas ninguém que tivesse uma proximidade significativa.

⁶ Ao longo do trabalho ora usa-se a palavra militância, ora ativismo. Apesar de diferentes conceituações (a primeira mais dura e a segunda mais flexível), a alternância entre os dois conceitos de ação política dizem de um agenciamento da resistência que acaba abarcando os dois modos de ação, não sem constante tensionamento.

Sempre tive dificuldade em interagir com pessoas que não conheço, tenho uma grande timidez para isso. Tenho inclusive mais dificuldades em abordar pessoas para uma conversa do que falar em público, o que cria para mim um obstáculo para me aproximar de mobilizações diversas. Se aqui visibilizo esse traço de personalidade não é a partir de uma perspectiva narcisista (ou não espero que seja). O objetivo é problematizar, a partir do meu próprio corpo e experiência, como uma pessoa não partidária ou ligada a algum coletivo militante pode/consegue ou não se agenciar a mobilizações e/ou coletivos alheios. Alguns têm facilidade para se aproximar de um grupo a fim de compor com ele, e para esses essa problematização talvez não faça tanto sentido (ou ganhe sentidos outros). Mas há muitos que, como eu, não encarnam um corpo militante/carismático/seguro para já ‘chegar chegando’, fazendo amizades, criando relações/conexões. Devido a essa dificuldade, fica ainda mais gritante quando um espaço possui diferentes formas de abertura para a conexão em contraposição a outros que parecem já totalmente estratificados e engessados em modos pré-definidos de agenciamentos possíveis.

Porque começar esse relato pelo OcupaRio? Parte por ser minha primeira participação mais ativa em uma atividade de militância. Mas, mais que isso, entendo que o OcupaRio facilitou que muitas outras ações ativistas surgissem no cenário do Rio de Janeiro desde então: “Nada disso teria acontecido se não fosse o OcupaRio” (TIBOLA, 2014, p. 71), uma fala de um ativista que expressa a sensação de muitos dos participantes do OcupaRio tempo depois do seu fim. Esse espaço-tempo, que não durou nem dois meses, foi capaz de fazer circular em seu meio pessoas das mais variadas: militantes já consagrados; povos originais; ativistas de movimentos estudantis e ativistas independentes. Não me considero (nem me considerava) nenhum desses. Talvez fosse um entusiasta com aspirações militantes, o que sou até hoje. Assim como muitos outros por lá.

Possivelmente, a massa de ocupantes que pernoitavam na Cinelândia fosse mais para esse tipo de ativistas novatos e independentes do que daqueles já consolidados e conhecidos, assim como a massa dos manifestantes de 2013 era composta majoritariamente por pessoas comuns. Perder a percepção que os processos de insurreição, seja qual for sua dimensão e escala, são compostos majoritariamente de ‘sujeitos comuns’ fetichiza o movimento. Muitas vezes somos enganados pelos carros de som e as bandeiras em uma manifestação. Parece que todos são sindicalizados ou partidários. Mas a realidade mostra que é da mulher e homem comum que vem a força das grandes mobilizações sociais que aqui serão relatadas. “A insurreição é, antes de tudo, feita por aqueles que não são nada, por aqueles que se encontram nos cafés, pelas ruas, na vida, pela faculdade, pela internet.” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016,

pg. 50). Justamente por ter uma composição massiva de ‘pessoas comuns’ que uma insurreição nunca será pura e limpa, mas intrinsecamente constituída das contradições inerentes à sociedade na qual emerge. Em nosso caso brasileiro, trazendo os recortes de racismo, machismo, classismo e tantas outras marcas de segregação que vemos no nosso cotidiano.



No OcupaRio, ao menos no seu início, parecia haver a vontade de acolhimento às pessoas comuns. Havia um estado de espírito de agregar a todos, de pessoas informadas sobre o que era aquela movimentação até meros transeuntes curiosos e moradores de rua, que viam ali a oportunidade de estar na rua sob certa proteção (proteção que, infelizmente, só a classe média branca podia produzir perante a violência do Estado sobre a população pobre, negra e marginal). Esse espírito gregário, de abertura, se expressa também na constante discussão sobre modos coletivos de deliberações para gerir o espaço. A Assembleia Geral, realizada inicialmente todo final de tarde, depois dia sim dia não, era soberana sobre todas as decisões da acampada. A premissa da assembleia é que qualquer um dos participantes da acampada poderia participar e ter sua voz nas discussões. As deliberações só aconteciam quando havia consenso, o que tornava todas as decisões bastante lentas, porém, mais abertas às falas minoritárias, críticas e oposições sutis. A constante abertura ao outro e insistência em manter um mecanismo deliberativo horizontal possibilitou a constituição de um corpo coletivo amplamente heterogêneo (com uma pequena maioria de homens-brancos-zona-sul,

mas definitivamente não se limitando a eles). Duas características importantes para pensar as formas de mobilização atuais se colocam a partir dessa experiência: ABERTURA e HETEROGENEIDADE. Ambas trazem consigo obstáculos e desafios, mas, ao longo desses anos de pesquisa percebo como, apesar de seus problemas, são características imprescindíveis para pensar estratégias e táticas de resistência eficazes e condizentes com as oportunidades históricas na qual estamos inseridos⁷. Conforme veremos ao longo da tese, as formas mais eficazes de mobilização experimentadas no recorte do Rio de Janeiro de 2011-2017 podem e devem ser analisadas à luz dessas duas características. Uma das apostas é que pensar a abertura e heterogeneidade dos movimentos nos fornece pistas contundentes para analisar as ações micropolíticas que sustentam (ou não) as insurreições e as mudanças sociais.

De volta ao OcupaRio, onde ‘tudo’ começou. Se não posso dizer que lá tudo literalmente começou, posso afirmar que minha circulação pela cena de ativismo carioca começa efetivamente ali, depois de alguns anos ensaiando aproximações de coletivos ativistas que nunca se realizaram. No OcupaRio me inseri, me envolvi, assumi tarefas, propus e participei de ações e, assim, me senti parte do coletivo. A organização da acampada tinha a assembleia geral como principal instrumento de deliberação, mas, ao passar dos dias, percebemos que não poderíamos depender unicamente dela para executar tarefas e ações. Formaram-se, então, grupos de trabalho para gerir a acampada, e privilegiou-se ações públicas na praça que permitiram conhecer uma diversidade de pessoas e coletivos que não estavam acampadas ali, mas eram convidados para conduzir alguma atividade. A garantia do espaço era feita pelos ocupantes, mas as atividades iam muito além desse círculo de pessoas. Com isso, ao longo do mês, muitos circularam por lá, e essa circulação teve reverberações em mim e em tantos outros nos anos seguintes ao OcupaRio. Após o fim da acampada, ao andar por espaços de articulação política fui reconhecendo algumas pessoas que havia tido algum tipo de contato no OcupaRio. O reencontro com essas pessoas sempre era de uma potência enorme. Quatro anos após a acampada, ao rever fotos da ocupação esquecidas no meu computador tive a grata surpresa de reconhecer pessoas que na época não conhecia, mas que nos anos seguintes vim a conhecer em diferentes contextos ativistas, comprovando que aquele espaço realmente possibilitou promoveu a circulação e articulação de muitas pessoas, grupos

7 Negri e Hardt, no livro *Multidão* (2005), falam sobre a necessidade dos movimentos de resistência reproduzirem internamente as características democráticas pelas quais estão lutando e a também a necessidade dos movimentos usarem dos instrumentos e ferramentas próprias do seu momento histórico.

e coletivos. Ao longo desta tese o conceito de *Comum*, de Antonio Negri e Michael Hardt, será evocado inúmeras vezes, e para não cair na mistificação desse e outros conceitos é importante apontar sua materialidade no cotidiano. Entendo que o OcupaRio conseguiu contribuir na criação de um chão *comum* à certa parte da cena de militância carioca. Um comum em constante processo de formação, que não foi constituído por acordos e clareza de pauta, mas pela experimentação coletiva de outros modos de se viver, se organizar, deliberar e militar. O OcupaRio foi fortemente ancorado na crítica à representação e organizações políticas verticais, porém, mais do que somente elaborar críticas, se propôs a experimentar outras possibilidades de agenciamento militante: “laboratórios de autoformação política” (TEIXEIRA, 2011). OcupaRio foi uma ação e experimentação coletiva, bastante heterogênea, aberta, e que teve grandes contribuições no processo de liberação da imaginação política ocorrido no Rio de Janeiro desde então.

A vivência no OcupaRio foi um abre-alas para o ano de 2012, marcado em minha trajetória por uma inserção profissional na cena de militância carioca. Iniciei meu trabalho como psicólogo da equipe técnica do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), programa federal, existente desde 2004, e formalizado a partir da constituição da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos em 2007. Nesse ano de 2012 entro como profissional da equipe técnica que estava se formando a nível estadual. Além da constituição desta equipe técnica estadual, estava sendo criada a coordenação colegiada e o conselho deliberativo estadual. Foram inúmeros os entraves e obstáculos para a consolidação dessa política, desde fluxos de trabalho à dificuldade de estabelecer relações de co-responsabilização entre Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (no qual o programa estava vinculado) e a Secretaria de Estado de Segurança. Há uma riqueza de relatos desse período (que durou um ano) e que não tiveram espaço no presente trabalho. Porém, duas grandes marcas ficaram desse momento. Primeiro, marcas positivas impressas pela aproximação com defensores e movimentos sociais atuantes, com destaque para Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR)⁸, do pescador artesanal Alexandre Anderson, e a militante comunitária Márcia Honorato⁹. E em segundo lugar, marcas negativas, deixadas pela percepção de como uma

8 Para conhecer um pouco mais a história de militância de Alexandre Anderson e da AHOMAR, acessar: <https://anistia.org.br/noticias/historia-de-alexandre-anderson-pescador-da-baia-de-guanabara> ; e <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/jornal34-desenvolvimento-as-avessas.pdf>

9 <https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/8216-marcia-honorato-nao-deve-morrer-8217-um-artigo-de-daniel-aarao-reis/>

política pública funciona em suas entranhas: relações conflituosas entre a ONG executora, secretarias estaduais, secretaria federal e sociedade civil organizada, criando entraves que se materializam em disputas de interesses particulares e empurra-empurra de responsabilização pela garantia de direitos dos inseridos no programa.

Como equipe técnica, tínhamos poucos recursos para garantir a um defensor ameaçado alguma medida protetiva. Sabíamos da fragilidade do programa, inclusive sua fragilidade jurídico-política, mas mesmo diante de tais fragilidades, a notícia que o estado do Rio de Janeiro possuía um programa de proteção a defensores começava a se espalhar. A notícia se propagou principalmente em função da ação militante dos defensores (que circulavam intensamente pelo cenário de ativismo carioca), mas também devido à divulgação do programa pela equipe técnica. Construimos uma agenda intensa e extensa de participação em fóruns, assembleias e reuniões para apresentar a equipe técnica e divulgar o programa. Nessas circulações, acabamos nos informando das movimentações ativistas que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro. Um dos coletivos bastante ativo então era a *Aldeia Maracanã*, que ocupava o antigo Museu do Índio no entorno do estádio homônimo. Muitas atividades de articulação política de cunho mais autônomo (marginais aos conselhos e fóruns instituídos pela sociedade civil organizada) passavam pela Aldeia, tornando aquele lugar um novo espaço de circulação de pessoas e ideias, como o OcupaRio havia sido no ano anterior. Inclusive, muitos participantes do OcupaRio aderiram à Aldeia Maracanã ao findar da acampada na Cinelândia, intensificando e dando consistência a um contexto de efervescência política e experimentações instituintes, fortemente carregadas por discussões sobre o direito à cidade, a luta de povos tradicionais, questões ambientais e de moradia.

O ano de 2012 também foi marcado pelo início do ciclo de grandes eventos no Rio de Janeiro com a Rio+20 (que seria seguida pela Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações em 2013; a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016). Esses grandes eventos foram a justificativa para um amplo processo de higienização social, com diversas remoções forçadas, implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) e outras medidas de cunho normatizador. Logo, o cenário posto era de um aumento de potência política instituinte somado ao recrudescimento de políticas higienistas e repressão estatal. Estes ingredientes estavam sendo gestados no Rio de Janeiro nos anos prévios à 2013, e ajudam a entender o estado de efervescência constituinte da eclosão das jornadas na cidade.

Ainda no programa proteção, tive a oportunidade de acompanhar o pescador Alexandre Anderson em diversas reuniões de articulação política. Em uma das ocasiões a atividade foi realizada na Aldeia Maracanã. O clima na ocupação era parecido com a

ocupação da Cinelândia, com a diferença de não ser constituído hegemonicamente por jovens de classe média da zona sul (apesar de estarem também presentes). Havia um bom número de pessoas identificadas como anarquistas (inclusive anarcopunks, que também estiveram no OcupaRio), criando uma atmosfera coletiva com maiores inclinações para a ação direta do que para reivindicação de direitos perante o Estado. Esse perfil tornava o ambiente um pouco hostil à minha presença, que, apesar de toda precariedade dos vínculos terceirizados, ainda era marcada por representar um agente do estado. Apresentei-me e expliquei o programa, nunca deixando de ressaltar as precariedades e fragilidades do mesmo e me colocando disponível para parcerias. Ao final da reunião, uma integrante do coletivo da Aldeia me solicitou uma breve conversa com uma liderança. Conversamos rapidamente, e me foi relatado uma perseguição constante às lideranças do grupo, com ameaças concretas vinda de agentes de segurança pública. Foi o primeiro indício de perseguição sistemática ao coletivo da Aldeia Maracanã do qual tive notícias. Perseguição essa que teve seu ápice no dia 22 de março de 2013 com a expulsão violenta do coletivo Aldeia Maracanã do espaço do Museu do Índio. Esse episódio foi um importante marco pré-jornadas de Junho no Rio de Janeiro, pois teve uma ampla cobertura das mídias ativistas (já mostrando aqui a importância que esses coletivos teriam nas jornadas). Os vídeos produzidos nesse dia expuseram pela primeira vez o modus operandi que as forças de segurança pública colocariam em prática nas Jornadas de Junho, com a ampla utilização de gás lacrimogênio, bombas de efeito moral, balas de borracha e até a utilização de um blindado anti-manifestação equipado com arma sonora.¹⁰

Embora 2012 tenha sido um ano marcado pela realização da conferência Rio+20, interessa mais ao âmbito dessa pesquisa dar destaque à movimentação em torno da Cúpula dos Povos, realizada no aterro do Flamengo, e sua versão alternativa, de cunho autônomo: o ‘Ocupa dos Povos’. Tratava-se de uma acampada puxada por ativistas, muitos inclusive que estiveram no OcupaRio, a partir da percepção de um aparelhamento da Cúpula dos Povos por ONGs e outras instituições da Sociedade Civil Organizada, o que dava pouco espaço à uma articulação política mais autônoma típica dos ocupas que já aconteciam mundo afora. É interessante atentar a esse constante movimento de recusa dos movimentos autônomos aos espaços tradicionais de articulação política: uma desistência que reflete seu posicionamento crítico em relação à representação como modo de fazer e organizar política, um modo dominante não só nos espaços políticos instituídos oficialmente (Rio+20), mas também nos espaços outrora alternativos (Cúpula dos Povos). Esse estado de contestação às formas

¹⁰ “Cenas exclusivas da violência da PM no despejo da Aldeia Maracanã (RJ). Video do coletivo A Nova Democracia (AND). <https://www.youtube.com/watch?v=jxrZLuAgJo4>

instituídas vai ter seu ápice em 2013-2014; porém, nos anos seguintes, conforme veremos à frente, há um esfriamento das iniciativas de cunho autonomista e uma volta à luta em torno do *mito de Estado Democrático de Direito*¹¹ que passa a ser amplamente ameaçado frente às mudanças no cenário de macropolítica e investidas conservadoras.

Mas ainda estamos em 2012, em uma onda crescente de indignação contestatória e insurgente. Aldeia Maracanã, Ocupa dos Povos, e outros coletivos vão sendo formados e fortalecidos sob o prisma da democracia real (ou democracia direta), ação direta e ocupação. Conforme já dito, aqui apresento somente uma pequena parte do que foi a movimentação política autônoma no Rio de Janeiro, a qual teve contato direto, mas muito mais ocorria nesse território, e muitos dos participantes dos coletivos e movimentos citados circulavam por outros espaços com perfil semelhante. Cabe destacar as ocupações urbanas que já faziam um trabalho de base há alguns anos, como as ocupações de moradia Flor do Asfalto, Quilombo das Guerreiras, Machado de Assis e Zumbi dos Palmares, desalojadas entre 2011-2012 devido ao processo de revitalização do Porto do Rio visando às Olimpíadas de 2016. Na pesquisa “Corpo Transgressão” (VERGARA, 2016) é contado um pouco da história dessas ocupações, com o protagonismo da luta feminista radical, do anarco-funk, do coletivo *Reciclato*, expondo como esses agenciamentos também foram linhas do emaranhado que constituiu o estado de insurgência de 2013. As atividades desses coletivos marcaram o cenário de manifestações cariocas desde 2011, com sua constante afronta à *moral e os bons costumes* tanto quanto às forças de segurança pública.

No início de 2013 a Aldeia Maracanã foi violentamente desalojada, mas seu coletivo continuou articulado, e, com o advento das manifestações de junho, um grito se consolidou entre a cena de ativismo carioca - *Aldeia Resiste*-, até hoje um grito expresso em diversos espaços. Não só em manifestações, mas inúmeras atividades culturais esse grito é entoado como expressão de um senso coletivo de empatia e apoio à luta dos indígenas no Rio de Janeiro. Depois de desalojados em março (com ampla cobertura das mídias alternativas), a ocupação foi retomada por mais um breve período, sendo novamente expulsos em 2014, pouco antes da Copa do Mundo. Em 2018 o espaço foi retomado parcialmente, sem ocupação permanente, mas com atividades semanais. Frente a um cenário de movimentação política

¹¹ Termo e discussão emprestados do texto *Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é necessariamente Público?* “O que nos leva a permanecer conectados ao mito da democracia representativa, às forças reativas e ao ressentimento ao invés de afirmarmos a força dos micromovimentos inventivos que eclodem o tempo todo em nosso cotidiano? Como pensar políticas públicas não mais reduzidas ao Estado, mas como afirmação de experiências diversas onde o público possa, de fato, ser a expressão da experiência do “comum” que faz advir outros e múltiplos modos de pensar, perceber, sentir, agir e viver?” (MONTEIRO, A; COIMBRA, C; MENDONÇA, M, 2006, pg. 12)

autônoma de caráter transitório (uma marca muito forte desse tipo de movimento), a teimosia da Aldeia Maracanã em ocupar seu território é um ponto fora da curva digno de destaque. Obviamente essa persistência custou muitos sacrifícios pessoais, processos de opressão, perseguição (com membros do coletivo já conhecidos por agentes de segurança pública), criminalização de seus membros, dentre tantos outros processos de precarização da vida. Segundo fontes não seguras (mas nem por isso falsas), durante as Jornadas de Junho e as mobilizações de rua que se seguiram até o final de 2013 havia um sistema de classificação elaborado pela cúpula da segurança pública do risco de uma manifestação ser violenta. Entre os indicadores que colocavam uma marca vermelha na manifestação (nível mais *perigoso*) estava a participação de membros do coletivo da Aldeia Maracanã. Talvez não importe muito se isso é um mito ou de fato ocorreu, mas fica claro que assim como o OcupaRio, a Aldeia Maracanã foi (e de certa forma continua sendo) um elemento importante para pensar o estado de insurgência que tomou conta do Rio de Janeiro nos últimos anos e, justamente por esse protagonismo, sofreu constante repressão pelos aparelhos do Estado.

Ao final de 2012 saí do PPDDH, porém continuei próximo tanto do programa como da AHOMAR. Entrei como representante da sociedade civil no Conselho do PPDDH estadual, a partir da cadeira do Conselho Regional de Psicologia. Em paralelo a essa participação no conselho, mantive contato com o pescador Alexandre Anderson no auxílio a algumas atividades da AHOMAR e construção de um projeto de captação de recursos para a associação. Ambas as iniciativas não se desenvolveram (o conselho foi sendo minado juntamente com o programa a nível estadual e a AHOMAR se desmobilizando). Nesse contexto, era atravessado por uma sensação crescente e incômoda em relação à insuficiência das estratégias políticas institucionais perante as lutas sociais. Sensação parte alimentada pela vivência e curiosidade em relação a diferentes mobilizações de cunho autonomista¹²; e parte alimentada pela aproximação da maquinaria estatal como idealizadora e executora de políticas. O olhar sobre essas duas frentes consolidava a percepção de que a construção de qualquer luta coletiva poderia até não ignorar as frentes institucionais, mas não deveria nem ser pautada por elas, muito menos depositar nela a expectativa de ser o principal agente de mudanças. Partindo de tais avaliações construí meu projeto de doutorado, propondo discutir a

¹² Ao longo do trabalho será destacado o termo movimentos autônomos e/ou movimentos autonomistas que se referem a um conjunto de mobilizações e coletivos ainda não bem definidos, mas que falam de novas formas de mobilização que se pretendem supra partidários, com inspirações anarquistas e ditos horizontais. Esses grupos ganharam visibilidade a partir do ciclo anti-globalização de 1999-2001, e ressurgem como protagonistas do ciclo de insurgências que se abre a partir de 2009 com a primavera árabe, as acampadas espanholas e o OccupyWallsreer.

atuação da AHOMAR na luta dos pescadores e a necessidade de criação de estratégias autônomas para um real avanço em suas pautas. Tudo isso antes de acontecer junho de 2013.

A etapa final de seleção do doutorado coincidiu com o início das manifestações de junho e quando iniciei o doutorado já vivo um novo projeto. Não mais acompanhar os pescadores artesanais (pois do momento da feitura do projeto até a entrada no doutorado o campo se desfaz), mas pesquisar algo em torno da movimentação política que produziu as manifestações de junho e seus efeitos no cenário ativista do Rio de Janeiro. Desde o final da graduação havia o desejo de pesquisar pistas no cotidiano de ações coletivas instituintes, que conseguissem, à sua maneira, criar linhas-de-fuga no cotidiano. Em outras palavras, pesquisar sobre processos de resistência. Não me interessava analisar as formas como o Estado e/ou sistema capitalista oprimiam e conformavam a realidade, nem pensar nos modos hegemônicos de subjetividade e suas imposições diversas. Compreendia que entender tais forças normatizadoras era importante para o exercício de pesquisa, mas preferi procurar onde a vida se refazia e resistia, onde ela era produzida. Esse desejo me aproximou no mestrado das políticas dos Pontos de Cultura (hoje enxergo seu rastro até as manifestações de junho também¹³), no projeto inicial de doutorado com os pescadores, mas efetivamente se materializou nas manifestações de junho de 2013. Claramente, os primeiros escritos sobre as manifestações são otimistas, eufóricos e esperançosos, fazendo um grande contraste com os escritos realizados no período posterior, de 2015 em diante. Mas ainda entendo-os como necessários para compor o cenário subjetivo no qual emerge o estado de insurgência estabelecido nesse momento histórico.

Uma característica forte marcou o momento das manifestações: a intensa produção de narrativas, discussões e análises políticas do momento quente que se estava vivendo. Eu, como muitos outros, ora estava nas manifestações (que ocorriam praticamente todos os dias, em locais diferentes), ora lendo análises sobre as manifestações e o cenário político, ora

¹³ Se essa era uma percepção particular no início da pesquisa, posteriormente encontro ressonâncias dessa percepção em outros pesquisadores: “Por essas características difusas, *a relação entre os pontos de cultura, a nova classe e as jornadas de junho não é tão evidente*. Mas é muito provável que esses 4 mil núcleos estivessem também nas ruas em 2013, e que sua composição social reproduza as novidades da estrutura de classe brasileira. Assim, futuras pesquisas sobre os desafios dos movimentos sociais precisam ser feitas para que essa riqueza das jornadas de junho seja reconhecida, que, como o próprio MPL admite em seus documentos, em muito extrapolou aquilo que o próprio movimento organiza..” [grifo nosso] (MEDEIROS, 2014, p. 117) Para além de uma mera participação dos *núcleos* dos Pontos de Cultura nas manifestações, entendo que o rastro da Política dos Pontos de Cultura nas Jornadas de Junho se materializou no surgimento e protagonismo, durante as Jornadas, do coletivo *Mídia Ninja*, coletivo de mídiativistas ligado ao grupo Fora-do-Eixo. O grupo Fora-do-Eixo foi um importante ator na construção e execução da política dos Pontos de Cultura, e junto a outros atores e coletivos fomentou um acúmulo de discussões e conhecimentos sobre mídias alternativas. Esse acúmulo foi fundamental para a proliferação de coletivos mídiativistas ao longo e logo após as jornadas.

escrevendo textos no Facebook, blogs e outras redes sociais sobre a percepção dos acontecimentos. A produção de conhecimento e discursos era muito intensa, os corpos e mentes dos ativistas que participavam das Jornadas estava completamente tomados por um estado de potência onde se fazia necessário produzir. E muito foi produzido, não só nas redes sociais, mas também em termos de articulação e criação de coletivos. Junho foi um combustível para a movimentação política, já em estado de efervescência antes de 2013. A partir dele, houve uma multiplicação de ocupações até o findar do ano (Ocupa Câmara, Ocupa Cabral, Ocupa Golfe e Ocupa Marina da Glória, para citar alguns); ocorreram greves que bem utilizaram a energia social para reivindicação de suas pautas (greve dos professores em outubro e a greve dos garis, no início de 2014, para citar duas paradigmáticas); surgiram diversos coletivos de mídia-ativismo disputando outras narrativas sobre os protestos (Mídia Ninja- grupo ligado ao Fora do Eixo; Coletivo Mariachi; Das lutas; Coletivo de Mídia Independente, entre tantos outros); ocorreu também a organização de profissionais de categoria para a prestação de todo tipo de auxílio aos manifestantes (advogados e médicos ativistas). Um pouco depois das Jornadas, temos o surgimento das Assembleias Populares (cinco no total: Largo de São Francisco, Cinelândia, Tijuca, Meier e Largo do Machado). Toda essa ampla produção social não foi organizada/planejada/decidida/arquitetada e/ou executada por um centro de comando ou organização previamente estabelecida, mas foram sendo criadas no calor do momento, segundo as necessidades identificadas, os recursos disponíveis, mas principalmente o desejo que circulava intensamente entre os novos e velhos ativistas. E, se antes de 2013 já havia uma intensa circulação de pessoas por diferentes ações em um contexto propício para os encontros, a partir de junho isso também se multiplica. Nunca antes, ao menos para minha geração na casa dos 30 anos, estivemos em um contexto social com tanta vitalidade, tanta produção de vida, com tanto desejo por encontros. O desejo estava, mesmo que por uma breve janela de tempo, conduzindo as ações políticas, produzindo um clima instituinte vasto e compartilhado coletivamente. Depois dessa onda recheada de afetos alegres, quando adentramos em um contexto político completamente oposto, de esgotamento e descrença, fui tomando a percepção de que nunca me senti tão feliz e potente como no contexto de junho de 2013. A partir dessa percepção, então, passei a indagar pessoas à minha volta se era uma sensação exclusiva minha ou reverberava em outros: *“Tenho a percepção de que nunca fui tão potente como em 2013. E você?”* De maneira geral, a resposta tem sido sim.¹⁴

¹⁴ Se satisfazer somente em ter participado de um momento de insurreição também pode se portar como uma

Se hoje, em 2018, sinto uma enorme dificuldade de escrever e finalizar essa tese, posso dizer que em 2013 era o oposto. O corpo pulsava por se expressar de todas as formas possíveis. A escrita vinha numa velocidade e intensidade nunca antes sentida. Por isso esse trabalho se permitiu manter muito dos escritos do início da tese, com análises e aprofundamentos a partir da percepção daquele momento. A tentativa é buscar compreender o que podemos apreender a partir daquele momento quente em termos políticos, não na tentativa de reviver ou reproduzir o acontecimento, mas buscar pistas que ajudem a fugir das respostas pré-moldadas, já com cheiro de roupagem velha, que ainda nos são apresentadas para resistir aos processos de opressão e precarização que temos sentido com muito mais intensidade desde então.

As manifestações de junho 2013 tiveram uma longa cauda de mobilizações no Rio de Janeiro. Pode-se dizer que o cotidiano de manifestações durou até o início de 2014, tendo como marco do fim dessa cauda a morte do cinegrafista Santiago Andrade, em fevereiro. Após esse evento houve um esvaziamento das ruas, que só foi retomado ao final do ano com as manifestações anticorrupção puxadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL), apresentando um caráter oposto às Jornadas de Junho. Poderíamos dizer que aqui há uma reviravolta no cenário de mobilização política que produziu, e continua produzindo, certo estado de apatia, paralisia e ressentimento coletivo. Assim como o estado de potência que vimos ser compartilhado coletivamente em 2013, esse estado de afetos tristes também pôde ser percebido coletivamente, com o adoecimento e isolamento de sujeitos e dissolução de coletivos ativistas. Houve um esfriamento da produção de experimentações instituintes (ao menos em comparação com os anos anteriores), e a narrativas sobre 2013 começou a tomar outros rumos, crescendo o número de análises e escritos caracterizando as Jornadas como um evento antiprogressista.

Apesar de 2014 já não ser regido por tantas manifestações e ocupações de praças e ruas, ainda não havia se instalado por completo o estado de paralisia que seria sentido nos anos seguintes. No contexto do Rio de Janeiro, podemos destacar a articulação em torno do Ocupa Carnaval, que reuniu diversos artistas e blocos de rua para pensar na politização a partir do carnaval. Dentro do universo ativista, as festas sempre foram um dispositivo

força alienadora : “Toda geração tende a compartilhar a inocente sensação que será a protagonista de um momento histórico e revolucionário importante. Mas é só esperar o tempo passar e perguntar à geração anterior para constatar que esse sentimento é comum a todas as pessoas que lutaram para mudar radicalmente a realidade que lhes foi imposta. E que logo esse sentimento é substituído pela sensação de que o que nos resta é fazer o que achamos correto e coerente, na esperança de que isto um dia contribua de alguma forma para que aquelas gerações que, num futuro remoto, vão cumprir nossos sonhos de abalar ou destruir os pilares desse mundo opressor.” (*FACÇÃO FICTÍCIA*, 2014, p. 65)

importante para mobilizar pessoas, circular grupos e visibilizar pautas. Como pesquisador, desconfio que, findado o momento quente de 2013, onde pouca coisa repercutiu em termos macropolíticos¹⁵, o que restou foi a aposta em mobilizações festivas como meio de extravasar a energia instituinte ainda presente nos corpos. O perfil festivo das mobilizações desde então não foram aceitas de forma unânime, produzindo inúmeras críticas consolidadas em expressões como *burguesia folclórica*, *esquerda festiva* e *cirandas de esquerda*, todas com um tom pejorativo em relação a estratégias lúdicas de resistência. Entendendo que as mobilizações-festa tem seu lugar e função nas estratégias de resistência tanto quanto as ações de caráter combativo como a tática Black Bloc e as ações de caráter mais institucional, como a ocupação de conselhos e instâncias deliberativas instituídas. Talvez a grande proposta da presente tese é de que seja necessário um arsenal diversificado, heterogêneo, rizomático, multinível e descentralizado em relação às estratégias de resistência contemporânea. Uma tática não anula a outra, ao contrário, fortalecem-se mutuamente. Cada uma possui seus limites, entraves, obstáculos e armadilhas, e as festas não fogem dessa premissa.

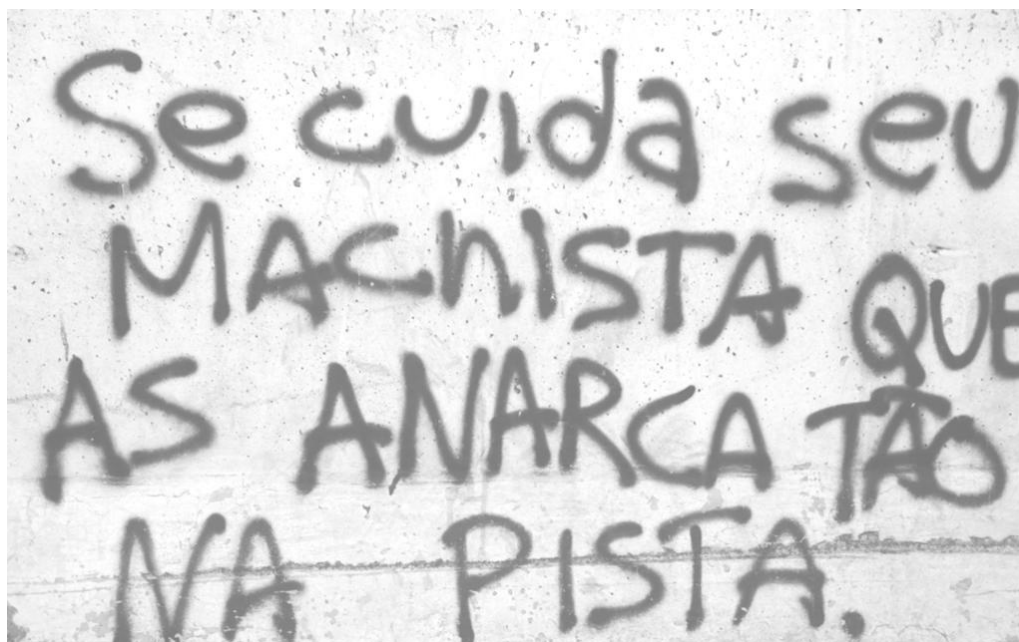
Com relação às ‘estratégias festivas’, cabe destacar aqui algumas delas. O Ocupa Carnaval ocorreu pela primeira vez em 2014, continuando nos anos seguintes até 2017 e expandindo sua expressão para além do recorte temporal do carnaval, para outras datas e eventos. Começam a surgir fanfarras ativistas, que se assumem como grupos instrumentais com caráter militante. O cenário de produção e ocupação cultural de rua, sempre muito rico no Rio de Janeiro, ganha uma nova rede que, e mesmo não tendo sido decorrência direta das manifestações de 2013, não há como negar que foi catapultada por aquele momento. Nos anos seguintes surge o Honk - Festival de Fanfarras Ativistas, no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo também. O Honk é um festival com origem em Boston, sendo realizado pela primeira vez em terras brasileiras no Rio de Janeiro em 2015, após mobilizações em torno do Ocupa Carnaval.

Os frutos de 2013 foram para além da purpurina, fantasias e mobilizações festivas. Ao final de 2015 surge em São Paulo movimentos de ocupações das escolas, influência direta das mobilizações de junho de 2013. No Rio de Janeiro as ocupações ocorrem no ano seguinte, inspiradas pela agitação paulista. Paralelo às ocupações dos secundaristas, vemos proliferar uma agenda feminista por meio da multiplicação de coletivos e grupos feministas e no

15 no contexto de governo federal somente um ponto avançou em termos de política utilizando-se das forças das manifestações; a instauração do programa Mais Médicos. As outras duas propostas apresentadas pela presidenta Dilma, a saber, criação do plano nacional de mobilidade urbana e a destinação de 100% dos recursos do petróleo para educação não conseguiram se efetivar.

crecente protagonismo feminino nos movimentos sociais de maneira geral (as ocupações nas escolas tiveram grande predominância das mulheres à frente das mobilizações)¹⁶. Não que as mulheres já não fizessem parte e fossem muitas vezes protagonistas dos movimentos sociais, mas desde 2013 percebe esse protagonismo crescendo exponencialmente. E, junto ao protagonismo, a exposição e crítica dos machismos que ocorrem dentro das próprias trincheiras dos movimentos. *Machistas não passarão*. O escracho aos machistas passa a ser frequente, assim como a máxima *Abaixo o Patriarcado*. No artigo intitulado *As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas da luta por justiça*, construída a partir de pesquisa com entrevista de militantes, é visibilizado a dimensão da pauta feminista condensando forças já em 2013, dando mostras do que passaria a ser frequente nos círculos ativistas nos anos seguintes:

Procuramos evidenciar como mulheres organizaram-se e criaram estratégias para revelar o desrespeito e alterá-lo. Seja com a organização de Frentes Feministas, seja com a realização de seminários para evidenciar as manifestações do patriarcado, seja com a elaboração de notas públicas contra assédios sexuais, mulheres trouxeram elementos de pautas feministas para o cerne do processo político aqui analisado e questionaram formas naturalizadas de opressão de gênero.” (SARMENTO, REIS, MENDONÇA, 2017, p. 127)



Aviso escrito nas paredes da cidade: foto de 2013- Rio de Janeiro. Arquivo pessoal

¹⁶ “no dia a dia da luta também era possível observar que as alunas assumiram uma função organizadora (no seu sentido mais amplo) no cotidiano da ocupação, assegurando o foco da luta. Nas 30 entrevistas realizadas pelos autores, o protagonismo feminino foi visível: eram as meninas as mais indicadas pelos companheiros de ocupação para servirem de porta-vozes e frequentemente exerciam o papel informal de liderança na dinâmica de grupo” (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, 2016 p. 136)

De certa forma, pode-se afirmar que, mesmo em um contexto de perdas de direitos no pós-2013, vemos a multiplicação de *revoluções moleculares* por todos os lados, talvez não tão claros e visíveis como as manifestações de junho, mas com grande repercussão na subjetividade social. Somos muito rápidos em nos esquecer da subjetividade dominante pré-2013 e como o advento de junho conseguiu pautar temas de maneira muito mais ampla, como as discussões sobre segurança pública que antes não chegavam fora dos círculos de militantes (lembrando que antes de 2013 quase não se ouvia falar sobre a desmilitarização da polícia, e após o acontecimento Amarildo, em meio a 2013, essa pauta passou a ser ao menos entendida e compreendida por cidadãos ditos *leigos* a respeito de políticas públicas e direitos humanos). Mas se houve avanços no que diz respeito à mutação subjetiva, não podemos dizer o mesmo a respeito da consolidação de instituições democráticas norteadas pelo pensamento instituinte presente nas mobilizações contemporâneas. Há uma carência de articulações de grande porte que dialoguem diretamente com as novas aspirações políticas, e esse vácuo deixado pela mobilização de esquerda pós-PT, permitiu, no entendimento de alguns analistas políticos, o avanço de pautas conservadoras e da agenda neoliberal. Se em 2013 víamos uma grande distância entre a macropolítica e o que estava sendo pautado nas ruas e ocupações, agora somente conseguimos vislumbrar um abismo. Atualmente, a sensação é de que já não nos pautamos pela esperança de mudanças progressistas, mas pela luta contra retrocessos naquilo que antes tínhamos como garantido.

Após a entrada no doutorado, em agosto/2013, segui na circulação entre as agitações políticas de cunho autonomista, mas também adentrei um novo campo: o da educação. Inicialmente como professor de uma faculdade particular do interior do Rio de Janeiro e depois como professor substituto na Universidade Federal Fluminense. O contato com os alunos e as discussões fomentadas em sala de aula permitiram perceber um pouco da mutação subjetiva argumentada no parágrafo anterior. Mesmo no interior do Rio de Janeiro, era possível perceber como as discussões a respeito do machismo e do racismo tinham grande reverberação nos alunos. Temas como segurança pública e a descriminalização das drogas tinham um entendimento progressista avançado, mesmo em turmas com grande percentual de evangélicos, católicos e policiais militares. Nas aulas sobre Análise Institucional, discutindo os conceitos de instituído, instituinte e processos de institucionalização, conversamos sobre 2013 e percebi que a onda insurgente não ficou restrita apenas aos grandes centros urbanos, repercutindo pelos interiores também. Mobilizações de rua, movimentos reivindicatórios dentro da faculdade e contestação do status quo se fizeram fortemente presentes nesses lugares, insuflando o imaginário político local. Claro que, quanto mais afastado

temporalmente do acontecimento 2013, maior era a sensação de frustração com as consequências da situação de insurgência. A partir do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, começou a se tornar hegemônica a narrativa que associava os eventos de 2013 a um erro estratégico. Não parto da mesma análise, pelo simples fato de que aqueles acontecimentos ocorreram sem um centro de comando e organização, e por isso mesmo não poderiam ser previstos ou evitados. Um estado de insurgência pode não desembocar em avanços sociais, mas nem por isso deve ser entendido, em si, como um acontecimento conservador ou retrógrado. Entendo que o esforço deve ser na direção da busca por facetas instituintes promotoras de mutação subjetiva nesse período histórico, ao mesmo tempo de um exercício de desprendimento das ingenuidades inerentes ao estado eufórico que atingia a todos. Em outras palavras, superar o pensamento mágico de otimismo ingênuos e soluções rápidas, sem perder a aspiração insurgente que possibilitou tantos agenciamentos produtores de vida. Apesar da subjetividade coletiva de pessimismo e incapacidade de intervenção na qual estamos inseridos, é necessário não se render a um ressentimento que reconstrói o evento 2013 como um acontecimento conservador ou fascista (ou ainda fracassado). Ao final das contas, esse poderia ser o objetivo dessa tese, uma vez que se inicia exatamente no estopim de 2013, mas finaliza na cauda depressiva pós-impeachment.

O ano de 2013 nos mostrou mais do que o fim da soberania de um modelo de luta ligado às instituições formais dos partidos, sindicatos e uniões estudantis: nos mostraram que é possível vencer uma pauta através da luta direta, autônoma e com um foco claro. Mas sabemos que autonomia e pautas específicas não bastam por si só. Mais do que isso, as Jornadas de Junho serviram para que pessoas descontentes e inimigas do Estado e do Capitalismo se enxergassem e se unissem para deixar claro com o que não concordam e do que são capazes. Muitas de nós jamais imaginariam que viveríamos tempo o suficiente para ver a ação direta de enfrentamento nas ruas deixar o governo desnorteadado; ou Black Blocs sendo aplaudidos em protestos no centro da cidade, ou sendo convocados para apoiar o resgate de animais e a sabotagem contra um laboratório vivisseccionista; ou para ver professores declarando publicamente “apoio incondicional à juventude adepta da tática Black Bloc” após serem amparados e protegidos pelos mesmos frente à agressão policial; nem mesmo imaginariamos que o tradicional e inofensivo Grito dos Excluídos se tornaria uma onda nacional de ataque aos desfiles do 7 de Setembro e seu nacionalismo militar, arruinando-os em diversas cidades. Além disso presenciamos dezenas de assembleias populares sendo geridas horizontal e autonomamente por grupos e coletivos anárquicos. (FACÇÃO FICTÍCIA, 2014, p. 65)



OCUPATESE

OK

Post do Facebook de 26 de junho de 2013

A explosão social de junho de 2013 no Brasil é claramente a emergência de um *analisador*¹⁷ da sociedade brasileira. Diria não somente um analisador da sociedade, mas um analisador do caldo biopolítico da multidão a nível global, expresso no reencantamento do brasileiro com a rua como espaço legítimo de reivindicação e construção política. Não é possível tomar as manifestações nas ruas brasileiras como um objeto fechado. É um acontecimento¹⁸ heterogêneo em seus componentes, nos afetos que o permitiram emergir, nas supostas origens e desejos. Identificar supostas causas e motivos definitivos é tão enfadonho e fadado a fracasso como prever o que surgirá materialmente a partir desse ponto. Simplesmente é, e traz à luz da sociedade global questões que há muito tempo permeiam a subjetividade coletiva, mas que ainda se movimentavam na marginalidade do sistema, no subterrâneo da cidade, escondido dos olhos da mídia, da polícia, dos políticos e dos partidos.

Como sabemos, tudo escapa. Há linhas-de-fuga por todos os lugares. E já estávamos percebendo a multiplicação e adensamento dessas linhas-de-fuga. Uma nova conexão de subjetividades revolucionárias que se formava por vias não institucionais, em bares (sempre eles), na internet, em congressos, encontros, fóruns, assembleias populares, viagens, comitês, conectando pessoas para além das plataformas institucionais estabelecidas, que tem se mostrado tão limitadoras da interação entre pessoas. Algumas situações emergentes também fazem parte desse pacote pré-revolucionário. Começaram a pipocar marchas afirmativas da vida, da diferença e do público (marcha das vadias, marcha da maconha, marcha pela liberdade, e tantas outras). Constituíram-se, em pequenas escalas, Zonas Temporárias Autônomas (conceito de Hakim Bey), como o OcupaRio, onde pessoas se reuniram, comiam, dormiram e viveram na Cinelândia, acreditando que podiam efetivamente construir um outro mundo, e que durante as madrugadas utilizavam o espaço público como bem queriam, ao lado de moradores de ruas e usuários de drogas. Até o carnaval de rua, que há pouco tempo era sufocado pela mercantilização dessa festa popular, voltou a ser a tona da juventude, moldando uma nova subjetividade coletiva que se acostumou a se apropriar do espaço público como lugar de encontro e de celebração coletiva, transgredindo a lógica e função de sua utilidade cotidiana, além de devolver ao cidadão comum a voz para cantar e os instrumentos para tocar.

¹⁷ Ferramenta conceitual forjada Felix Guattari e desenvolvida por René Lourau para a Análise Institucional

¹⁸ “Há uma potência nos acontecimentos que arrasta as coisas para aquilo que elas ainda não são” (SALLES, 2014, p.141)

Enfim, esses são alguns poucos elementos que ajudam a corroborar a tese de que a explosão de manifestação política ocorrida nos últimos dias, apesar de não ter uma única origem, não foi espontânea, mas expressão dessas revoluções moleculares brotando aqui e acolá. Por isso a riqueza em pensar nesse acontecimento como analisador. Um evento que coloca a luz os sentimentos, os afetos, a movimentação social e subjetiva que já estava ocorrendo debaixo dos territórios molares e das instituições brasileiras. E, como todo bom analisador, foi fruto de uma crise, ou melhor, de várias, e desencadeou justamente uma crise nos territórios de poder.

O cenário político governamental claramente não reflete mais a forma como a multidão faz política. Em dois aspectos, principalmente. No que tange a lógica da representação- crítica em comum os movimentos instituintes de caráter autônomos pelo mundo. E no que se refere à divisão esquerda-direita, já que a maior parte da população não se identifica mais nesses polos. Porém, esse ainda é o território no qual as decisões políticas duras são tomadas e as disputas são travadas, por isso não podemos perder de vista o que ainda esta em jogo nesse terreno. Dias após as maiores manifestações, a disputa entre direita e esquerda e entre posição e oposição voltou a existir, já que parecia estar em uma relação de comadres há algum tempo. A crise também atingiu as diferentes esferas de governo: Executivo, legislativo e judiciário. E os partidos, de esquerda e direita. Até a mídia, que não consegue pautar exclusivamente as interpretações sobre os ocorridos, tendo claramente repórteres que não legitimam uma ordem vinda de cima. Enfim, vivemos em estado de crise, e como nosso bom amigo Lourau afirma, a Análise Institucional se faz na crise (LOURAU, 2004). A condição de eclosão de processos instituintes brota no seio da crise. Assim como possíveis golpes.

O que fazer daqui para frente? O que procuramos fazer todos os dias: tentar revolucionar o mundo. Amando, vivendo, afirmando nossos valores, criando bons encontros, trocando, construindo, propondo, agindo, marchando, gritando, cantando, dançando... Só que agora temos mais espaços públicos, já que a sociedade apoia massivamente as manifestações políticas. Com mais pessoas, já que muitos antes amortizados por novelas e futebol agora querem se encontrar na rua para reivindicar. Com mais alegria, já que enxergamos com mais proximidade um cenário de mudanças. Construindo mais pontes do que fazendo barricadas, já que temos percebido que somos maioria - há quem diga que somos 99%. Construindo pontes entre classes, entre diferentes países, entre trabalhadores e estudantes, na constante afirmação da diferença como valor intrínseco dessa multidão. E, principalmente, utilizando-se desse

analisador (junho de 2013) compartilhado em comum com todos os brasileiros, para intensificar os processos de autogestão em todas as organizações que ocupamos. O inimigo não é só o outro, mas majoritariamente os microfascismos que nossas organizações e nós mesmos reproduzimos, e que hoje se mostram mais frágeis e possíveis de serem quebrados pela multiplicação de relações generosas e do devir revolucionário que atinge cada brasileiro. Devemos ser menos fiéis as nossas organizações, e reaprender a nos relacionarmos não mais mediado por elas.

Comentários ao post- cinco anos depois

No momento que estamos inseridos de cabeça em um acontecimento insurgente somos tomados pela ansiedade de que aquela ação se desdobre imediatamente em novas ações concretas. Ansiamos por uma continuidade daquele estado de insurreição. Ansiamos por mudanças materiais. Porém, a história possui muitos ritmos diferentes, com velocidades rápidas e lentas, imprimindo um descompasso entre desejos coletivos, transformação de instituições, mutação de subjetividades e reconfigurações do campo social.

A ansiedade que pairava sobre mim no momento de escrita do post acima diz de uma vontade que imediatamente após junho de 2013 começasse uma ampla politização da sociedade, se desdobrando na ocupação de diferentes estruturas e equipamentos sociais. Porém, o ritmo da história é outro, menos ansioso e mais imprevisível. Ainda sim, se efetiva de alguma forma. Alguns anos após as Jornadas, em um recorte de menor escala, houve sim um *uso do analisador 2013 para intensificar processos de autogestão nas organizações que ocupamos*. Processo ocorrido com os estudantes secundaristas entre 2015-2016. Como Pelbart afirmou, falando diretamente aos estudantes:

Vocês introduziram em paralelo ao teatro esgotado e degradado da representação institucional uma nova coreografia política, carreando uma atmosfera de grande frescor, um afeto coletivo inusitado, uma dinâmica de proliferação e contágio, uma maneira inédita de manifestar a potência multitudinária que prolongou o que de melhor houve em 2013, sem se deixarem capturar pelo que de pior ocorreu ali. Independente do desfecho concreto do movimento, foi um momento em que a imaginação política se destravou. A imaginação política não é uma esfera sonhadora e desconectada da realidade, ao contrário, é precisamente a capacidade de se conectar com as forças reais que estão presentes numa dada situação, as forças do entorno, mas também as vossas forças. (PELBART, 2016, p. 6)

As ocupações secundaristas não se explicam somente como consequência de 2013. Já havia, antes mesmo das Jornadas, uma ampla ação de base. Porém, essa ação de base foi bastante favorecida pelas Jornadas, demonstrando a hipótese proposta no presente trabalho que os eventos insurgentes devem ser utilizados para alavancar as ações ativistas de cada grupelho, aproveitando-se do devir-revolucionário que a situação insurgente põe para circular.

Então, é uma análise minha, eu acho que depois de 2013, essas coisas ficam muito mais fortes [...] As pessoas se apropriam de como fazer um ato, do porquê de fazer um ato, da facilidade de fazer um ato, travar a rua... não é difícil. As pessoas veem o ato o tempo inteiro e isso fica no imaginário né? Isso se trabalha enquanto uma tática, às vezes ela é aprimorada, às vezes ela funciona, às vezes não. É uma questão de uma tática que se aprimorou e ficou aí como ferramenta para ser utilizada pelas pessoas. Que as pessoas aprenderam, como usar um martelo, então vamos usar! Martelo de fazer ato.” Entrevista com estudante secundarista, militante do coletivo *O Mal Educado* (CAMPOS, MEDEIRO, RIBEIRO, 2016, p. 70)

Não é possível prever o efeito de um acontecimento. Mas a aposta é que ele imprime marcas. Em termos de acontecimentos insurgentes, disponibiliza novas ferramentas, destrava a imaginação política, faz circular o desejo de ir além do já dado. No próprio ano de 2013, o coletivo *O Mal Educado* tentou usar da efervescência política instaurada para fomentar mobilizações nas escolas. Porém, como eles mesmos afirmam, “não tinha clima para isso” (ibid, p. 68). Algumas vezes a tarefa é esperar a janela de oportunidade histórica, mas mantendo as ferramentas afiadas com a aposta de que a janela aparecerá. Ao final de 2013, o coletivo traduziu a cartilha-manual *Como ocupar uma escola*. Colocou para circular, apresentou para diversos alunos, mas a proposta não colou. Foram necessários dois anos para que finalmente essa cartilha fizesse sentido, e se portasse como um dos estopins das ocupações secundaristas.

JORNADAS DE JUNHO

A vida parece ser feita de deslinearidades, por eventos incalculáveis, encontros inusitados, bons e maus. Junho de 2013 é um **evento analisador** dessa característica da vida. Uma panela de pressão de energia *biopolítica*, de indignações, de vontade de agir, que no seu momento de eclosão não puderam ser controladas pelas máquinas de produção de subjetividade dominante, como a mídia e o discurso conservador. Movimentos esses que não foram capturados por um partido, nem governo (mesmo que a posteriori todos disputaram e capturaram alguma coisa). Apesar de seu carácter inusitado e imprevisível, foi também uma resposta coletiva à muito tempo esperada por uma parcela da população. Para muitos militantes (oficiais ou oficiosos), faltava um grande levante brasileiro na contemporaneidade. Nossa última grande mobilização de rua foi as *Diretas já* dos anos 90. A sensação era que faltava uma movimentação nossa, da geração que faço parte, hoje por volta de seus 30 anos. Precisávamos de uma demonstração de força. E em junho de 2013 essa força eclodiu.

Singer (2013) destaca que as manifestações de Junho podem ser divididas em três fases. Apesar de caracterizar as manifestações de São Paulo, essa classificação de Singer encontra paralelos com o contexto das manifestações no Rio de Janeiro. A primeira fase se refere ao período antes da grande eclosão, com passeatas de 2000-5000 pessoas, com início no dia 6 de junho até o dia 13. A segunda fase se desdobra a partir da ampla divulgação na internet e também nas mídias tradicionais da repressão policial ocorrida na manifestação do dia 13, tendo como efeito a multiplicação de manifestantes, culminando no dia 20 de junho, a maior manifestação de rua das Jornadas, com cerca de 1 milhão de pessoas na Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro. Nessa segunda fase, as manifestações deixam de ter um carácter predominantemente de classe média e exclusivo da esquerda e abarcam toda a heterogeneidade da população brasileira. Os militantes e ativistas, nesse dia, foram somente uma agulha no palheiro, se comparados à totalidade de pessoas na rua. Após 20 de junho, Singer aponta uma terceira fase a partir de 21 de Junho até o final daquele mês, quando, mesmo com a revogação do aumento das passagens, uma onda de grandes manifestações com pautas das mais variadas ocorrem quase que diariamente. Manifestações são chamadas de um dia para o outro, algumas com 10 mil pessoas, outras com 50 mil. Vale lembrar que estava ocorrendo a Copa das Confederações, e muitos atos foram chamados em dias de jogos para denunciar as irregularidades da Copa do Mundo ainda por vir. Acrescentaria uma quarta fase no contexto do Rio de Janeiro, de julho de 2013 até início de 2014, quando ainda havia manifestações semanais, não tão expressivas em termos numéricos como a segunda e terceira

fase, mas maiores que na primeira fase. Nesse período, além das manifestações diversas, outras atividades de ativismo eclodiam no território brasileiro, como Ocupações, Assembleias Populares, atividades culturais e mobilizações em torno de greves de trabalhadores.

A reação primeira das instituições que foram abaladas (é possível dizer que por alguns dias os quatro poderes ficaram abalados) foi rápida. Houve pronunciamento oficial da presidência (posicionamento inédito se comparado às revoltas que estavam surgindo em outros países, como a Turquia); houve coletiva de imprensa com a cúpula da segurança pública no Rio de Janeiro; e a mídia teve que refazer seu discurso, inicialmente criminalizador, a partir do momento que percebeu que a opinião pública estava a favor das manifestações. O fato é que a modulação das estratégias dos *aparelhos do Estado* de não mais desqualificar completamente as manifestações foi rápida. Possivelmente porque modular o discurso seja a melhor estratégia contra-insurgente frente a uma mobilização de rua da magnitude de junho. Também se há de convir que a pauta do não aumento das tarifas não era algo que, se atendido de imediato, traria grandes efeitos ou provocaria grandes mudanças no sistema. Nada mudou. Mas por outro lado, analisando a estratégia de mobilização, ter uma meta objetiva, que seja possível de alcançar, foi o que incentivou um grande número de pessoas irem para rua:

E eu acho que a grande novidade aqui é que o MPL criou um novo paradigma. Ter um objetivo de curto prazo, que é um processo de uma utopia, de uma transformação mais profunda. Qual a transformação mais profunda? A desmercantilização do transporte. Direitos públicos à mobilidade urbana. Mas isso se concretiza num passo: a tarifa voltar para trás. É totalmente contra-intuitivo: do jeito que a coisa é, a tarifa sempre cresce. A partir do momento que ela volta para trás, você coloca no horizonte a possibilidade de voltar para trás até seu limite, que é o zero. (ORTELLADO, 2013).

Um objetivo claro, uma meta que deve ser cumprida ou nada mais funciona. É nesse tensionamento, entre objetivos claros e cumpríveis, e objetivos amplos que afrontam o capitalismo de forma mais contundente, que se situam as oportunidades das estratégias insurgentes atuais que o 2013 brasileiro expôs. Talvez o que se tenha de mais interessante de 2013 foi disponibilizar para uma geração o imaginário político de que é possível alcançar uma pauta. “O imaginário não é a irrealidade, mas a câmara de produção da realidade por vir” (PELBART, 2009, p. 134). Fomentou a percepção de que temos armas fortes o suficiente para dobrar os aparelhos do Estado. Que é possível superar a teatralidade política (teatralidade das polarizações, por exemplo), o ressentimento militante, o cansaço do cotidiano, e criar uma percepção comum em torno de uma pauta à reivindicar.

Se por um lado o atual cenário macropolítico, não só brasileiro como mundial, parece muito tenebroso, o cenário de resistência, apesar de fragmentado, cheio de ressentimentos e paralisias, tem um arsenal e uma massa crítica exponencialmente maior do que pré-2013¹⁹. Claro que não há espaço para a manutenção de certa ingenuidade que pairava em 2013. Tomamos um golpe (literal e/ou metafórico) muito forte nos anos seguintes, nos fazendo lembrar que há muito mais em jogo, forças políticas e econômicas, que nossa vista consegue alcançar. Mas não podemos, perante um atual cenário precário e sem grandes horizontes de mudança, perder a capacidade de perceber como e onde as resistências estão se efetuando. Quais as ferramentas que estamos conseguindo manter afiadas em nosso arsenal, quais estão sendo construídas? Manter em vista um arsenal de ferramentas militantes parece ser umas das tarefas possíveis e imprescindíveis em um contexto entre-insurgências²⁰.

Em termos do campo de intervenção que esta tese se inscreve, a saber, a academia e a ciência, é possível perceber que há uma vasta literatura que consegue manter tensionado o que há de mais interessante e inovador nas manifestações de 2013. Muito do que foi produzido in loco nas mídias sociais no momento que as manifestações estavam ocorrendo, conseguiram ganhar materialidade no âmbito acadêmico por meio de dissertações, artigos e livros tratando do tema. No diálogo com o presente trabalho, destacam-se alguns pesquisadores que se contrapõem às narrativas ressentidas de 2013.

Um primeiro destaque é Bruno Cava, que antes, durante e depois das manifestações tecia análises políticas e elucubrações teórico-conceituais utilizando-se do vocabulário político dos pensadores da Autonomia Italiana (com destaque para Antonio Negri) e o pensamento de Deleuze e Guattari para pensar as manifestações. Primeiramente através de seu blog Quadrado dos Loucos (que atualmente não existe mais), replicando seus textos no Facebook, posteriormente compilados no livro *A multidão foi ao deserto* (CAVA, 2013), abarcando análises feitas no calor do momento, do período de junho à outubro de 2013.

19 O que é massa crítica nesse contexto? Uma quantidade de energia (recursos) humanos e não-humanos, contingenciados de tal forma a serem capazes de produzir o estopim de um estado de insurreição. Essa energia se materializa no número de pessoas com alinhamento político progressistas rizomatizados em um território, exercendo diferentes funções e papéis, em uma grande heterogeneidade de categorias e recortes sociais variados. De 2013 em diante essa *virtualidade* de ativistas cresceu muito.

20 O termo entre-insurgências traz a visibilidade de que em 2013 havia instaurado um estado de insurgência generalizado (principalmente em junho), e, mesmo que atualmente não seja o caso, as condições biopolíticas que produziram 2013 continuam em voga, nos fornecendo a percepção que um novo estado de insurgência pode surgir a qualquer momento. No presente imediato de maio de 2018, quando esta tese está sendo finalizada, o Brasil passa pela greve dos caminhoneiros que teve um impacto abrangente e profundo na sociedade com alguns paralelos com 2013. Isso somente corrobora a percepção, em consonância com as análises do Comitê Invisível (2016) de que nossa época ainda será marcada por muitas situações similares de insurgência, e manter nossas ferramentas militantes em boas condições é tarefa cotidiana.

Havia conhecido Bruno Cava em 2011 no OcupaRio e desde então o encontrava em diversos eventos ativistas, onde sempre conversávamos sobre militância e ativismo. Em 2013 foram diversas manifestações que acabei cruzando com ele, e ler seus textos, produzidos normalmente no dia seguinte às manifestações, além de enriquecedor, acabava se portando como um diário do que estava vivendo naqueles dias tão intensos. O livro com esses textos compilados foi lançado ainda em 2013, possivelmente uma das primeiras publicações sobre o tema.

Outro autor que se destaca na discussão sobre 2013 é Pablo Ortellado, também se utilizando primeiramente das mídias sociais para tecer suas análises, e posteriormente em diversas entrevistas, artigos, capítulos e organização de livros. Por já acompanhar anteriormente as mobilizações dos grupos autonomistas que eclodiram no ciclo anti-globalização do começo da década (como o próprio Movimento Passe-Livre- ator chave nas manifestações de Junho), Ortellado consegue dar visibilidade a discussões sobre os novos movimentos sociais de forma bastante precisa, além de demonstrar uma sensibilidade às pautas e formas de organização das mobilizações atuais. Anualmente, desde o evento de junho de 2013, Ortellado publica artigos em grandes meios de comunicação (como Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, El País e Carta Capital) relembando 2013 e pensando sobre seus efeitos, continuidades e descontinuidades no presente.

Construindo um diálogo a partir de uma matriz anarquista, Acácio Augusto é outro pesquisador que mantém a discussão sobre 2013 renovada, pensando as implicações dessa mobilização na construção dos novos movimentos sociais inseridos no atual contexto político, discutindo os Black Blocs sem lançar mão dos argumentos estereotipados, apontando assim para o surgimento de um novo perfil de militância atual. (AUGUSTO, RODRIGUES, 2014; PASSETI, AUGUSTO, 2014; AUGUSTO, 2016; AUGUSTO, 2017; AUGUSTO, RESENDE, ROSA, 2016). Não são muitos os intelectuais acadêmicos que se utilizam das bases teóricas anarquistas para pensar a sociedade, o que torna as contribuições de Acácio importantes para compor o mosaico de pensamento de 2013, uma vez que esse evento-acontecimento expôs um crescimento de grupos e pessoas com alinhamentos e inspirações libertárias.

A riqueza das análises intelectuais, seguindo a própria tendência de junho de 2013, rompe também com os especialismos e hierarquias acadêmicas. Muito dos conteúdos mais interessantes sobre junho foram forjados por alunos de pós-graduação que estiveram diretamente envolvidos nas manifestações, em diferentes níveis. Vivências relatadas e problematizadas em teses, dissertações e mesmo trabalhos de conclusão de curso. Algumas

tendo as jornadas como objeto principal, outras como um atravessamento de pesquisa (afinal, 2013 atravessou praticamente todos os brasileiros). Destaco aqui aquelas que foram mais relevantes para a pesquisa desse trabalho. A escolha por esses autores se deu por contato direto com estes, ao invés de uma revisão bibliográfica exaustiva. Nas andanças pela agitação política desse período (2013- 2017), vamos encontrando outros pesquisadores e conversando nos diferentes espaços de discussão sobre 2013 e seus efeitos. Nesse processo de circulação, descubro como muitos estavam no mesmo exercício que eu, de tentar materializar em palavras os afetos que nos atravessavam na prática de ativismo. No âmbito da psicologia, Talita Tibola (2014) e Alice de Marchi (2016), ambas relatando experiências sobre ativismo, cada uma a partir de sua inscrição (De Marchi em uma implicação mais profissional com o ativismo, enquanto Tibola relata experiências de intervenção e ocupação urbanas). Caio Pereira Lobato (2016) traz sua experiência com assembleias populares em sua dissertação de mestrado em antropologia, com destaque para a Assembleia Popular do Largo, surgida pós-junho 2013. Já Ciro Hoiticica (2017) traz relatos de 2013, misturando uma cronologia dos eventos com problematizações a partir de sua experiência singular de militância. Beatriz Diogo Tavares (2018) faz uma narrativa bastante detalhada do período de 2014- 2018, trazendo sua experiência em diversos coletivos e ocupações importantes nesse período e dando visibilidade também a atores bastante expressivos nesse contexto. A tese de Tavares é uma rica fonte para entender o ativismo pós-junho, uma vez que a pesquisadora participou ativamente nas ocupações no referente período, realizando performances e intervenções artísticas, além de acompanhar de perto os tensionamentos cotidianos do cenário ativista carioca.

Uma referência bastante importante no pensamento sobre militância nesse contexto é o livro *Vocabulário Político para processos estéticos*, organizado por Cristina Ribas (2014). Como apresentado pela organizadora, é *um livro-invenção*, composto por mais de 40 vozes/autores que circulavam (e ainda circulam) principalmente pela cena de militância do Rio de Janeiro. A partir de uma série de encontros e oficinas os temas e textos foram sendo criados, resultando em uma rica condensação de discussões, experiências e problematizações organizados a partir de verbetes e conceitos. Além do livro, distribuído gratuitamente ao longo de 2015-2016, o material está disponibilizado também na internet-<http://vocabpol.cristinaribas.org/>.

Um aporte significativo para entender Junho, resultado de pesquisa de doutorado, é o *Antes de Junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista*, de Léo Vinício (2014). Nele é apresentado minuciosamente os movimentos autonomistas brasileiros que surgiram no

início dos anos 2000, entre eles o Movimento Passe Livre. Na leitura do texto percebemos o embrião de muitos modos de militar, palavras de ordem, ferramentas ativistas e questionamentos que tem circulado na cena de ativismo no Brasil e que explodiram nas manifestações de junho de 2013. A discussão sobre partidos políticos, democracia representativa x democracia direta, horizontalidade, ativismo antissistêmico, movimentos midiálistas, dentre outros temas. Quando, em 2013- 2014, muito se pensava e elucubrava sobre o porquê das manifestações terem eclodido no Brasil, a leitura desse texto foi fundamental para entender uma certa genealogia dos movimentos autonomistas que, se não foram o único estopim para as Jornadas de Junho, foram um dos principais atores da eclosão desse ciclo de manifestações.

Mesmo sem um trabalho exaustivo de revisão bibliográfica sobre o tema (talvez nem seja possível a exaustão, uma vez que o atravessamento de 2013 nas pesquisas em andamento naquele momento e outras que surgiram depois é bastante amplo), arrisco dizer que a grande maioria da produção de pensamento sobre o evento não se permite capturar pelo discurso que qualifica as Jornadas como um evento conservador. Porém, ao mesmo tempo, é possível verificar um uso recorrente de um discurso de ressentimento, ao que parece, como uma manobra do humor político a favor de alianças de governabilidade pró-PT, partindo principalmente de uma deslegitimação da ação militante de cunho autonomista. Nesse sentido, destacam-se algumas falas da filósofa Marilene Chauí, em especial uma palestra, ministrada por ela na Academia da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 2013, em que chama os Black Blocs de facistas²¹. Em outras oportunidades a pensadora reforçou esse pensamento, juntamente com a deslegitimação das Jornadas. Mais recentemente, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad e o ex-presidente Lula, ambos do PT, afirmaram que as Jornadas foram o motivo para o Impeachment de Dilma Rouseff, e, justamente por isso, tecem um entendimento desse evento como um retrocesso na história do Brasil, além de afirmar que as manifestações foram 'orquestradas' por corporações internacionais com o objetivo de criar uma instabilidade política no país. ²² Esse trabalho parte do posicionamento que esse tipo de análise, que tem ganhado espaço no meio ativista, segue o drama político vivenciado em outros acontecimentos políticos importantes: “Aqueles que já trazem as

21 Palestra da Marilene Chauí <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofo-a-pms/>

22 Entrevista Fernando Haddad <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/06/05/haddad-dilma-e-lula-foram-alertados-por-putin-e-erdogan-sobre-protestos-de-2013/>
Entrevista ex-presidente Lula <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909354-lula-diz-que-foi-precipitado-considerar-atos-de-2013-democraticos.shtml>

respostas todas prontas perdem o bonde do acontecimento. Esse é o drama político que já havíamos testemunhado depois de 1968: perder o acontecimento por ter respostas prontas para novos problemas.” (LAZARRATO, 2006, p.23)

Perante todo esse cenário de intensa produção de pensamento e disputa de sentidos sobre junho, se instaura uma crise no presente trabalho. Qual a sua função? Em que quer intervir? O que se propõe a apresentar? Ao longo do texto, em diversos momentos, é possível afirmar o que não se quer. Mas o que se pretende? Qual a intencionalidade? Talvez não seja algo que consiga ser respondido de forma contundente, mas de certa forma esse trabalho se propõem a ser também mais um arsenal dentro da caixa de ferramentas militantes que temos construído coletivamente. E para isso, nada melhor que sistematizar e dar visibilidade a uma série de outros instrumentos que ajudaram a forjar o pensamento e auxiliar na leitura da realidade. Instrumentos que instigam o exercício de pensamento, a problematização do fazer política no contemporâneo, e que mesmo não sendo acadêmicos (estritamente falando), muitas vezes sendo escritos de forma anônima, ainda sim tem grande relevância para auxiliar na compreensão do campo de pesquisa. Além de auxiliar na pesquisa, esses textos circularam bastante entre diferentes círculos militantes, auxiliando no imaginário político e na elaboração de estratégias de ativismo.

O livro *Aos nossos amigos: crise e Insurreição*, do coletivo Comitê Invisível (2016) se tornou um dos principais aliados para pensar as insurreições contemporâneas, versando sobre diversos temas que atravessam a discussão sobre militância de maneira bastante fluida, pouco acadêmica, mas não por isso menos profunda e conceitualmente elaborada. Esse texto encontrou espaço ao longo do trabalho com diversas citações diretas, por isso aparece de forma mais contundente. Outro livro importante, que aparece menos vezes enquanto citação direta, mas que forneceu bastante subsídios para a discussão, é o livro *Disobedient Objects* [Objetos Desobedientes] (FLOOD, GRINDON, 2014), um catálogo da exposição homônima do Museu britânico Victoria & Albert Museum. Nesse livro-catálogo são condensadas discussões sobre movimentos de insurgência contemporâneos a partir do ponto de vista dos objetos utilizados nessas ações. Objetos subvertidos de sua função original que se portam de maneira desobediente frente ao Estado. O livro traz discussões interessantes sobre modos de organização dos movimentos sociais, estratégias e instrumentos ativistas, além de uma série de ilustrações e imagens de situações insurrecionais ao redor do planeta. Traz histórias de barricadas, ocupas e acampadas, ações diretas, e as problematizações que cada um desses campos temáticos e estratégias militantes faz emergir.

Ainda em língua inglesa, destaco outros três materiais interessantes. O *Militant*

Research Handbook, produzido pela Universidade de Nova York (BOOKCHIN et al, 2013), o blog/revista eletrônica *Reflections on a Revolution- ROAR*, e o texto *Organisation of the organisationless*, do brasileiro Rodrigo Nunes (2014). O primeiro é uma coletânea de autores discutindo o que seria uma *pesquisa-militante*, trazendo a tona temas e discussões ancoradas nas experiências do Occupy Wallstreet e como elas deslocam a ideia positivista de uma pesquisa supostamente neutra. Essa discussão encontra ressonância com a plataforma *ROAR*, que até hoje produz artigos de análise de conjuntura política de cunho antissistêmico, bastante influenciado pelo pensamento autonomista dos novos movimentos sociais. Esse site é alimentado por intelectuais e ativistas ao redor do mundo e constantemente publica análises e ensaios sobre movimentos insurgentes dos mais variados. Em 2013, *ROAR* foi bastante ativo no pensamento sobre a insurgência brasileira. E, assim como o Manual de Pesquisa Militante, se propõe a repensar o papel da pesquisa em sua relação com militância e ativismo. E por fim, o texto de Rodrigo Nunes traz um frescor na discussão sobre *modos de organização* dos novos movimentos sociais, um tema caro para a reflexão sobre junho de 2013, mas poucas vezes elaborado, por isso sua contribuição para o acúmulo conceitual do tema. Desde o lançamento deste texto, Rodrigo Nunes tem publicado bastante conteúdo em português²³, sendo possível assim acessar em nossa língua essa discussão. Porém, *Organisation of the Organisationless* ainda se constitui uma referência mais sistematizada do pensamento desse pesquisador, aprofundando a discussão sobre horizontalismo e horizontalidade, lideranças distribuídas e organização em rede.

Um escrito sintético foi bastante importante em termos de ativação do imaginário insurgente tanto para essa tese como para mobilizações autônomas. O *Guia para exigir o Impossível* (GRINDON, JORDAN. 2010), escrito a quente em três dias, em um contexto também de insurgência em Londres. Esse guia foi traduzido em diversas línguas e circulou em terras brasileiras, inspirando alguns outros textos e discussões por aqui. Outro texto de cunho parecido é o manual *Como ocupar um colégio*, elaborado por estudantes secundaristas da Argentina e Chile em 2012, traduzido e adaptado pelo coletivo brasileiro *O Mal educado* e que se acabou sendo um dos estopins das Ocupações Secundaristas de 2015- 2016²⁴.

No Brasil alguns textos não acadêmicos também trouxeram boas contribuições para o debate. Destaque para o texto *Balaklava: um chamado a guerra nômade*, do coletivo

23 <https://piseagrama.org/lideranca-distribuida/>

24 Para entender um pouco mais a influência desse manual e do coletivo *O Mal Educado*, o livro *Escolas de luta* (CAMPOS, A.J.M; MEDEIROS, J; MARCIO, M. 2016) faz um relato detalhado das mobilizações dos secundaristas de São Paulo.

anarquista Facção Fictícia (2014). Com uma linguagem bastante acessível e contundente (lembra bastante o modo de escrita do Comitê Invisível), *Balaklava* trás discussões sobre junho de 2013 por um viés anarquista, e como eles próprios afirmam, “trazido a esse mundo por nossos agentes através do plágio, do roubo, da apropriação indébita, da mentira e da calúnia, revezando turnos entre as barricadas nas ruas e as dentro de casa” (FACÇÃO FICTÍCIA, 2014, p.81). Feito por quem estava diretamente ligado as diversas mobilizações e que não se furtava de pensar criticamente sobre elas, mas sem a necessidade de se enquadrar nos padrões acadêmicos. Uma importante referência para entender o que se passou em 2013.

Um auxílio de pesquisa fundamental foram os diversos vídeos e filmes produzidos durante as manifestações, disputando com a mídia hegemônica a narrativa dos eventos de 2013. Na busca pelo Youtube e Vimeo (duas das plataformas de vídeo mais expressivas na atualidade), é possível fazer um levantamento gigantesco de imagens, filmes, curtas e cenas produzidos pelos coletivos de mídia-ativismo (ou midialivristas). Aqui destaco alguns mais sistemáticos e que se portaram como material de pesquisa que dialoga bastante com o alinhamento ético-estético-político adotado no trabalho. Um primeiro destaque é a série de quatro episódios de Julia Mariano, *Desde Junho* (2018). Julia é uma midialivrista do Rio de Janeiro, bastante atuante e muito presente não só nas manifestações de 2013 como nas diferentes ações e ocupações dos anos seguintes. A série trás relatos sobre Junho, com foco no papel exercido pela mídia independente. A pesquisa de Julia para produzir essa série incluiu um levantamento exaustivo de vídeos da mídia-livre nas manifestações, e o produto final foi um filme/série que dá visibilidade a uma série de ações e situações icônicas das manifestações. Um segundo filme é o documentário *Junho*, de João Wainer (2014), que dá voz a uma heteroneidade de sujeitos presentes nas manifestações de junho de 2013, com maior foco em São Paulo. O documentário *A partir de agora*, de Carlos Pronzato (2014) traz entrevistas com ativistas de cinco capitais brasileiras. Um filme importante, uma vez que a maior parte das análises, filmes e discussões sobre junho costumam partir do ponto de vista do Rio de Janeiro e de São Paulo, enquanto o filme de Pronzato mostra como as tensões que ocorriam nas capitais do sudeste também tinham suas reverberações em outros cantos do país.

Outro documentário fora do eixo sudeste é o *Com Vandalismo*, do coletivo Nigéria Audivosual (2013). Esse documentário foi um dos primeiros (senão o primeiro) a ser lançado, em 27 de julho de 2013. Contém imagens e cenas ocorridas em Fortaleza e Ceará que trazem a discussão sobre vandalismo, violência policial, mostrando a modulação dos manifestantes, ao longo do mês de junho, de uma postura inicial não-violenta (com o grito de ordem *sem violência* repetido exaustivamente) até o reconhecimento que essa postura não

produzia efeitos concretos na diminuição da violência policial. Um filme importante para entender o surgimento e crescimento da tática Black Bloc (mesmo quando esses não existiam ainda enquanto coletivo), que fura a narrativa comum de *manifestantes vândalos arruaceiros* presente na mídia tradicional, expondo o papel da repressão policial no crescimento da tática ativista de enfrentamento direto.

Nessa temática de vandalismo, o filme *Ninguém é Black Bloc*, de Rômulo Cyríaco (2015), traz a discussão sobre essa tática de guerrilha urbana que foi amplamente adotada depois de junho. O filme consegue dar voz a diversos praticantes da prática, algo bastante difícil de se encontrar em outros filmes, uma vez que os adeptos da tática Black Bloc não costumam se identificar nem dar depoimentos, o que torna o filme importante para o entendimento desse grupo. O documentário estava acessível para o público no seu lançamento, mas atualmente não existe uma versão online do seu conteúdo.

Diversos outros textos também foram utilizados diretamente ou serviram de inspiração nesse trabalho. A escolha por citar especificamente esses no presente texto é uma forma de destacar esses autores frente a vastidão de escritos e materiais sobre Junho. Como já explicitado, a maioria dos autores aqui destacados foram sendo descobertos nas andanças pelo cenário de ativismo carioca, em mobilizações e ações políticas, ou mesmo a partir de redes de amizades no Facebook. Essa característica imprime certa familiaridade/cumplicidade que ultrapassa o âmbito acadêmico formal. O pensamento, a pesquisa e ação militante sempre se misturam, e reproduzir essa mistura na escolha dos interlocutores é uma aposta intencional. Escolher dialogar não com quem produz uma narrativa de 2013 de fora, mas quem, assim como eu, estava dentro, participando ativamente nas manifestações à época e nas seguintes. A expectativa é que o presente texto, usando de inspiração e suporte o material explicitado acima, sirva como mais uma contribuição na narrativa sobre os eventos instituintes no recorte temporal-territorial proposto. Afinal, roubando de uma das cúmplices de pesquisa sobre o tema, “Seriam necessárias milhões de vozes para escrever essa história com toda a sua polifonia inerente” (TAVARES, 2018, p 221)

Manter vivo Guattari não é falar em nome dele, é falar através dele, e principalmente derivar a partir dele. (BARROS, 1993, p. 52)



AQUI TEM UM BANDO DE NÔMADES

Rio de Janeiro, 2013

Caro Guattari,

Me autorizo a escrever essa carta porque autorizações já não são mais necessárias, e me seduzi com a possibilidade de falar com o autor, ao invés de falar sobre o autor. Escrevo de um Rio de Janeiro em plena efervescência social, e gostaria de trocar algumas ideias e impressões sobre o nosso bando nômade (que incluo a você também). Você se sentiria bem a vontade nesse espaço-tempo que habito, pois aqui somos muitos e estamos bastante ativos. Para mim tem sido extremamente potente os escritos que você e Deleuze fizeram sobre nossa tribo de nômades, eles se portam como uma *ciência excêntrica*²⁵ útil para pensar sobre nosso modo de funcionamento e organização. Uma ciência ainda ininteligível para o Aparelho do Estado, nos dando uma preciosa invisibilidade. Me entenda bem, não estou querendo afirmar uma identidade nômade. Entendo com você e Deleuze que se qualificamos dois tipos de sujeitos, o nômade e o sedentário, não o fazemos justificados por identidades ou essências, mas afirmamos duas formas distintas de ser, dois modos de existência possíveis. Nada garante a identidade nômade a não ser uma forma de estar no presente imediato, e é também sobre esses modos que gostaria de falar com você.

Escrevo a você primeiro porque, gostando do nosso nomadismo brasileiro antropofágico, sei que se deliciaria com os relatos dos acontecimentos recentes. Mas, mais que isso, tenho pretensões que essa nossa conversa desencadeie um *efeito-guattari* nos leitores: uma estilo nômade próprio de transitar por diferentes saberes e práticas de forma fluida, sem deixar de exercer um rigoroso posicionamento político, crítico e inventivo. Um querer compor com uma sociedade instituinte, independentemente de um formato previamente estabelecido. Uma postura muito pertinente para esse período quente (Barembliitt, 2002) da história da sociedade, quando vemos uma multiplicação de questionamentos, de indignação e de vontade de mudança. Há uma certeza solta no ar de que é tempo de botar nossos planos e desejos em ação. Nesse sentido, tenho que confessar que não deixo de me afetar por diferentes experimentações que seu bando nômade realizava. Foi o encontro com diversos relatos de uma insolência para com o estabelecido dos seus contemporâneos institucionalistas que me fez entender um pouco mais sobre nós nômades,

25 Conforme afirmam Deleuze e Guattari sobre a ciência nômade. (DELEUZE, GUATTARI, 2007. p. 19)

sobre o potencial nômade que se atualiza no sujeito quando este banca uma certa maneira de estar em um lugar estriado como se ele fosse liso. Para isso, é necessário conhecer, entender e compor com seu território com uma habilidade tal que permita a rápida movimentação por ele, em um constante processo de questionamento sobre os usos e efeitos dos dispositivos que ocupamos. Descobri recentemente nas experimentações de Tosquelles²⁶ um exemplo desse potencial nômade. É contagiante a maneira como o psiquiatra catalão aproveitou de um certo desinteresse e relaxamento do Estado para com os equipamentos de saúde mental durante a Guerra e ocupou um posto oficial usando da maneira que julgasse os elementos à sua volta para fazer outros tantos variados usos dos dispositivos psiquiátricos.

Ocupa

Em nosso atual cenário temos chegado a um consenso sobre alguns verbetes comuns e o conceito *ocupar* definitivamente está entre eles. Os nômades não se instalam em nenhum lugar, mas ocupam. Entendo com você a ação de *ocupar* como um modo de estar em um espaço estriado como se fosse liso (DELEUZE, GUATTARI, 2007 p. 51). De fato nós humanos habitamos em um território completamente estriado pelo Estado através de seus diferentes dispositivos que operacionalizam leis, regras e modos de funcionamento, moldando nossa subjetividade e ditando a maneira como nos relacionamos uns com os outros e conosco mesmos. Toda extensão do socius está estratificada dessa maneira, e não há um fora dessa lógica, um outro lugar livre. O campo que temos para viver é esse. Ocupar é, entre outras coisas, uma postura ética do nômade que se atualiza nesse terreno estriado. Nosso julgamento ético sobre o que devemos fazer e com o que devemos nos agenciar parte de uma avaliação

26 “(...) Médico chefe do serviço setor de psiquiatria do exército, foi enviado para frente sul passando por Madrid, criou uma comunidade terapêutica em Almodovar del Campo e organizou o recrutamento de profissionais de saúde evitando incluir entre eles psiquiatras que, segundo ele, tinham medo demais dos loucos. Tosquelles: ‘Como eu estava encarregado de fazer a seleção para o exército, a primeira coisa que fiz foi escolher para mim. A caridade bem entendida começa por si próprio. Escolhi advogados que tinham medo de ir para a guerra, mas que nunca tinham tratado de um louco; pintores, homens de letras, padres, putas. Sério! Ameacei fechar as casas de tolerância já proibidas mas que funcionavam do mesmo jeito, a não ser que elas aceitassem colaborar conosco e disponibilizassem três ou quatro putas que conhecessem bem os homens e preferissem virar enfermeiras, com a condição de não dormir com os pacientes. Garanti a elas que não fecharia suas casas se pudessemos lhes enviar soldados. Dessa forma, essas casas de prostituição se tornaram anexos do serviço de psiquiatria. Algumas dessas putas viraram umas enfermeiras extraordinárias. E incrível não é, e como, pela prática que tinham os homens sabiam que todo o mundo é louco, inclusive os homens que procuram as putas, a formação profissional delas era rápida. Num mês, uma puta, um advogado ou um padre se tornava uma pessoa incrível. Em dois meses conseguíamos montar todo um serviço de setor, com ambulâncias etc. Assim, todas as minhas atividades consistiram na montagem do setor e das comunidades terapêuticas. Uma ação junto aos políticos locais e às pessoas que tinham algum poder na região.’ transcrição do filme: *François Tosquelles: Une politique de la folie*, François Pain, Jean-Claude Polack et Danièle Sivodon, France, 1989, 54 mn

dos efeitos que são impressos no campo social, e não de uma lei natural preestabelecida: em outras palavras, uma avaliação se conseguimos utilizar dos elementos que compõem o lugar que ocupamos para dar outros usos mais potentes a eles ou não. Os efeitos que visamos nessa metodologia de ocupar um território estriado não é somente borrar certas linhas duras (como o machismo, racismo, nacionalismo e classismo) como também afirmar outros contornos, consolidar práticas instituintes de afirmação da vida. Tenho a percepção de que se o Estado acoplou até em nossos desejos seu modo de funcionamento e sua racionalidade²⁷, nossa resposta a essa guerrilha extremamente pessoal foi parasitar o desejo no interior de seus prédios e organizações. Uma tática de utilizar as brechas e oportunidades para ocupar e/ou hackear os diferentes aparatos do Estado para estabelecer agenciamentos com nossa máquina-de-guerra. Tomamos todos um belo susto recentemente quando olhamos para o lado e vimos que somos muitos, prontos para ocupar vários lugares nesse terreno estriado pelo Estado. Junho de 2013 foi um acontecimento analisador, que deixou exposto justamente esse novo horizonte de possíveis de um território onde o nomadismo está proliferando. O emergir de um tipo de cartografia ético-estético-político que lança luz sobre outra correlação de forças em disputa no nosso território.

Você sabe bem como são os bandos de nômades, e os de hoje não são muito diferente de sua época. Se juntam em grupelhos, organizam-se por grupos de afinidades²⁸, se metem em brigas entre eles, dentre outras coisas. Mas sua multiplicação e proliferação no tempo presente tem um tempero que você só teve oportunidade de vislumbrar teoricamente: a hiperconectividade. Essa nova faceta contemporânea faz com que não seja suficiente refletir sobre a expansão e organização da máquina-de-guerra nômade exclusivamente numa esfera de uma psicologia grupal, social, da microsociologia e mesmo das ciências políticas e sociais. Mas temos achado muita utilidade numa compreensão *epidemiológica* desse fenômeno de multiplicação nômade. O contágio em larga escala tem sido, a meu ver, a melhor maneira de entender a dinâmica dos eventos recentes. Diz de uma forma de relação não impositiva, mas não por isso menos influente. Nossa ciência política maior (de esquerda, principalmente) parece não reconhecer essa dinâmica tão constituinte da sociedade contemporânea, justamente porque não consegue sair de sua maioria racional, de uma

27 Para maiores desenvolvimentos sobre a ideia do Estado em nós ver *El Estado Inconsciente*.(LOURAU, 2009)

28 A organização por grupos de afinidades é uma característica marcante dos movimentos autômos, e contrasta com a forma de organização verticalizada dos velhos partidos. Pode ser entendido como uma inovação em termos de tecnologia dos movimentos social. “ A organização em grupo de afinidade permite tomadas de decisão bem mais rápidas e igualitárias (os grupos são constituídos de uma pequena quantidade de pessoas que se conhecem)..” (LUDD, 2002, p. 82)

crença na medição e controle absoluto como constructo fundamental de suas análises, e da consciência como eixo norteador dos sujeitos. De certa forma, ainda há pouco entendimento sobre a dimensão subjetiva da composição política do presente. O contágio parece falar de uma lógica outra, uma força que se difere de um exercício de poder e de disputa, mas ao contrário, fala de uma dinâmica de ordenamento e produção do mundo por afetações. Produz-se e transmite-se subjetividade, percepções e afetos a um ritmo estonteante, dando padrões epidêmicos para a dinâmica de comunicação, organização e expansão dos diferentes coletivos de nosso bando nômade. Em junho, momento quando aqueles que até então ignoravam nossa presença tiveram que reconhecer nossa existência, uma grande horda de nômades fez das segundas e quintas-feiras seu momento de encontro nas ruas, subvertendo os usos cotidianos das ruas do centro do Rio de Janeiro. As contradições internas nessas *Zonas Autônomas Temporárias* (BEY, 2001) davam o vislumbre da contradição de nossa própria sociedade, mas, ao mesmo tempo, a aprendizagem que ocorreu na prática de cada dia permitia a essa multidão adquirir uma certa inteligência própria. Uma aprendizagem que se dava num processo que não teve origem exclusiva na racionalidade de uma adesão a um programa revolucionário ou pré-acordos estabelecidos em assembleias. Mas passou por uma aposta nas ações que sentimos e percebemos que produzia afectos alegres, em detrimento à recusa a outras ações que reproduziam afectos tristes. Na prática, a cada nova adesão à manifestação de junho os diferentes grupos de nômades decidiam levar os dispositivos disponíveis em seus arsenais particulares para compor com essa ação maior que sentimos que aumentava nossa potência de vida. Um nomadismo que se move sobre os escombros da cidade capitalista ao ritmo de uma melodia spinozista, da ação-invenção de outros modos de existir como motor para ações de expansão da vida.

As ocupações de rua em junho foram o maior dispositivo que criamos, um dispositivo de visibilidade e de encontros. Através dele pudemos expor para a sociedade a força de nosso bando e a amplitude de nossas pautas, além de utilizar-se do espaço público para nossas articulações e trocas. Um dispositivo nada mais é que um dispositivo, um mecanismo artificialmente criado para produzir um efeito. Não convém pensar aqui detalhadamente os funcionamentos e as composições de um dispositivo, mas somente assumi-los como engrenagens que imprimem certos efeitos sobre o socius com o objetivo de produzir e organizar a realidade. Dispositivos jurídicos, dispositivos de controle, dispositivos da loucura, dispositivos de governo, dentre tantos outros. Os dispositivos aliançados com o Aparelho do Estado garantem os contornos de nossa sociedade, e nós nômades temos como meta a ocupação e o hackeamento desses lugares para dar outros usos, ou então criar os nossos

próprios dispositivos de produção e organização do socius. A jornada de junho definitivamente foi um dispositivo que criamos que se agenciou muito mais com a máquina-de-guerra nômade do que criou alianças com o Aparelho do Estado. Isso não garante que em momentos futuros a grande manifestação de rua não possa estabelecer essas alianças num ressurgimento de marchas pró-família, terra e propriedade, mas por hora a ocupação de rua mantém seu caráter insurgente²⁹.

Me parece útil, sob alguns aspectos, adjetivar o corpo coletivo que se instaurou nas ruas do Rio de Janeiro em junho não como um Gigante³⁰ - como se houvesse uma uniformidade naquele movimento-, mas como uma monstruosidade gigantesca de um milhão de nômades desengonçados, mas que a cada movimento fazia estremecer toda a arquitetura social a sua volta, tanto nos lembrando de que nada é impossível de mudar, como abrindo rachaduras nessa mesma velha estrutura social para que os nômades de plantão pudessem aproveitar de suas brechas para ocupar. E junho foi um condensado de proliferação de nômades ocupando. Não só nas manifestações de rua (nosso maior e mais visível dispositivo), mas em todos os lugares, numa multiplicação de ações de contágio da infestação revolucionária (há de convir que a tarefa última do nômade é expandir, e uma expansão por contágio). Percebemos essa disposição nômade no Facebook, nas mídias tradicionais, nas conversas de ônibus, nas rodas de trabalho. Em cada lugar percebia-se que a epidemia estava em curso. Cada sujeito e coletivo contaminado que naquele momento embarcou nesse devir-revolucionário tentava incitar a baderna como podia, seja se engajando em uma ação direta nas manifestações (advogados ativistas, médicos socorristas, mídiativistas, e tantos outros), seja no ativismo de suas pequenas redes pessoais, no trabalho e na internet. Até os nômades remanescentes do PT parecem ter tentado provocar algum efeito outro por dentro dessa máquina já amplamente absorvida pelo Aparelho de Estado³¹. Enquanto o dispositivo Gigante ia se formando, emitia um sonoro aviso aos nômades: Ocupem! E subitamente, a cidade se viu ocupada por política. O país se viu habitado por política. Assim, o dispositivo-Gigante, que foi perdendo a “paternidade”³² durante o processo de seus inúmeros acoplamentos, entrou no arsenal de possíveis da máquina-de-guerra nômade recente.

29 Após 5 anos dessa carta acredito não ser mais possível dizer o mesmo sobre o caráter exclusivamente insurgente das manifestações de rua.

30 Durante as manifestações a ideia de que o *Gigante acordou* foi amplamente difundida para retratar as manifestações de rua.

31 “Um partido participando das ocupações em curso. Ocupa PT?!” (TIBBLE, 2014)

32 As manifestações, que a princípio foram convocadas pelo Movimento Passe Livre, após seu crescimento independiam das direções desse coletivo.

Guerra

O claro encantamento do seu xará não é tampouco inocente, mas vem carregado de preocupações concretas sobre os rumos desse período de insurgências. Não me permito ser habitado pelo medo de aparelhamentos ou golpes, porque, afinal de contas, já estamos aparelhados, e definitivamente um golpe já foi dado. Mas minha preocupação parte da constatação óbvia de intensificação da guerra e sua expressão de violência e controle. Você acertadamente constatou que a guerra nunca foi o objetivo dos nômades, mas ela sempre se faz presente quando nos atualizamos nesse socius (DELEUZE, GUATTARI, 2007). E no momento não está sendo diferente. Os velhos mecanismos de racismo, machismo, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e as políticas de extermínio do pobre continuam sua caminhada de sofisticações e diversificação de estratégias. Após um primeiro susto frente ao dispositivo-Gigante, os aparelhos do Estado se reagruparam e modularam suas estratégias. A mídia reagiu, realinhou sua tática de simulação do consenso harmonizando as vozes que por alguns momentos ficaram dissonantes para legitimar as arbitrariedades judiciais e a violência policial. O controle adquire dimensões complexas, onde a cidade está hipervigiada, a comunicação está monitorada, e nossos encontros são acompanhados de policiais a paisana. Os exercícios de poder disciplinar e de controle tomam contornos mais acirrados para garantir a manutenção das diferentes linhas que compõem o espaço estriado que estamos questionando radicalmente. Porém, os nômades estão em um estágio de potência tal que têm topado encarar tais investidas. São Black Blocs, Black Profs e Black Ninjas³³ que atestam da inventividade da resistência contra violência e controle estatal. Assim vamos aprendendo a resistir à guerra na prática, incorporando táticas de desobediência civil criativa, de resistência dos corpos com as novas-velhas barricadas para proteger manifestantes, e também aprendendo a explorar a potência da efemeridade e flexibilidade das Zonas Autônomas Temporárias, que nos permite desagrupar e nos diluir na cidade quando necessário para então nos reagruparmos e restabelecemos nosso território de autonomia em outros lugares menos perigosos, menos visados. Uma tática de guerrilha que se desenvolve no emaranhado de conhecimento sobre os modus operandis das forças de segurança; de um saber sobre o território que decidimos nos congregar; e uma noção de que a desistência temporária faz parte integrante de nossa estratégia de segurança e defesa frente as diferentes formas de

33 Alusão ao movimento Black Bloc e suas derivações antropofágicas produzidas nos encontros com outros grupos, como ocorreu em outubro de 2013 com os professores em greve e com grupos de mídia alternativa como a Mídia Ninja.

coerção e capturas.

Nesse recompor o mundo à nossa própria maneira, os nômades começaram a ser caracterizados de vândalos. A figura do vândalo construída na mídia equivale, claramente, à figura do terrorista de outros tempos, forjando-se um consenso subjetivo de que os vândalos são o inimigo da sociedade nesse momento. Mas, afinal, os vândalos não são de fato os principais inimigos, não da sociedade, mas do Aparelho do Estado? Os vândalos-nômades, que nos usos e desusos dos elementos que são disponibilizados em cada lugar que ocupam subvertem a ordem estabelecida. Vandalizamos vidraças de bancos e teses de doutorado. Jogamos pedras portuguesas nas pretensões positivistas de dominar a vida. Ocupamos salas de aula para questionar a loucura e alas de hospitais psiquiátricos para destruir nossa pedagogia capitalista. E cruzamos, todos, em todos os lugares, para tentar descobrir nossos próprios problemas, nossos problemas em comum, nossa problematização sobre o comum. Em outras palavras, estamos vandalizando as linhas do plano estriado pelo aparelho do Estado, e construindo nossos próprios contornos, ritmados por afectos alegres e autonomia.

Autonomia e ações sedentárias

Seria pretensioso de minha parte falar sobre as diferentes pautas políticas que norteiam os bandos nômades, mas em termos éticos um conceito vai ganhando consenso, principalmente por sua transversalidade de sentidos e significados: a autonomia. Falo dessa noção de autonomia que você sustenta (ROLNIK, GUATTARI, 2005), não como um objeto do qual é possível ter posse, mas de um processo, uma função, ou melhor ainda, um exercício. Um exercício que envolve percepções e sensibilidades construídas pelos próprios sujeitos, ao invés de imposto por uma lei externa/transcendental e garantida pelos dispositivos de exercício de poder. Há muito tempo diversos nômades já pensaram sobre a Autonomia³⁴, e agora parece que tem crescido a percepção social de sua necessidade. Será “Autonomia uma ideia cujo tempo chegou?” (ROOS, 2013) É fundamental que criemos nossos próprios dispositivos organizadores e produtores do socius na medida em que ocupamos seus diferentes territórios. Afinal, se os aparelhos do Estado (a serviço do capitalismo) consolidaram dispositivos de exercício de poder disciplinar e de controle para o ordenamento e produção social, não seria possível substituí-los por dispositivos de exercício de autonomia? É desses dispositivos de exercício de autonomia que os diferentes bandos de nômades que

34 Paulo Freire, Cornelius Castoriadis, e todo movimento de pensamento da *Autonomia Italiana*, para citar somente alguns que privilegiaram o conceito de autonomia no seu pensamento.

vagam pelo Rio de Janeiro têm gastado suas energias. O dispositivo Gigante tem seu uso e utilidade, mas não podemos entendê-lo como nossa única nem principal arma. Construir dispositivos de autonomia requer uma outra intensidade dos nômades. Um se juntar entre os seus mais próximos e experimentar a radicalidade de novas formas de deliberação coletiva e organização.

O vértice de espontaneísmo inventivo que são as ocupações de rua (fruto da imensa heterogeneidade e de sua capacidade de atrair e produzir afectos alegres em larga escala) não ofusca o trabalho de formiga dos bandos de nômades recolhidos nos seus devidos covis. A função integradora das ocupações com caráter mais sedentário dão o suporte para nossos encontros, trocas e experimentações mais amplas. Esses pequenos espaços requerem uma outra sensibilidade e criatividade extremamente aguçada para perceber os locais onde há um certo desinteresse do Estado, e do qual podemos fazer outros usos. Temos visto de tudo. Prédios largados para a especulação imobiliária sendo tomados, salas de aulas caretas sendo resignificadas como dispositivos de aprendizado e experimentação de práticas autogestionárias, praças como palco de um exercício político de democracia direta, alas de hospitais psiquiátricos resignificados em espaços de convívio entre loucos, artistas e militantes. Conseguimos inclusive hackear um pouco desse sistema público-privado, por dentro de equipamentos do governo, de ONGs ou empresas, para usar de sua infraestrutura e recurso financeiro como suporte de alguns de nossos dispositivos de exercício de autonomia. Os anos de inverno definitivamente passaram, meu caro. Estamos nos sentindo livres e potentes novamente para fazer outros usos dessa herança arquitetônica que nos persegue.

Alegria-tristeza

Sabe Guattari, não diferente de outros momentos de ebulição social e infestação nômade, temos esbarrado hoje com dois tipos de militantes-pensadores: o triste e o alegre. O triste é aquele que, confortável em seu lugar de reconhecimento e profundamente aliançado com o Estado, encontrando-se frente a um cenário social onde há uma ampliação do horizonte de possíveis, se recolhe em sua amargura e a todos julga. Lançam notas de repúdio em sites, críticas em jornais, desferem toda sua acidez julgadora em suas salas de aula, enfim, se juntam nos seus círculos para falar mal dos grupos nômades em ação. Há, ao contrário, o militante-pensador alegre, que é atravessado nesse momento por afetos que aumentam sua potência de agir e o colocam em plena ação sobre o mundo. Se esboça críticas, é num exercício de contribuição para a aprendizagem coletiva. Não usa de argumentos estapafúrdios

para justificar ou legitimar a manutenção dos estratos dados, mas brinca, antropofagicamente, com qualquer elemento que surge no presente imediato para provocar desterritorializações e contágio de afectos alegres. Enfim, os pensadores alegres se lançam nos arraiá dos nômades para celebrar e inventar junto maneiras de propagar esse vírus revolucionário. Saudoso Guattari, tenho certeza que você se portaria como um militante alegre, repetindo sua prontidão para as lutas da mesma maneira como fez em maio de 68, trazendo todos os elementos que dispunha para compor nossas barricadas contemporâneas³⁵. Mas, não estando mais aqui de corpo presente, sua presença se faz sentida pelos dispositivos escritos que deixou para nosso arsenal nômade. Quem sabe não conseguimos utilizar da Filosofia da Diferença como uma das bases para uma Política da Diferença, aspirando as mesmas pretensões spinozistas. Da potência de vida como valor ético último. Ao invés de uma política baseada nos direitos naturais e universais, materializado em um legislativo, executivo e judiciário destacados da produção social, uma política de uso cotidiano, suportada por uma avaliação ética dos efeitos concretos de nossa produção no campo social. Ainda há um longo caminho para conseguirmos estabelecer os dispositivos de uma política da diferença, os dispositivos de exercício de autonomia ao invés do exercício de poder. A ação do homem e da sociedade orquestrada por afectos alegres que produzam nos sujeitos um aumento da potência de vida e de sua capacidade de agir sobre o mundo. É dessa aspiração que esse nômade que vos escreve encontra-se tomado.

Saudações brasileiras, Guattari. No proximo ato gritarei '*olha eu aqui de novo*'³⁶ por você!
abraços

Felix Guaranni

35 Sobre Guattari e o maio de 68: “Quando a contestação se generaliza, Guattari é como um peixe na água. Ele vê se realizar o deslocamento das esperanças revolucionárias, pelo qual trabalha desde suas teses de Oposição de Esquerda, para o movimento estudantil, concebido como ponta de lança da luta social, único capaz de escapar dos aparelhos burocráticos. Ao mesmo tempo, ele está aturdido, estupefato com o caráter espontâneo dessa eclosão: *'Quando 68 estoura, tenho a impressão de estar ficando maluco. Tenho uma sensação estranha, total. Encontro-me nesta Sorbonne, que me deixava enfastiado, no anfiteatro Richelieu... Incrível, é uma experiência incrível. Não vi nada acontecendo e não compreendi nada. Depois de alguns dias é que me dei conta.'* No entanto, Guattari tinha sido informado por seu bando do que se passava há alguns meses no campus Nanterre... Em abril de 1968, Guattari, intrigado, vai então a Universidade de Nanterre para sentir de perto um movimento que já tem seu líder carismático na pessoa de Cohn-Bendit, que alia talento de tribuna, humor devastador e senso de oportunidade inato. Guattari vai de Paris para La Borde, onde vive, trabalha, e reúne as tropas, convocando os médicos, os monitores, os estagiários, assim como os pacientes, para reforçar as fileiras da revolução em marcha nas ruas parisienses. Jean Oury, diretor da clínica, embora entusiasmado com o movimento, considera irresponsável esse último ponto” (DOSSÊ, 2010, p.148)

36 Palavra de ordem presente em todas as manifestações de 2013.

Adriano Pilatti post de Facebook -28 de julho de 2014 ·

A sempre saudável irreverência de Rubem Alves e os "sacodes" que dava na intelectualidade de relógio-ponto:

"Se a gente pedir para os moradores da universidade fazerem um trabalho sobre uma coisa complicada, sobre a qual existe uma bibliografia, tudo bem; eles fazem. Mas se a gente pedir para que façam um trabalho sobre aquilo que estão vendo, eles ficam paralisados. Para ver, eles precisam de uma citação".

Assim foi com muitos PhDs-em-si-mesmos a partir de junho do ano passado. Entrincheirados em seus cômodos sofás e dogmáticas certezas, deixavam-se guiar pela impren\$a, "não viam e não gostavam". E disparavam flatulências pseudo-eruditas para condenar o que não conheciam nem compreendiam (e até hoje não conhecem nem compreendem), tentando talvez se defender de suas próprias inseguranças.

Outros até compareciam às manifestações, mas talvez atordoados com a maravilhosa, potente e contraditória explosão [no sentido figurado, tá, p2?...] da multiplicidade de singularidades em movimento, não conseguiam se abrir para o novo que a todos surpreendia. Davam seu tradicional rolê de 15 minutos só para serem vistos, e refugiavam-se na mesa de bar mais próxima, empunhando amareladas (no duplo sentido) notas de pé de página para implicar com tudo.

Alguns, devastados pelo ressentimento, chegaram "sovieticamente" a acusar de "louco" quem ousava olhar para tudo aquilo com olhos de primeira vez. Com isso só conseguiam denunciar sua própria deslealdade e - pobre a rima porque pobre o motivo - sua própria
pequenez.

Mas o pior mesmo é o estrago que uns e outros irresponsavelmente causaram e ainda causam na percepção e na compreensão dos seus incautos pupilos. Tristes "saberes" que esterilizam, embotam e paralisam, ao invés de fecundar, inspirar e co-mover...

CONTÁGIOS INSURGENTES

Relato 1 - O chute errado, 06 de Junho de 2013.

Existem coisas que nossos corpos querem fazer, coisas que você sabe que são certas, mas ainda assim as normas sociais conseguem moldar nossos corpos ao “bom comportamento”, rígido e arregimentado. (Des)atuar é simplesmente ter a coragem (do francês *coeur* que significa literalmente do coração) de deixar nossos corpos fazer o que quiserem. (GRINDON, JORDAN. 2010, p. 43)

Aqui estou, debaixo de uma chuva de gás lacrimogênio. Um cheiro que confesso não ser familiar. Na verdade, nada nesse cenário que me encontro me é familiar. A polícia, a uns 200 metros de mim, em posição de enfrentamento, em formação de guerra, com suas armas viradas em minha direção. Logo eu, branco, classe média, com meu título universitário. Não sou abordado por policiais na rua, não moro em comunidade. Nunca senti na pele o que é ter o aparato do Estado tão diretamente em conflito com minha pessoa. Isso é novo. Confesso que essa sensação me dá um ânimo, uma adrenalina que supera em grande escala o medo que também me habita. A confusão já foi armada, não por mim, mas mesmo assim não existe mais a possibilidade de me situar de maneira neutra nesse campo de batalha. É a terceira manifestação contra o aumento da tarifa, convocado pelo Movimento Passe livre, e minha primeira participação. Apesar de ter lido relatos de violência policial nas manifestações anteriores em São Paulo, não imaginei que a manifestação de hoje aqui no Rio se transformaria nessa batalha aberta.

O estopim do conflito agora não importa muito (e não vai importar nunca, porque independente de qual seja o estopim, o conflito nas manifestações parece que sempre surge, e a serviço tanto de uma legitimação da violência policial como para uso midiático). O que importa é o fato concreto de que os cerca de 50 policiais estão alinhados atirando em nossa direção.

Não somos muitos. Cerca de 500 pessoas, espalhados ao longo da av. Primeiro de Março, alguns mais a frente, fazendo barricadas improvisadas para atrasar o avanço da polícia, aparecendo e desaparecendo entre a fumaça do fogo ateado na rua e das bombas de gás lacrimogêneo. Para trás da manifestação estão inúmeras pessoas correndo, procurando ar fresco para recuperar o folego prejudicado pelo gás. Bombas de efeito moral explodem criando ainda mais uma sensação de guerra. Os manifestantes agora desistem de enfrentar o

batalhão de choque e correm na direção oposta a barreira policial, rumo a Candelária. Nesse momento de correria, algumas meninas encapuzadas com máscaras pretas improvisadas quebram vidraças, vitrines de bancos e picham igrejas. São jovens adolescentes, meninos e meninas com rostos tampados e plena convicção de estarem enfrentando diretamente o Estado. Essa galera tá puta, está atualizando nos seus corpos a antiga ideia revolucionária da ação direta. E funciona? Depende do seu ponto de vista. Para mim, um adepto das teses guattarianas sobre devir-revolucionário, não tenho como não achar que tudo isso é útil sim. E contagiante, aumenta minha potência de agir (e dos outros a minha volta também). O medo vai diminuindo à medida que aprendo a trajetória que as bombas fazem no ar, o modus operandi do batalhão de choque, e me sinto encorajado a me aproximar um pouco mais dos manifestantes que formam a primeira linha de resistência e barricada. Não chega a ser uma primeira linha organizada, mas mais um bando esparso puxando o que estiver solto para o meio da rua, ateando fogo em lixeiras e jogando pedras em direção a polícia, na tentativa de retardar o avanço dos escudos e capacetes reluzentes da PM.

As trajetórias das bombas são bonitas de se ver. Primeiro escuta-se o barulho do disparo, em seguida o artefato realiza uma longa parábola pelo ar, deixando um rastro de fumaça como calda, para enfim cair no asfalto quicando sobre o chão. Já no chão, a bomba de gás continua viva, ricocheteando enquanto solta seu veneno. Uma delas cai bem próxima de mim e sou comedido pela vontade irresistível de chutar essa pequena cápsula de volta para a polícia. Mas não é tarefa fácil, além de não ficar quieta, o gás que a cápsula continua soltando forma uma parede de fumaça tornando impossível saber com precisão a sua localização. Mas não importa, tomo impulso e chuto o ar com toda a força possível, torcendo para acertar a bomba, o que de fato não ocorre. Acho que ninguém viu minha *capada* épica, meu chute errado, afinal, não tem muita gente a minha volta. Na verdade, descubro que nesse momento sou o manifestante mais próximo da polícia, e o medo volta a tomar meu corpo, o fôlego volta a ser comprometido pelo gás, os olhos ficam irritados, a tosse se torna incessante, e não resta nada a fazer a não ser recuar. Já contribuí com minha parte nesse enfrentamento. Volto correndo para mais perto do restante da manifestação, que se reagrupou e começa a gritar palavras de ordem na chegada a Candelária: *acabou o amor, isso aqui vai virar Turquia!*

Quando a manifestação começa a virar para entrar na Avenida Rio Branco vejo três policiais do Choque se aproximando do grupo pela direita, para em seguida começar a atirar nos manifestantes a minha frente, com suas escopetas de bala de borracha. Fico aterrorizado com a cena. Parecem estar brincando de tiro ao alvo. Por sorte não é em mim que estão mirando. Mas de fato vejo que nós manifestantes somos a encarnação do inimigo do Estado

essa noite. Somos aqueles que devem ser combatidos e eliminados. Não é de se esquecer tão facilmente a noite em que me viram como criminoso e colaram no meu peito um alvo a ser acertado. Se isso vai me fazer recuar? Tá brincando, parece que agora sim faz sentido estar na rua.



MULTIPLICAÇÃO DAS BORDAS

Por Félix Berzins e Kátia Aguiar

Texto adaptado do artigo:

Aguiar, K. Berzins, F. Habitar as bordas e pensar o presente. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 437-448, jul./set. 2014

Encontramos na obra de Mezzadra e Neilson (2013) uma engrenagem conceitual que tem se mostrado de grande relevância para pensar os processos de militância contemporâneos: o conceito de borda, que aponta tanto para um olhar sobre o território como também uma perspectiva epistemológica. Para os autores, em lugar de estarmos vivendo um mundo sem fronteiras, a globalização produziu a multiplicação de *bordas*, uma espaço limite que define diferentes tipos de fronteiras (materiais e subjetivas) que atravessam e marcam as segregações de lugares e pessoas. Para os autores a borda não é um simples traçado que desenha um dentro e um fora, mas um dispositivo organizador e produtor do mundo, com função ativa de articular e organizar os diferentes fluxos constitutivos do capitalismo. É por meio das disputas travadas no terreno de exercício de poder desses dispositivos normatizadores que se desenha as linhas duras da cartografia estriada do contemporâneo. Afirmar a proliferação das bordas e sua força produtiva do mundo é reafirmar um posicionamento político agenciado com lutas cotidianas e territoriais, marcadas pela normatização de identidades e produção de espaços de exclusão na própria cidade. Ao dar visibilidade aos limites impostos pelo capitalismo, ressaltando a institucionalização de dispositivos de produção e manutenção de bordas, reconhecemos que os inúmeros processos de diferenciação contemporâneos continuam a produzir formas concretas de dominação e exploração de sujeitos, classes e países. Vale ressaltar que para os autores não existe um fora completo. Não existia um lugar para além das bordas, um espaço-tempo que seria possível habitar fora do guarda-chuva do Capitalismo Mundial Integrado. Existe sim um dentro e uma zona limítrofe que se encontra justamente nas bordas. Porém, mesmo aqueles que habitam nessa zona fronteira fazem parte do capitalismo, são peças da engrenagem de servidão maquínica (LAZZARATO, 2014), mas, por serem atravessados pelas bordas sofrem e vivem um modo de existência precarizado, invisibilizado e repleto de violência. São sujeitos com menos direitos, menos acessos, e maior

descartabilidade. Tem suas identidades forjadas em subjetividades produzidas midiaticamente que afirmam a marginalidade, como rebeldes, terroristas e imigrantes, que, ao tentar se esquivar da captura dos diferentes artifícios de controle sofrem com muito maior intensidade o exercício da coerção disciplinar, reforçando novamente, na história da humanidade, a linha de violência e guerra como recurso último de normalização da sociedade: "no cabaré da globalização, o Estado se mostra como uma dançarina que se despe de tudo até ficar somente com o mínimo de vestimenta indispensável: a força repressiva." (MARCUS, 2004, apud. ROOS, 2013, p. 4).

A borda é uma zona-limite de segurança e isolamento concreto, não somente um conceito filosófico. É um dispositivo material da sociedade que, assim como a prisão-escola-fábrica, exerce pela disciplina e controle o poder de um Estado a serviço do capitalismo. São fronteiras de territórios em disputa geográficas e geopolíticas, como a Palestina, mas também lugares delimitados por esferas de ordem simbólica, linguística, cultural e urbana. Em outras palavras, a borda compõe um conjunto de dispositivos de normatização que organizam e produzem o mundo. No pensamento sobre as bordas que se atualizam no presente não podemos esquecer de sua dimensão transversal, deixando tanto nos corpos como em territórios marcas de exclusão produzidas por imperialismos e colonialismos, machismos, racismos, xenofobias, lutas de classes e tantas outras formas de exploração/dominação/opressão que nos atravessam e imprimem um emaranhado de segregações do contemporâneo. Em todas essas delimitações a borda exerce uma função crucial de ordenamento por hierarquizações e estratificações. Sua territorialidade aponta para questões referentes ao direito à cidade - moradia, transporte, saúde, educação, segurança, acesso a políticas públicas -, e nos permite ajustar o olhar sobre as dinâmicas de inclusão/exclusão exercidas por diferentes aparelhos estatais. Em suma, a noção de borda nos desloca para um ângulo epistemológico que constrói um olhar específico das forças que constituem sujeitos, cidades e suas relações. As chamadas periferias e os diferentes processos de marginalização que as atravessam, por exemplo, carregam no próprio nome a marca de estar atravessada por diferentes tipos de zonas-limites: nas bordas de uma sociedade de consumo, da cidadania, da divisão de classes, da segregação racial, dos direitos humanos e tantas outras.

Essas zonas limítrofes podem ser pensadas, em diálogo com Foucault (1986), como *zonas vulneráveis*, que conotam uma mudança de paradigma de um Estado que, devido a sua situação econômica delicada, já não pode ser onipresente, estando então obrigado a adotar outras estratégias de ordenamento com o objetivo de economizar no seu próprio exercício de

poder. Nesse novo procedimento, localiza certo número de zonas em que não deseja que nada ocorra, expondo um aparente desinteresse pelos problemas ali postos. Sobreposto sobre essas zonas, mas também transbordando esses limites, as *margens de tolerância* referem-se a um afrouxamento, a certo relaxamento dos controles cotidianos, deixando à sociedade um grau de delinquência, de ilegalidade e irregularidade. Na nova ordem, a criação de margens de tolerância tira dos procedimentos ilícitos seu caráter desviante e utiliza-se da aparente inoperância dos aparatos legais como uma estratégia de ordenação, uma tecnologia de regulação e produção do mundo. Em outras palavras, sobre as bordas há uma produção de invisibilidade que autoriza e legitima diferentes formas de violação exercida pelos aparelhos do Estado, seja ativamente pelo exercício de violência, ou de forma passiva, pela ausência e ineficácia dos mecanismos de garantia de direitos. Esse relaxamento das margens de tolerância também expõem a produção de ilegalidade como recurso do sistema capitalista. Um exemplo da utilidade da ilegalidade ocorre nas zonas de fronteira geopolítica, que têm como função manter a soberania de um território e ditar a dinâmica de inclusão/exclusão de sujeitos e produtos. Além de terem uma função limitadora e de contenção, essas zonas de fronteiras são também produtoras de uma ilegalidade em particular de reconhecida importância para os mercados de trabalho neoliberais: os imigrantes ilegais. Sejam os mexicanos nos EUA ou chineses no Brasil, as economias nacionais globalizadas necessitam desses setores da população para a manutenção de suas altas taxas de lucro. Assim, a tolerância presente na borda serve tanto para abrir espaços para a intensificação do uso da violência, como forma de coerção disciplinar pelos agentes do Estado, quanto para a produção de diferentes classes de ilegais que, tendo ultrapassado limites, num movimento não autorizado, tornam-se sujeitos sem pátria, sem direitos, e por isso mais fragilizados perante as estratégias de exploração trabalhista. É por meio dessa marca de ilegalidade que os imigrantes nunca efetivamente ultrapassam a fronteira, mas continuam na sua borda, ou melhor dizendo, são sempre atravessados por ela, estando assim sob constante controle e em risco. Nessas condições, em meio a um jogo de chantagens, esses refugiados do sistema capitalista se submetem a condições mais precárias de vida como forma de se fazerem necessários nas terras de exílio. O Estado os tolera enquanto conseguem manter esse tipo de utilidade, mas na invisibilidade das margens de tolerância, estão submetidos a contextos extremos e constantes das mais variadas formas de violência. Essa dinâmica é tão real para imigrantes ilegais como para outros sujeitos borderlines, fixados nas bordas da cidadania e dos direitos humanos, como os sem propriedade privada, sem poder aquisitivo e sem moradia; ou então os sujeitos atravessados pelas bordas da loucura e da criminalidade. Sujeitos sobrevivendo precarizados

nas diferentes periferias das cidades.

Se com Foucault aprendemos a ver o poder como exercício não mais localizado em um centro, mas de forma microfísica e difusa, os estudos de Mezzadra e Neilson (2013) sugerem um segundo deslocamento analítico, recolocando geograficamente o exercício do poder e empurrando seu centro de gravidade para as margens. Da noção de um poder que emana do centro para a percepção da intensificação do exercício de poder nas bordas, os autores constroem um novo mapa de leitura do poder capitalista, uma cartografia que localiza as disputas nessas zonas-limites. A centralidade das bordas indica a abertura de um novo horizonte de possíveis dentro da percepção de que não mais podemos pensar a transformação do estado de coisas vigente por meio da ultrapassagem dos limites impostos, pois não há um fora. A busca por espaços de liberdade e por funções de autonomia, como sugeriu Guattari (1996), reaparece dessa forma como uma construção de possíveis em meio às disputas pelos traçados que nos delimitam. Nessa visada, as resistências podem ser pensadas como ocupações nas bordas, em uma atitude de permanente confronto com Estado em nós, forçando seus limites e/ou criando outras bordas para sustentar contornos do terreno de um comum em construção.

Parece-nos potente utilizar a ferramenta conceitual das bordas juntamente com uma reflexão de viés institucionalista sobre a força produtiva dos dispositivos para pensar o período quente da história em que estamos inseridos, no qual as jornadas de junho de 2013 no Brasil podem ser tomadas como analisadoras a expôr tanto linhas duras ordenadoras do capitalismo quanto linhas de fuga das quais podemos nos utilizar para agenciar montagens-desmontagens-remontagens nas máquinas de resistências contemporâneas. Afirmamos, assim, a ocupação das ruas como um dispositivo analisador, pois torna manifesto “o jogo de forças, os desejos, interesses e fantasmas dos segmentos organizacionais” de nossa sociedade. (BAREMBLITT, 2002 p. 135). Se nas ruas emergem tensionamentos, estes são efeitos, de certo modo, da potência produtiva que as manifestações tem, ao criar no território em que se atualizam seus próprios contornos, questionando assim as bordas fabricadas pelo biopoder e, como consequência, forçando sobre si a explosão do exercício de disciplina e controle dos equipamentos sociais brasileiros.

As manifestações produzem uma visibilidade a diferentes pautas e lutas por meio da produção semiótica de caráter denunciativo - expresso em diferentes cartazes e palavras de ordem – mas também criando e movimentando-se em uma zona própria, a partir da afirmação de um ordenamento outro que não estatal nos seus círculos. Essa *zona autônoma temporária*

(BEY, 2001) surge como forma de resistência coletiva, catalisando em um espaço-tempo as forças de contestação aos consensos forjados pela grande mídia, à legitimidade dos governantes e à autoridade dos agentes de segurança pública. No curto período de tempo em que existem, os protestos de rua conseguem intensificar e visibilizar os conflitos típicos das bordas de nossa cidade, utilizando-se dos corpos de seus manifestantes (OLIVEIRA, 2007) como uma vitrine dos modos de coerção disciplinar e de controle do Estado. As violências repressivas dos agentes do Estado, hiperexpostas em imagens produzidas por diferentes coletivos de mídia alternativa, problematizam em ato uma segurança pública militarizada a mando de interesses econômicos que exercem, com toda a perversidade intrínseca, uma lógica (dura) que remonta a tempos ditatoriais. É pelas palavras de ordem e pela inscrição violenta nos corpos dos manifestantes que os efeitos materiais e imateriais da coerção do Estado são colocados em questão, sugerindo a desmilitarização da segurança pública como ponto de pauta urgente. O despreparo de seus agentes para estabelecer uma relação de diálogo com a população - objetivada como inimigo - e a reprodução de violências emergem como elementos constitutivos das instituições militares e do equipamento de segurança pública brasileiro. O exercício de controle também é francamente exposto nas bordas da rua, nos procedimentos de criminalização dos manifestantes e na produção de um consenso moralizante sustentado pela produção do medo, forjando a figura do vândalo em um processo de atualização da imagem do terrorista. Mas, para além dessas bordas duras fabricadas e sustentadas pelos aparelhos do Estado (mídia, executivo, judiciário e legislativo) encontramos também as linhas de fuga na multiplicação de sujeitos e coletivos produtores de mídias alternativas que fornecem outras narrativas aos acontecimentos, promovendo ainda mais a infestação de subjetividades singulares e revoltosas influenciadas em parte pela estética do vandalismo. A elaboração da crítica expressa no bordão “sem hipocrisia, a polícia mata pobre todo dia”, e a multiplicação de revoltas em zonas de periferia como resposta a eventos de homicídio de jovens por parte de agentes de segurança pública, podem ser tomados aqui como exemplos ou indicativos da intensificação dessas forças paradoxais sobre a população jovem, pobre e negra que vive nas bordas das cidades. As grandes insurgências de rua observadas recentemente não só no Brasil, mas em todo o mundo, reforçam o argumento aqui proposto de que é na borda e com os que são atravessados por suas tensionadas linhas de força que se exercem os processos de resistência e a luta por outras cartografias de mundo. Reconhecendo a diversidade de interesses e de motivações que mobilizam os recentes levantes, desde 2011, e lembrando algumas críticas endereçadas aos novos movimentos sociais na década de 70/80, avaliamos como importante abandonarmos antigos critérios que julgam os modos de

organização dos coletivos e os classificam como sendo ou não pertinentes às lutas contra o sistema. Tais críticas, ora marcadas pelas referências de um verdadeiro caminho revolucionário das esquerdas, ora apoiadas numa tática desmobilizadora dos que representam o status quo, ligam a diversidade a problemas locais, particularizando os protestos. Para Žižek (2013), o que une essa multiplicidade “é que [os protestos] são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização.” (p. 104) De fato, o direito à cidade abriga diferentes demandas que, tomadas isoladamente, podem parecer insignificantes - como os tais vinte centavos somados ao valor das passagens que foram os estopim das manifestações no Brasil – mas todas funcionaram como disparadores de indisciplinas e insurgências endereçadas ao sistema do capital e suas mazelas, entre elas a expansão do mercado, a clausura do espaço público, o encolhimento de sua rede de serviços e o incremento do autoritarismo político. Da Síria ao Egito, deslocando-se para a Espanha, a Grécia, os EUA, o México, o Chile, a Turquia e o Brasil, as experimentações vivenciadas nas diferentes zonas autônomas temporárias criadas nos eventos parecem contagiar e modular subjetividades talvez sinalizando uma infestação irreversível. Em análise recente, Roos e Oikonomakis (2013) denominam de “Movimento Pela Democracia Real” o ciclo de insurgências recentes ao redor do mundo, e afirmam que, apesar das distâncias e dos diferentes contextos, essas insurgências não estão isoladas umas das outras. Os autores destacam cinco ideias que se interconectam e se sobrepõem nos movimentos: 1- radical autonomia em relação ao Estado, expressa na ideia de “tomar o mundo sem tomar o poder” (pressuposto *roubado* do Exército Zapatista de Libertação Nacional); 2- rejeição à representação como forma de organização política em favor de assembleias horizontais e democracia direta; 3- sistemática recusa a elaborar demandas aos governos em função da inspiração anarquista de ação direta; 4- ocupação como método de luta; 5- modelo de luta política pré-figurativa, em que a forma de organização do movimento deve espelhar a sociedade que queremos. Os manifestantes, as mídias alternativas e os coletivos de pensadores/pesquisadores que têm tomado a revolução em andamento como objeto privilegiado de suas pesquisas militantes (BOOKCHIN et al., 2013), em conexão com os diversos eventos insurgentes nas últimas décadas - como o ciclo de manifestações antiglobalização ocorridas no Hemisfério Norte entre os anos 1999-2002 - dão corpo a uma nova gramática política em construção por essa rede aberta. Se os indignados espanhóis canalizaram a potência da crítica ao sistema de governo representativo através do conceito de “Democracia Real Já”, o movimento Occupy Wall Street contribuiu com a reinvenção da linguagem da democracia através da ressignificação das lutas de classes ao expandir seus contornos tradicionais de operário e patrão na afirmação da precarização da vida de 99% da

população mundial. Já a contribuição das manifestações e ocupas do Brasil também se mostra singular, pois, conforme afirmação de Ortellado (2013), a jornada de junho de 2013 conseguiu emplacar mudanças reais que geraram um impacto concreto na vida cotidiana do trabalhador comum, fato que, muito mais do que a economia de 20 centavos, por exemplo, contribuiu fortemente para uma consciência revolucionária ao mesmo tempo em que aponta para objetivos mais amplos, como a desmercantilização dos serviços públicos e o direito à mobilidade urbana.

Concluimos trazendo a pergunta, elaborada por Jerome Roos (2013) no título do seu artigo: “Autonomia, uma ideia que cujo tempo chegou?” Se com Foucault problematizamos o presente analisando os limites a nós impostos para um exercício de ultrapassagem, uma aposta escorada em um novo campo semântico da gramática política em construção é a de que o que precisamos superar são os próprios modos de ordenamento - disciplinar e de controle – na elaboração de novos contornos a partir de práticas autogestionárias em todas as esferas da sociedade. Exercícios de autonomia coletiva no trabalho ou na vida cotidiana, colocando os sujeitos envolvidos para definir eles próprios suas bordas, suas práticas de ordenamento e articulação. e novas institucionalidades - um processo sem fim, mas que já se encontra em pleno andamento: Melhor do que ser erroneamente levado a pensar que precisamos desesperadamente inventar algo completamente novo nunca antes tentado ou pensado, temos que conceber como desafio a atualização das potencialidades não efetivadas e a expansão de alternativas reais já existentes. Nesse sentido, temos que reconhecer que a sociedade revolucionária já está sendo feita enquanto nós falamos – “seja através da produção e distribuição de softwares livres seja pela ocupação de fábricas falidas e o seu recomeço de produção sob o controle dos trabalhadores; seja na formação de democracia direta em comunas rurais e assembleias de bairro urbanas, seja pela criação de coletivos de mídia alternativa administrados cooperativamente e jornais acadêmicos de código aberto [open-source]”. (ROOS, 2013, p. 14, tradução nossa). A todo momento surgem iniciativas que apontam para essa direção. No Brasil, um dos eventos mais recentes que demonstra essa potência latente foram as ocupações de escolas públicas a serem fechadas pelo governo de São Paulo, demonstrando como a resistência coletiva tem viralizado como uma alternativa concreta ao modo subjetivo passivo frente as violações do Estado.

As oportunidades disponibilizadas para a construção de uma resistência nas esferas local e global partem dos mesmos contornos, terrenos e dispositivos em que o biopoder se expressa. A luta na borda, o uso de um sistema geral de comunicação como forma de articulação, compartilhamento e contágio de subjetividades revoltosas, e a constituição de

consensos já não forjados pelas mídias, mas acordados como algo comum a todos os envolvidos nessa luta. As experimentações parecem produzir suas próprias sedimentações (proposições e lições desdobradas a cada evento) e suas linhas de fuga (movimentos de escape e expansão de limites, derivas minoritárias). Há um devir revolucionário que se espreita - como sugeriram Deleuze e Guattari (1996) - numa certa maneira de ocupar, de preencher o espaço-tempo, ou de inventá-los, em percursos à procura do estatuto de uma máquina de guerra.



CONTÁGIOS INSURGENTES

Relato 2 - Vivências compartilhadas, Setembro de 2013.

“É fácil se sentir paralisado pelas complexidades do mundo, sentir que nada do que você faz vai fazer diferença algum dia. Aqueles que estão no poder querem que a gente se sinta dessa forma, mesmo que eles tendam a ser a minoria. Mas quando relembramos momentos da história, podemos ver que cada movimento, cada mudança na sociedade, começou com um pequeno grupo de amigos tendo uma idéia que parecia impossível na época.” (GRINDON, JORDAN. 2010, p. 46)

Após o casamento um grupo de conversas se formou, no mesmo canto que costumávamos nos reunir na igreja evangélica que fazíamos parte. Era um grupo de amigos de adolescência que não tinham mais afinidade, apesar da proximidade de uma década atrás. Quase não se encontravam mais, a não ser em eventos como este: o casamento de um do bando. O rumo da conversa deveria seguir o mesmo caminho que esses encontros habitualmente tem: conversas sobre o passado e histórias de adolescência. Acho que a previsibilidade temática da conversa ocorre para não falarmos de temas que expõe o quanto cada um ali mudou e fizeram escolhas diferentes na vida. Principalmente nesse contexto de amigos de adolescência que se conheceram por frequentar a mesma igreja evangélica.

Porém, a conversa não fluiu da maneira comum, porque não era uma época comum. Era julho de 2013, havíamos acabado de compartilhar um acontecimento político gigantesco no Brasil. O impacto desse evento foi amplamente rizomático, atingindo, até onde pude perceber, os diferentes estratos da sociedade, indiscriminadamente. As imagens, primeiramente de agressão policial, e posteriormente da resposta massiva da população (com imagens icônicas para a subjetividade política brasileira, como a tomada do Congresso Nacional em 2013, ou mesmo da garotada adolescente enfrentando caveirões) circulavam no imaginário de muitos. A sensação era de efervescência social, de rebeldia coletiva. Então, ao invés desse antigo grupo de amigos ficar compartilhando histórias da adolescência, estávamos compartilhando, animadamente, histórias do 20 de junho de 2013. Praticamente todos que conversavam naquele momento estiveram na manifestação do dia 20. Alguns se encontraram no ato, outros estiveram sozinhos, mas todos tinham alguma história para contar. Para a maioria das pessoas da conversa, 20 de junho foi a primeira vez que viram a polícia atirando contra eles (armas-não-letais), e a primeira vez que respiraram gás lacrimogênio. Normalmente, nesse momento de *perda de virgindade manifestante*, não se acredita que a

polícia vá fazer nada, afinal, a manifestação estava evoluindo de maneira pacífica. Até que subitamente, BUM! Uma primeira bomba estoura. A partir de então a manada de manifestantes começa a correr em direção oposta a polícia. Alguns gritam *-calma, não correm* mas a grande maioria dos manifestantes ignora o pedido de calma. Começam a soltar bombas de gás lacrimogênio à frente e atrás dos manifestantes, cercando todos os lados com a fumaça sufocante. O gás começa a arder, os olhos lacrimejam, fica impossível respirar. A pela arde, o desespero bate. O coração acelera e, como não dá para respirar, a sensação é de que você vai morrer. Isso não dá para esquecer.

Quase todos que foram às manifestações de junho partilharam dessa experiência. É uma primeira vez marcante e estimulante para a sensação de revolta. Os manifestantes que chegavam gritando *-sem violência-* saíam iguais a todos os outros: com a cara branca suja de leite de magnésio, olhos vermelhos, tossindo, com ar de atônitos e/ou revoltados. Se voltassem à próxima manifestação, já não gritariam mais *sem violência* (a progressiva adesão e posterior abandono do grito do *sem-violência* nas manifestações de 2013 está bem documentado no filme “Com Vandalismo”, do Coletivo Nigéria Audiosuais[2013])

Compartilhar vivências de manifestações com o grupo que hoje tenho afinidade (ativistas, militantes, profissionais de políticas públicas, professores, estudantes de humanas, dentre outros) não é um evento raro. Mas, compartilhar experiências de militância com antigos amigos evangélicos (dos quais muitos continuam sendo evangélicos), foi mais uma das cenas analisadoras de 2013. Desvelando como foi disruptivo o evento Junho, e como essa disrupção produziu um comum compartilhado por grupos inseridos em diferentes bolhas, diferentes estratos da sociedade. Não somente a vivência em si, mas a percepção da potência de participar da vivência. Naquela conversa pós-casamento não havia necessidade de se travar embates de posicionamentos políticos, discussão sobre esquerda-direita, sobre pautas polêmicas como cotas, armamento da população, aborto, diversidade sexual, dentre outros temas que costumam ser difíceis entre pessoas de posicionamento políticos diferentes. Essas diferenças ficavam suspensas, como tantas outras. O *comum* de estar posicionado ao mesmo lado em uma revolta, um momento de insurgência, fazia com que tanto anarquistas e esquerdistas como liberais e evangélicos compartilhassem, mesmo que momentaneamente, a crença em outro mundo possível, assim como sentissem o desejo de revolta e enfrentamento aos aparelhos de repressão do Estado. Não é pouca coisa essa conjunção. É rara e extremamente singular, mas que aponta para uma virtualidade de possibilidade de agenciamentos progressistas que, no cotidiano da vida, são impensáveis.

Eu não acredito na filiação- Post de Facebook de julho de 2013³⁷.

Para a formação de uma organização social qualquer, de um coletivo em torno de um objeto em comum, são dois modos possíveis de conexão entre os sujeitos. O primeiro, hegemônico nas estruturas formais da sociedade, é a filiação. Nela, pressupõe que o sujeito, ao se filiar a uma organização, se submete a uma totalidade de regras, com direitos e deveres, orientados por um eixo ideológico central maior que seu desejo individual, que sua vontade particular. A filiação pode ser voluntária, como no caso de partidos; pode ser compulsória, como no caso de sindicatos; ou até mesmo hereditária, caso de algumas religiões como o judaísmo. Mas a filiação sempre pressupõe a submissão da singularidade do sujeito em prol de um objetivo maior, representado pelos ideais explícitos de sua organização. A voz e autonomia do sujeito são achatadas pelas ações e estratégias traçadas em assembleia ou outra instância deliberativa composta por um pequeno número de representantes, como conselhos, diretório, etc. No ato de filiação o sujeito assina um contrato no qual reconhece que a regra do jogo é esta: o que a instituição decidir deve-se obedecer, seguir os rumos. A negação individual das regras e estratégias coletivas implica, quase que necessariamente, uma insubordinação inaceitável.

Outro modo de conexão entre sujeitos, conforme apontado por Guattari e Deleuze, é pelo contágio. O contágio é muito mais flexível e orgânico em relação a como os sujeitos se relacionam uns com os outros, como se agenciam. Pode parecer estranho à primeira vista a comparação entre filiação e contágio, mas apontam conceitualmente para dois funcionamentos opostos sobre a organização de coletivos. Se a filiação apresenta uma estrutura organizacional verticalizada e regida pela lógica do contrato de submissão dos seus membros, o contágio diz de uma estrutura organizacional horizontal, regida pela lógica dos afetos. Ao invés da razão decisória, afetos que mobilizam.

Pensemos a aplicação dessa tensão conceitual nas manifestações atuais: o povo³⁸ brasileiro não se reconhece como tal por meio da filiação. Não nos filiamos como povo brasileiro. E por isso mesmo, quando vamos para rua não é porque alguém mandou, ou porque existe algum coletivo legítimo que chamou e todos nós obedecemos. Mas o enxame de

³⁷ com enxertos teóricos escritos a posteriori.

³⁸ Penso aqui no conceito de povo junto em consonância com o Comitê Invisível : “Não é o povo que produz o levante, é o levante que produz seu povo, suscitando a experiência e a inteligência comuns, o tecido humano e a linguagem da vida real, que haviam desaparecido. Se as revoluções do passado prometiam uma nova vida, as insurreições contemporâneas fornecem as ferramentas” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016 pg. 51-52)

manifestantes tomando o Brasil se deu pela simples medida do contágio³⁹. A potência de vida circulou de tal forma que despertou nos sujeitos a vontade de se agregar a esse corpo coletivo que se formava na rua, de resistir a polícia, de cantar palavras de ordem, a ponto de ser possível estar lado a lado anarquistas, sindicalistas, artistas, esquerdistas, coxinhas, adolescentes e tantos outros. O agenciamento de sujeitos tão heterogêneos só foi possível pelo desejo que os mobilizou para tal, expresso na vontade de viver a cidade nas ruas, resistindo às opressões e ao modo burocratizante e chato do dia-a-dia da cultura massificada. Um desejo de sentir e compartilhar a alegria de acreditar numa mudança possível. Se dependesse de acordos formais, racionais, contratos sociais, não haveria um agenciamento tão amplo e heterogêneo.

A mentalidade das instituições tradicionais, que funcionam pela filiação, deixam a mostra seu modo de funcionamento nesse período instituinte. Quando se é filiado, automaticamente se identifica quem não é filiado. Esse não filiado é sempre um inimigo em potencial. Nas manifestações recentes, a exclusão do outro se materializa nas frases dos manifestantes partidários e sindicalistas como: *essa passeata é da esquerda, não dos coxinhas; quem faz baderna são os anarquistas, não nós;* e tantas outras que, ao invés de interpretar o acontecimento pelo contágio, o interpreta pela filiação. O modo de operar e pensar por meio da filiação fornece subsídios para narrativas totalizantes e totalitárias, ilusão de controle e constante exercício de exclusão da alteridade. O modo filiação é claramente expresso nas organizações de partido e sindicato, mas não é exclusivo desses grupos. Se expressa também em qualquer sujeito, mesmo que este não esteja formalmente filiado a alguma organização política. O modo filiação, para além de um mecanismo formal/legal de vinculação a um coletivo, faz parte da composição da subjetividade dominante do contemporâneo. Uma subjetividade que produz no sujeito-manifestante localizar como inimigo/oponente qualquer um que se diferencie da sua própria identidade pessoal/grupal: *o anarquista baderneiro, o partidário que aparelha, o cara-pintada massa de manobra, o alienado, o fascista...*

Além da exclusão, a filiação reforça as hierarquias internas de um coletivo, com centros de comando que devem decidir e organizar como as coisas devem acontecer. A

³⁹ Em pesquisa a partir de depoimentos de manifestantes, Mendonça destaca o seguinte: “Os depoimentos indicam a potência de uma experiência coletiva como a de junho de 2013. O acontecimento histórico se impõe aos sujeitos, afetando-os e retirando-os da continuidade de suas rotinas. O processo político os ‘atropela’ e os empurra ‘para as ruas protestar’. Fundir-se à ‘massa’ é a forma de ‘não ficar vendo a banda passar’, de dar visibilidade ao poder da população. A rua é o local de mostrar esse poder, para além das demandas que surjam dessa demonstração de empoderamento.” (MENDONÇA, 2017)

filiação procura aparelhar, dar um direcionamento para a suposta massa incapaz de pensar por si só. A estrutura organizacional verticalizada carrega em sua constituição essa massa de manobra, uma maioria de sujeitos com pouca ou nenhuma capacidade decisória dos rumos do coletivo. Os processos decisórios sobre o que o coletivo deve fazer são ou burocratizantes, ou fechado em círculos muito restritivos. E, com isso, constrói-se diferentes esferas de poder.

As filiações são preocupantes, elas estabelecem rituais mumificados, elas produzem modos de subjetivação serializados garantidos pela identidade entre os membros e pela identificação com o líder. As filiações produzem demanda por mais filiações, elas produzem mercado de bens subjetivos, mas também financeiros, de poder-saber. Elas são expulsivas e reativas, elas estimulam o separatismo e estão apoiadas no ressentimento. (BARROS, R. D.B, pg 52, 1993)

Já contágio procura um movimento de inclusão. Uma doença, exemplo maior de contágio, está constantemente no exercício de inclusão de novos corpos hospedeiros. Numa passeata, o contágio se expressa na abertura ao encontro com o outro, seja ele de branco, bandeira vermelha ou cara pintada, entendendo-o como um possível corpo portador do mesmo vírus de indignação. Também tem como característica o rompimento com hierarquias verticalizadas, uma vez que funciona pela simples medida do desejo, tendo como efeito uma organização coletiva ritmada pela potência da vida, pela vontade dessa vida em se expressar. O contágio dificulta todo tipo de aparelhamento, uma vez que se alguma ação deixa de ser interessante para o coletivo maior, não mais cativando afetos e mobilizando desejos, simplesmente abre-se mão ela. Dissipa-se para outras atividades e esvazia-se aquele território aparelhado.

Por último, a filiação tende a criar instituições com um baixíssimo grau de autocrítica e autoanálise. Como as instituições por filiação combatem continuamente um inimigo externo, a ação é sempre de autoproteção de seu território e ataque ao território do inimigo. Não há brechas para a autocrítica em supostos tempos de “guerra”, por que isso significaria fragilidade, fragmentação. E com isso constrói-se instituições com pouca mobilidade, que dialogam somente entre seus pares, demoram muito para se transformar, reforçam os lugares de poder internos e possuem pouca capilaridade na sociedade. Seus integrantes tendem a reproduzir os vícios de sua organização e pouco conseguem contribuir para mudanças internas necessárias.

No contágio, o desvio do sujeito é também um ato de criação. Discordar, criticar e se rebelar se configuram como linhas-de-fuga do conservadorismo organizacional e dos

aparelhamentos mais variados. Acredito muito mais na inteligência e inventividade da organização coletiva orquestrada pelo contágio do que na lentidão burocratizante, conservadora e de acúmulo de poder das nossas instituições baseadas na lógica da filiação.

BLACK BLOC E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A violência da polícia é política

A violência da polícia não promove a paz

Menina da favela mãe de família toma porrada da polícia

Cidadão manifestante estudante toma porrada da polícia

E a polícia toma porra da polícia toma porrada da polícia

A violência da polícia é política

A violência da polícia não promove a paz

Pivete preto pobre da correria toma porrada do soldado

Soldado preto que mora na periferia toma porrada do coronel

E o coronel que sempre tomou porrada continua dando porrada

Triste covardia que se vê em cada esquina força de mania militar

Hierarquia fardada fadada ao fracasso

Polícia dá porrada em polícia e o povo tem que pagar

“Desmilitarização já” - Graveola 2017



Um dos fenômenos mais significativos de 2013 foi a multiplicação exponencial dos manifestantes que se identificavam com a tática Black Bloc. Antes de Junho esse grupo não dispunha de muita visibilidade (se é que podemos identificar os Black Blocs como um grupo). Somente alguns anarquistas, pesquisadores e entusiastas das mobilizações do ciclo antiglobalização sabiam de sua existência. Esse fenômeno de multiplicação de encapuzados vestidos de preto obedeceu ao mesmo script de outros lugares do planeta: manifestação - repressão violenta da polícia - aumento do número de pessoas aderindo à prática. Apesar dessa tática parecer evocar uma virilidade masculina típica de jovens, percebemos que também foi bastante utilizada por não jovens e mulheres. Nos meios midiáticos a narrativa se repetia diariamente: a manifestação seguia pacífica até que vândalos com rostos cobertos iniciaram o quebra-quebra. Essa narrativa colocou na subjetividade do brasileiro de maneira bastante expressiva, e vimos sendo reproduzida inclusive por manifestantes partidários e sindicalizados. De outro lado, uma contra-narrativa é construída pelos próprios Black Blocs, mídia alternativa e simpatizantes: o bloco negro (como é chamado em terras brasileiras) só reagiu à investida violenta da polícia. Apesar da contra-narrativa ser mais próxima da realidade dos protestos, seria ingênuo (ou tendencioso) não reconhecer que muitos conflitos nas manifestações começaram por provocação deste bloco negro. A percepção de quem frequentava as manifestações nesse período de 2013 era a de que, se havia presença dos Black Blocs, aumentava-se muito a possibilidade de uma investida mais agressiva das forças de segurança em algum momento. Mas também ficava claro o uso dessa violenta repressão policial não somente como forma de conter o vandalismo e depredação dos manifestantes, mas como forma justamente de incentivá-lo, reforçando a narrativa de que manifestantes vândalos atrapalharam o protesto. Depois de inúmeras vezes em que esse script se repetiu, ficou claro um modus operandi das forças de segurança: geralmente, até cerca de 20 horas da noite não havia repressão ou violência nas manifestações. Mesmo se alguns encapuzados quebrassem vitrines de lojas e depredassem bancos, não havia uma resposta da polícia. Mas curiosamente, chegado perto do horário da abertura do Jornal Nacional, independente de depredação ou não, a chuva de bombas de efeito moral, bombas de gás-lacrimogênio e por fim balas de borracha começavam, produzindo o corre-corre que, filmado de longe, do helicóptero da grande mídia, simplesmente parecia um campo de batalha, uma baderna generalizada, e não somente uma repressão unilateral.

Em cada canto do Brasil surgiam relatos de encapuzados. E justamente por poder ser qualquer um, qualquer pessoa, sempre houve uma dificuldade de fazer uma análise apurada de

quem eram os sujeitos sociais por trás das máscaras e narrativas. Mas, aqui no Rio de Janeiro, já conseguimos, mesmo que empiricamente e de forma precária, perceber uma característica bem peculiar: houve uma adesão e organização de muitos jovens da periferia em torno da tática. Mesmo que inicialmente a tática tenha sido usada majoritariamente por oriundos da classe média branca, isso mudou na medida do crescimento das manifestações. Parece que a hiperexposição midiática de imagens de depredação tiveram, ao menos nesses corpos jovens da periferia, o efeito oposto. Produziram a vontade de participar desse ato. Podemos pensar em muitas formas de entender esse fenômeno. Um fundo impossível de ser ignorado é a sensação de liberdade que se produz no enfrentamento direto à polícia por uma população tradicionalmente oprimida por ela. E, apesar das manifestações de junho terem democratizado a repressão (costumeiramente restrita à periferia), essa democratização foi ainda uma versão muito mais amena. Ao invés de tiros de fuzil, tiros de bala de borracha. A cada marca de borracha vista nos manifestantes, poderíamos associar que na favela seria mais um corpo negro ao chão, derrubado por uma bala “de verdade”. Logo, poder enfrentar a polícia que cotidianamente lhe reprime, junto a milhares de outros manifestantes, e sem o risco (ou ao menos um risco muito menor) de ser alvo de tiros de chumbo, era uma proposta tentadora demais para ser ignorada. “Professora, na periferia a gente não tem como enfrentar eles, porque lá é bala mesmo, e a imprensa não está nem aí. Mas aqui, no centro, a gente desconta a raiva e pode enfrentar os abusos deles porque a bala é de borracha e a imprensa está aqui” [fala de adepto a tática] (SOLANO, 2016). A cena do dia 20 de Junho, onde manifestantes encapuzados enfrentavam somente com seus corpos o caveirão é icônico dessa disposição ao enfrentamento. Mesmo que naquele 20 de Junho ainda não havia uma identificação dos manifestantes com a tática Black Bloc, a perspectiva do enfrentamento direto como forma de resistência à investida das forças de segurança se fazia presente.

Após o dia 20 de Junho, começam a surgir grupos que se intitulavam Black Bloc, e a partir de então essa tática passa a ser conhecida e reconhecida pela mídia e pela sociedade. A socióloga Esther Solano realizou uma pesquisa com integrantes da tática de São Paulo e condensou seus achados no livro *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc* (SOLANO, MANSO, NOVAES, 2014). Em entrevista, Solano faz uma breve análise do perfil dos participantes da tática no contexto de São Paulo, e que possui paralelo com o que se percebeu no Rio de Janeiro:

“Havia jovens de classe média que utilizaram a tática, mas foi algo esporádico. A maioria dos jovens que a utilizaram de forma contínua e formaram a linha de frente durante esses dois anos eram jovens das periferias de São Paulo, que trabalham desde cedo e estudam. Os que estavam no ensino superior eram tipicamente faculdades particulares. Nas narrativas destes jovens surgiam duas questões muito ligadas à classe: 1) muitos se definiam como a famosa classe C, que, com poder de consumo maior do que seus pais, pode estudar na universidade, mas ainda está exposta a múltiplas precariedades cotidianas; 2) por serem de periferia, a maioria tinha experiência direta com a violência policial nessas regiões, experiência que articula um discurso de raiva contra a corporação. Esta relação com a polícia é fundamental para entender o Black Bloc no Brasil. A origem periférica deles é um elemento essencial, porque o jovem de classe média não tem esta experiência tão dura com a PM (...). Portanto, eu diria que o estrato social de black blocs e policiais é muito parecido”. (SOLANO, 2016)

A percepção no Rio de Janeiro é parecida, de uma composição dos BBs com muitos jovens da periferia, com uma revolta acumulada contra as forças de segurança.

Em tempos de prosperidade e crescimento, a população está soterrada de cobranças e culpas, e não lhe oferecem muitas opções para livrar-se do fardo, que não um inglório esforço de adaptação acrílica, ou autoajuda e terapias, ou tarjas pretas, ou uma combinação das três soluções. Daí eu possa entender um rapaz de 18 anos, com máscara zapatista, pixando painéis de publicidade, a agência do Banco do Brasil e o tribunal de justiça. É mais que uma 'autoafirmação adolescente', a típica acusação 'adulta', outro nome para estupidamente servil. O Rio de Janeiro renderizado da Copa e das Olimpíadas não tem um lugar de sujeito para esse jovem. Se a mídia oficial, a família e a escola o enquadraram como impotente devedor social, num futuro com mil coisas de que é obrigado e nenhuma capacidade de expressão, o jovem vai lá e diz: não, não aceito. Quero outra coisa, nem que tenha de inventá-la. Tatuando a cidade, os monumentos cuja reverência e autoridade ele não reconhece, o 'vândalo' reafirma o simples propósito de existir. (CAVA, B. 2013, pg. 31)

Se a revolta contra a violência policial e a violência dos próprios modos de vida imposta pelo capitalismo era um fator que explicou muito o crescimento dos adeptos à tática Black Blocs, a fácil adesão a essa prática também deve ser considerada como uma força atrativa. Uma adesão possível de ser espontânea e instantânea, sem grandes preparações prévias. Diferentemente da filiação a um partido, sindicato ou igreja, participar da ação dos BBs não demandava um compromisso prévio ou a posteriori do ato em si. Não demandava um alinhamento ideológico ou adesão a uma causa específica. Mesmo o uso de vestes pretas, típicas do grupo, não era obrigatório. O ato de vandalismo e enfrentamento à polícia era a única medida necessária de pertencimento ao bloco negro. E nessa performance, atualizar

uma afirmação *Antipolítica*, revoltosa e indignada. “a emergência da tática Black Bloc como potência da revolta antipolítica, rasgando de negro a multidão multicolorida, alerta que diante do governo as práticas anarquistas, históricas e atuais, seguem na afirmação resistente da cultura libertária” (AUGUSTO, 2017)

Justamente para manter essa abertura radical à adesão de participantes momentâneos que os Black Blocs enfatiza que não são um grupo e sim uma tática. Porém, essa afirmação, repetida na boca de seus integrantes, não corresponde completamente os fatos. Percebemos muitos traços de constituição de uma grupalidade, havia muitos `núcleos` de organização (com destaque para o núcleo da zona norte, um dos mais fortes com integrantes vindos do Méier e adjacência). Era sim possível aderir à tática somente durante a manifestação, mas não podemos negar que também era possível pertencer a um grupo específico, que tinha seus valores, identidades, identificações, rituais e até mesmo algum tipo de hierarquia, mesmo que informal. Afirmar os BBs como tática, e não como grupo, tem menos haver com negar sua constituição como grupo e muito mais em afirmar a radicalidade à uma abertura constante, ao menos no momento de ação direta. No momento de preparação e pós-manifestação, exercendo cuidado com os seus, os grupelhos são bem definidos. Mas no **ato de resistência física** à repressão policial (o que podemos afirmar como principal razão do surgimento e crescimento dos grupos organizados de BBs no contexto das Jornada de Junho), qualquer um pode e será reconhecido como um integrante.

A tática Black Bloc surge no mesmo bojo dos *novíssimos movimentos sociais* (RICHARD, 2005), *movimentos autonomistas* (VINÍCIOS, 2014) e/ou *movimentos pós-socialistas* (LAZZARATO, 2006). Cada um desses conceitos (forjado por diferentes intelectuais) busca delimitar um conjunto de movimentos ativistas surgidos a partir da década de 90, com fortes influências anarquistas; crítica à democracia representativa, partidos e sindicatos; e forte inclinação à organização horizontal não hierárquica. Surgem influenciados pela forma de luta e predicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Expressam lutas locais (como o próprio MPL e sua pauta dos transportes urbanos no Brasil), mas com alto grau de conectividade com outros movimentos autonomistas ao redor do mundo. Foram coletivos protagonistas do ciclo de manifestação que ficou conhecido como movimento antiglobalização, ocorrido principalmente na Europa e EUA entre 1998-2002. Esses movimentos trazem inovações em termos de tática, estratégia, ferramentas militantes e formas de organização, já amplamente explorados em diferentes pesquisas e livros.

Esses movimentos se afastariam cada vez mais da luta não só pelo poder, mas também de uma disputa em direção à busca de influenciar as decisões de Estado, privilegiando ações diretas e de experimentações éticas de relações que efetivamente operam segundo a transformação que se quer para o presente e não projetada para o futuro. Mais do que isso, eles passam a recusar formas estratégicas de organização programática que buscam a conquista de uma hegemonia, pois se associam por afinidade. Nesse sentido, não apenas contra hegemônicos, mas também anti-hegemônicos, no sentido em que não buscam uma universalização de lutas de suas lutas pontuais, dispersas, descontínuas e anárquicas. São, portanto, movimentos que paratizam a antipolítica.” (AUGUSTO, 2017)

No Brasil, podemos destacar dois grupos que se enquadram nessas características, e que protagonizaram (ou ao menos foram estopim) de situações de insurgência. Primeiro o Movimento Passe Livre, que desde sua criação em 2005 fazia trabalho de base em escolas, universidades, promovendo debate sobre transporte público e realizando anualmente atos contra o aumento da tarifa. Ficou conhecido nacionalmente a partir das Jornadas de Junho, mas já era amplamente atuante nos anos anteriores. Um segundo coletivo que também pode ser caracterizado como autonomista é *O Mal Educado*, surgido entre 2011-2012, com atuação junto aos secundaristas. Após alguns anos de ampla atuação ativista (circulando entre escolas, promovendo eventos, debates, protestos e outras atividades), acabou, assim como o MPL, sendo um dos estopins de uma ampla situação de revolta, a Ocupação das escolas secundaristas de São Paulo. Os Coletivos MPL e *O Mal Educado* sempre foram parceiros, inclusive com membros circulando entre os dois.

A tática Black Bloc emerge do mesmo caldo de críticas e problematizações que os movimentos acima citados, mas se difere por ser menos *identitário*. Por razões óbvias de auto proteção, é composto por anônimos, e mesmo que se organizem enquanto coletivos, nenhum membro ou célula fala em nome da totalidade dos Black Blocs. Por isso a insistência de seus membros em dizer que Black Bloc não é um grupo/coletivo, mas uma tática. Uma tática que possibilita a organização de grupelhos em torno da ação direta. Isto é, a constituição de uma grupalidade é possível, porém, em torno da ação concreta, e não como uma representação maior.

O entendimento dessa pesquisa é que a multiplicação dos adeptos a tática Black Bloc pós-Jornadas de Junho é um reflexo da violência sofrida pelos manifestantes ao longo de

2013. O documentário *Com Vandalismo*⁴⁰ e mostra como a escalonada de violência policial ao longo do crescimento das manifestações teve como efeito a diminuição de palavras de ordem do tipo “*sem violência/ sem vandalismo*” e o aumento progressivo da adesão a táticas de enfrentamento direto, à época ainda não identificados como Black Bloc. Meses após Julho, ocorre uma cena analisadora do contágio da tática dos BBs, em outubro de 2013 no Rio de Janeiro. Nesse período ocorriam manifestações dos professores em greve. Em um dado momento, quando os professores estavam dentro da Câmara de vereadores, houve uma repressão violenta dos agentes de segurança. Os integrantes do Ocupa Câmara que estavam acampados em frente à Câmara de vereadores na Cinelândia, e que tinham entre seus participantes diversos adeptos a tática BB, fizeram a barreira de proteção entre policiais e professores, protegendo aqueles que estavam sufocando com o gás lacrimogêneo e/ou atordoados por agressões. Nos dias seguintes, as lideranças do Sindicato dos Professores, que até então deixavam claro que não só não faziam parte do Ocupa Câmara como eram contra os adeptos da tática Black Bloc, passaram a tomar ambos como parceiros, agradecendo publicamente em seu carro de som o cuidado e proteção que os BBs haviam exercido. A partir de então nasce o Black Prof- página de Facebook satirizando a mistura dos Black Blocs com a luta dos professores. Mas, mais que uma simples página, a ideia dos Black Prof se fez sentida ao longo da mobilização de professores naquele período.

Apesar de algumas situações de apoio aos Black Blocs, estes acabaram servindo, muitas vezes, de *bode expiatório* de manifestações de rua. Um tipo de bode expiatório que tinha serventia para diferentes lados: para os poderes instituídos (polícia, mídia, Judiciário e governantes) usarem dos BBs para reforçar a narrativa de deslegitimação dos protestos; e para os outros manifestantes, que depositavam frustrações e ressentimentos com a ineficácia das manifestações na conta dos BBs. Não foi poucas vezes que ouvi da boca de manifestantes (principalmente partidários e sindicalizados) que se não fossem os Black Blocs a manifestação seria maior, teria mais efeito, seria, em outras palavras, legítima.

Essa insistente mania de lançar mão dos Black Blocs como bode expiatório fala de uma faceta sobre esse grupo. De tantas potências que os BBs podem ter, uma que não faz parte do seu repertório é ter poder sobre a narrativa que será colada neles. Se por um lado o anonimato garante uma maior proteção contra a criminalização, por outro lado impede que

⁴⁰ Durante os meses de junho e julho, o Coletivo Nigéria acompanhou as manifestações de rua em Fortaleza, Ceará, registrando depoimentos e cenas dos protestos. O resultado é esse documentário jornalístico, em que o narrador pouco interfere nos fatos, levando o espectador a conhecer todos os tipos de manifestantes, o que move cada um, e de que modo a violência – policial e/ou da sociedade – se materializa nas manifestações.

estes tenham voz e sejam protagonistas de sua narrativa. Um recurso interessante, que abre uma pequena possibilidade dos BBs construir sua própria narrativa, são os relatos em primeira pessoa registrados em vídeo. Nesse sentido, destaco o documentário *Ninguém é Black Bloc*, de Rômulo Cyríaco (2014). Mas esses pequenos relatos não são páreos para as narrativas incessantes produzidas pela grande mídia, reforçada muitas vezes pelos *intelectuais especialistas* de plantão. Novamente, são dos intelectuais ressentidos, distantes dos acontecimentos e que sentem a necessidade de explicar tudo para todos que se fundamentam as percepções hegemônicas do fenômeno Black Bloc. As respostas para essas narrativas oscilam entre o silêncio, o contraponto ou a piada e o sarcasmo, debochando da ínfima capacidade desses intelectuais intervirem na realidade.

Postagem Facebook 18 de outubro de 2013⁴¹

Tenho que me concordar com a opinião pública. Os Black Blockers são uma PRAGA no Rio de Janeiro. E tenho medo que essa doença ainda cresça muito. Por isso repasso essa pequena receita, que dizem ser muito eficaz...

PROFILAXIA PARA COMBATER BLACK BLOC

Ao longo dos últimos 30 anos, estudiosos têm comprovado que o ambiente de proliferação da infestação denominada Black Bloc ocorre nos grandes centros urbanos em contextos de manifestações, sob a atmosfera de violência excessiva do Estado. Na Europa e nos EUA foi assim, e no Rio de Janeiro esse padrão parece estar se repetindo. Aqui, esses parasitas se multiplicaram após a repressão ocorrida em Junho, pelos 20 centavos, nas Copas das Confederações, e voltaram novamente com força após a violência sofrida pelos professores.

As medidas profiláticas para combater os Black Blockers devem ser elaboradas tomando como base que essa infestação urbana não é uma causa, mas um sintoma. Sintoma de uma cidade-hospedeiro debilitada (no caso do Rio de Janeiro o diagnóstico é de déficit de saúde, déficit de educação, problemas graves no sistema circulatório e no sistema imunológico).

ATENÇÃO: é preciso muito CUIDADO. Os Black Blockers são da mesma família que os Gremlins, mas ao invés de água, se multiplicam em contato com gás lacrimogênio e spray de pimenta. O uso excessivo de munições letais e menos letais, de aparatos policiais e detenções não tem eficácia comprovada, ao contrário, sobrecarregam ainda mais os cofres públicos e o sistema imunológico já amplamente debilitado do hospedeiro, piorando os sintomas e ajudando a espalhar a infestação. Abaixo uma receita caseira, que deve ser aplicada em

⁴¹ Texto elaborado em outubro de 2014 após uma “briga” comparada virtualmente com um típico intelectual ressentido. Foi uma experiência interessante acompanhar o *contágio* desse post, que foi amplamente compartilhado. Essa viralização me fez pensar sobre as formas de contágio de escritos curtos, irônicos e subversivos como estratégia de subjetivação em contraponto com a produção acadêmica, muitas vezes estéril.

caráter de urgência para impedir que a infestação ganhe maiores proporções. Ela é eficaz justamente porque combate as causas primeiras, ao invés dos sintomas.

Receita anti-BBs

paciente: Rio de Janeiro.

2013

- 1) CRIAÇÃO de uma CPI democrática dos Ônibus, Supervia, Barcas e Transporte Alternativo
- 2) NEGOCIAÇÃO com os professores, e CRIAÇÃO de um plano de melhorias na educação
- 3) DEVOLUÇÃO do Maraca pro povo (ingressos populares, etc)
- 4) ABERTURA de um processo de discussão aberta e democrática sobre os problemas e possíveis soluções a respeito da Segurança Pública

Se bem aplicadas, essas medidas devem impedir o avanço da infestação Black Bloc, podendo até eliminar por completo seus sintomas. Mas, uma vez no hospedeiro, os Black Blockers dificilmente são completamente eliminados, por isso a cidade deve tomar doses progressivas de democracia de forma permanente para não sofrer uma recaída Black Bloc.

CONTÁGIOS INSURGENTES

Relato 3 - Vandalismo senil, 20 de junho de 2013.

Em seu ensaio, imaginando um futuro sem governo onde todos tivessem a liberdade de serem artistas da própria vida, Oscar Wilde sugere que a “Desobediência, nos olhos de qualquer pessoa que tenha lido história, é a virtude mais original do ser humano. Só pela desobediência e rebelião o progresso foi feito.” Ele sabia que somente ao seguir os instintos mais profundos, mesmo que pudesse levá-lo à cadeia temporariamente, ele seria totalmente livre. (GRINDON, JORDAN, 2010, p. 52)

A cada esquina podia-se ver uma cena analisadora. Nesse 20 de Junho de 2013 especialmente, o ar que se respirava era de suspensão dos acordos cotidianos, dos contratos sociais. Por razão dessa suspensão, efetuada pelo estado de insurgência instaurado, surgem outros corpos, mais potentes e esperançosos, erigidos em protesto à dura realidade cotidiana da cidade-empresa Rio de Janeiro. Corpos potencializados em oposição a precarização de vida. Corpos vibrantes no embate a violência institucionalizada na perversa mobilidade urbana, nos salários diminutos e na ausência dos variados direitos dos quais é subtraído cotidianamente grande parte da população invisibilizada e silenciada das periferias capitalistas. Se as pautas pelas quais esses corpos eram energizados foram tão diversas quanto suas características físicas (preto, branco, pobre, funcionário público, jovem, velho, mulher, homem, trans, et al) o que os unia num comum inédito era a força do dever-revolucionário que a todos atravessava nesse dia.

Ver um jovem encapuzado depredando qualquer patrimônio (público ou privado) não é novidade, e usar uma cena como essa, amplamente televisionada, não agrega necessariamente força ao argumento do estado de insurgência e suspensão dos contratos então vivenciados. Pode-se pensar que toda essa vitalidade é fruto da imaturidade, de energia juvenil pronta a ser descarregada em qualquer situação de catarse, de um jogo de futebol a uma discussão de bar. Nada novo e específico desse momento político. Mas não são apenas de corpos jovem e viris que se constituiu o corpo coletivo, gigante e multitudinário das jornadas de junho de 2013, atestando, assim, efetivamente, o estado de insurgência generalizado que aqui se argumenta.

Após correr, novamente, das bombas de gás lacrimogênio e da repressão policial, que nesse momento ocorria na Av. Presidente Vargas em frente a prefeitura, chegamos a uma rua não policiada na Lapa. Apesar de certa distância do olho do furacão, percebe-se que a insurreição não se manifesta somente no enfrentamento direto à força policial assim como não se encarna somente nos corpos jovens e viris que estão nesse momento fazendo barricadas para impedir o avanço do batalhão de choque. Aqui não há confronto, mas há indignação. Aqui, uma senhora joga pedras em uma vidraça qualquer. Uma, duas, três vezes, não conseguindo, por razão de sua fragilidade física, sequer criar uma rachadura na vitrine:

-Minha senhora, não faça isso, não precisa quebrar essa loja.

-Mas... mas... eu estou com muita raiva. Deixa eu jogar mais uma última pedra!

O que argumentar? Com sorriso no rosto, o jovem responde:

-tudo bem, mais uma pedra.

E nessa inversão, do jovem preocupado com o potencial destrutivo da virilidade frágil de uma velha indignada, a suspensão do status quo e de qualquer contrato social se atualiza. É assim em diversas esquinas e praças inundada pela insurreição momentânea, mas nem por isso menos real, que tomou conta do Rio de Janeiro na noite de 20 de junho de 2013.



Sérgio Luiz Santos das Dores- “Presidente”. Foto Marcelo Mirrela

A POTÊNCIA DOS VELHOS CORPOS FRÁGEIS

Perante um aparato do Estado, tanto um corpo jovem e viril quanto um corpo velho e caquético são pedaços de carne facilmente abatíveis. As barricadas ou marchas ganham consistência não por causa de corpos aptos ao combate, mas sim de corpos disponíveis ao combate. Já proclamava Foucault no texto “É inútil revoltar-se?”: “*não se impõem a lei a quem arrisca sua vida diante de um poder*”. O poder dessa atitude não é mensurado pela força e velocidade de um corpo, mas sim pela disponibilidade desse corpo em dispor da própria vida como munição de uma insurreição. O próprio corpo como matéria física de uma barricada. Não que esses corpos estejam procurando se tornar mártires, tenham prazer em receber a violência. Ao contrário, são corpos que receosos de tal investida, mas, ainda sim, se presentificam.

Assim vemos no documentário *Un pouquito de tanta verdad* (FRIEDBERG, 2007) que conta narrativas da situação de insurgência que ocorreu em Oaxahaca-México, em 2005. Em um dado momento, o documentário mostra os habitantes da cidade de Oaxaca erguendo dezenas de barricadas para se defender das investidas do exército e forças milicianas que tentam retomar espaços ocupados pela população, como estações de rádios e TV, além de outros prédios públicos. Nesse contexto, uma cena se inicia. Já é madrugada, e vemos um pequeno grupo de pessoas em uma rua deserta, mantendo uma fogueira e reforçando a frágil barricada. Nesse pequeno grupo, destaca-se uma senhora por volta dos 70 anos, jogando gravetos e papelões na fogueira, reforçando a barricadas e permanecendo na rua. Ela, então, diz: “*eles tem armas grandes e fortes, e nós? O que podemos fazer com nossas fogueiras e pedaços de papelão? É triste, meu jovem. É muito triste o que está acontecendo conosco. Não há justiça para nós, que somos do povo*”. (43”50) Talvez o que mais diferencia um corpo jovem viril de um corpo velho em uma situação de enfrentamento não seja a força do primeiro perante a fraqueza do segundo. Mas a percepção mais aguçada do corpo velho da sua própria fragilidade perante os aparatos de opressão do Estado, enquanto o corpo jovem se ilude no dimensionamento de sua própria força. O que torna um corpo potente para o enfrentamento não é sua força- visto que perante um agressor com forças desproporcionalmente maiores qualquer corpo é abatível-, mas a disposição de um corpo em se colocar nesse enfrentamento. O êxito parcial das barricadas de Oaxaca não ocorreu devido a quantidade de jovens viris as compondo, mas a quantidade de pessoas, jovens e velhos, homens e mulheres, que aderiram a

essa estratégia de defesa. Com essa ampla adesão criou-se uma rede rizomatizada de comunicação e vigilância perante as investidas dos milicianos, e o constrangimento de que seria necessário abater uma cidade inteira para adentrar seu território. Apesar da violência ser uma arma dos aparelhos de Estado, ainda há um certo constrangimento quanto a sua utilização. As supostas causalidades (em outras palavras, assassinatos do Estado) não podem ser em um número tão elevado que exponha para o restante da sociedade a ilegitimidade da ação do Estado perante um grupo de pessoas resistindo.

Os corpos que se reconhecem frágeis não devem se reconhecer como mártires da causa. Ao contrário, é necessária uma autocrítica constante para não cair no *modo mártir* de ativismo, que acaba por reproduzir uma hierarquia própria do sistema contra o qual lutamos: “O sacrifício próprio do militante ou do ativista é refletido no seu poder sobre os outros como um expert- da mesma forma como numa religião existe um tipo de hierarquia do sofrimento e honradez (LUDD, 2002, p.38). Uma aceitação de penitência física, corporal, para atingir um grau de superioridade. A potência nos corpos frágeis não deve se expressar na consolidação desses lugares de suposta superioridade, mas na afirmação da vida como potência última.

No contexto de militância do Rio de Janeiro, não é possível passar por essa discussão se remeter à uma figura de grande importância para as Ocupas de Rua, desde antes do OcupaRio. Sérgio Luiz Santos das Dores, nosso eterno presidente. Sérgio era um morador de Rua, sempre presente na Cinelândia, e que participa de mobilizações militantes desde o final dos anos 90. Foi assíduo durante o OcupaRio, aproximando-se de muitos jovens ativistas autônomos. Na acampada da Cinelândia que começou a ser chamado por todos carinhosamente de Presidente. Foi muito ativo durante as Jornadas de Junho, posteriormente na Aldeia Maracanã, Ocupa Câmara, Ocupa Cabral, Ocupa Golfe, além de integrar muitas atividades artísticas e intervenções Urbanas. No alto dos seus 60 anos (completados em 2013), tinha uma disposição invejável para participar de todo tipo de atividade, apesar de sua visível fragilidade física. Porém, mais que esse ativismo incansável, o Presidente era querido por todos por sua generosidade e irreverência. Impossível ter passado por alguma ocupação em que o presidente esteve e não ter se encantado com aquele senhor frágil e desbocado, sempre exalando um longo *foooooo dase a copa*. Em 2015 Sérgio faleceu devido a infecção generalizada (fruto de anos morando nas ruas), e foi velado na Câmara Municipal do Rio.

“Como contestar uma ordem que não se formula, que se constrói passo a passo e sem palavras? Uma ordem que se revela menos nas palavras do presidente do que no silêncio do seu funcionamento ótimo. No tempo em que o poder se manifesta por editais, leis e regulamentos, ele deixava lugar para a crítica. Mas um muro não se critica: ou ele é destruído ou grafitado. Um governo que dispõe a vida por meio de seus instrumentos e planejamentos, cujos enunciados tomam a forma de uma rua ladeada de circuitos e repleta de câmeras, pede apenas, com frequência, uma destruição, também sem palavras. Atacar o cenário da vida cotidiana se tornou de fato um sacrilégio, algo como violar sua Constituição”. (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 103)



Foto antes da desocupação da comunidade de Pinheirinho- São Paulo, 2012

QUANDO O ESTADO FALHA E O JEITO É TRAVAR

Meados de 2009: um grupo de pescadores artesanais faz uma barqueata na Praia de Mauá, Mage/RJ. O local fica ao fundo da Baía de Guanabara, perto da última zona preservada desse ainda berçário de peixes. Mas, mais que uma barqueata, uma ocupação dos mares (mesmo sem se chamar ocupação, acho que esse seria um substantivo propício para descrever a ação). Já fazia alguns meses que se iniciara a construção de um duto a menos de 100 metros da praia e poucos centímetros do espelho d'água. Duto este que seria usado para escoamento de gás de cozinha da REDUC para uma ilha no meio da baía. Seria, porque não se concretizou. Não aconteceu porque os pescadores não deixaram. Imaginem: meros pescadores tradicionais da Baía de Guanabara, com seus barcos precários e motores adaptados, pouco letrados (na maioria), e sem um grande senso de grupalidade, de união. Esse grupelho insignificante para o grande capital, contra a força da maior estatal e maior empresa do país.

Essa história é repleta de acontecimentos típicos de nossa época. Envolve uma comunidade tradicional invisível aos olhos do Estado e da sociedade; fala de megaempreendimentos de cunho neodesenvolvimentista do Rio de Janeiro dos anos 2000; fala da luta pelos modos de vida como algo imposto a grupos tradicionais, e não como escolha; fala de uma luta em rede, multi-estratificada, atravessando as esferas do executivo, legislativo, judiciário, terceiro setor, mídia, capital internacional e pescadores tradicionais. Fala também da incapacidade de um governo de esquerda neodesenvolvimentista, ancorado no paradigma da *Política Monocultural*⁴², em dialogar com sujeitos e coletivos à margem dos grandes marcos econômicos.

Dependendo de como contada, a história tem ares cômicos e cenas de humor. Os dutos que estavam sendo construídos não tinham as autorizações necessárias, então quando a justiça, acionada pelos pescadores, cobrou o porquê da construção estar em vigor, os responsáveis negaram que ela tivesse sido iniciada. A resposta dos pescadores? Fotos deles próprios em cima dos dutos, no meio do mar, indagando a empresa responsável se por acaso eles agora eram Jesus para andar sobre as águas.

A luta se travava em âmbitos legais, com advogados assessorando os pescadores e cobrando explicações por meio do Ministério Público. A resistência dos pescadores a esse empreendimento não se deu exclusivamente por uma consciência ambiental (apesar dela já

⁴² Ideia trabalhada no ensaio *Sistemas Agroflorestais*, mais a frente da Tese.

existir, pois os pescadores já tinham sofrido uma grande perda ambiental- e por isso mesmo de trabalho- com um grande vazamento de petróleo da REDUC nos anos 2000). Essa luta específica se deu também devido à precarização do trabalho. Os dutos estavam sendo colocados tão perto do espelho d'água que não era possível passar por cima deles de barco, obrigando os pescadores a fazerem uma grande volta, gastando mais combustível e tempo de trabalho.

Apesar de alguns avanços na justiça, a obra continuava. Os pescadores decidiram então embargar eles próprios o avanço dos dutos. Quando o Estado continuamente falha, cresce a impaciência com os processos institucionais e legais. Sendo assim, foram todos com seus barcos, ancoraram nos dutos, estenderam faixas e impediram fisicamente a continuidade da construção. Foram 38 dias resistindo na água, através de um bloqueio físico com seus próprios corpos e barcos. Nesse tempo, ONGs foram convocadas para acompanhar o processo (com destaque para a ONG Justiça Global), mídia alternativa foi acionada (a época não eram tantas mídias como atualmente), e a comissão de direitos humanos da ALERJ também compareceu. O dia mais icônico desse bloqueio foi quando helicópteros da força de segurança pública (do grupamento aéreo-marítimo, GAM) sobrevoaram o local, atiraram nos barcos dos pescadores e soltaram granadas ao mar, em uma ação de repressão sem ordem judicial. Quem acompanhou a ação da beira da praia relata que a cena parecia um filme de ficção. Tiros, granadas ao mar jorrando água ao céu e pescadores pulando de um barco para o outro enquanto gritavam palavras de ordem.

Após os 38 dias, a justiça finalmente embargou a obra. Apesar dos custos financeiros do projeto interrompido, os custos no final dessa batalha foram muito maiores para os pescadores, com a execução de uma de suas lideranças somente seis horas após a publicação da liminar da justiça embargando a construção do duto.

Desde então, os pescadores artesanais da Baía de Guanabara, organizados através da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), têm sofrido uma série de revés na luta pela garantia de condições de pesca no seu território. É uma batalha muito desigual. Pescadores de um lado e grandes empresas do outro. A Baía de Guanabara, antes um imenso território de berçário marítimo, agora é o segundo maior pólo industrial do país (AMADOR, E. 2013), além de estacionamento de grandes embarcações de todo tipo, sede de indústrias de construção naval, e recortada por dutos da REDUC e do COMPERJ. Há de se reconhecer que a luta dos pescadores gerou bons frutos. Vale destacar uma situação específica, descrita na dissertação de Aline Borgnhoff Maia (2014), que relata como os pescadores conseguiram, com ajuda do Ministério Público, barrar a retificação de um rio que

serpenteia a área de proteção de Guapimirim para ser usado no transporte de grandes máquinas do porto para o COMPERJ. Mas o saldo final continua sendo a intensificação da industrialização da Baía de Guanabara, e o conseqüente desaparecimento dos pescadores.

Pode parecer pequeno o desaparecimento dos pescadores tradicionais na Baía de Guanabara. Mas, para além da perda de uma cultura tradicional e sustentável, seu desaparecimento é um indicador da degradação ambiental. Já se entende que a presença e quantidade de pescadores artesanais em um dado território é o indicador mais visível da qualidade ambiental. Mais visível que os plânctons e a vida marítima. Se há vida circulando por baixo do espelho d'água, haverá pescadores. O mesmo vale para o inverso da equação.

Esta pequena cena e discussão é levantada na presente tese primeiramente porque era objeto inicial de pesquisa, e uma pequena referência à luta dos pescadores da AHOMAR se fazia necessária. Mas também levanta a discussão sobre a militância de um aspecto presente em tantas outras lutas, urbanas ou não. Parece que na maioria das vezes as mobilizações conseguem atingir algum resultado quando interrompem o fluxo programado. Quando conseguem barrar com corpos e barricadas o fluxo da cidade, o fluxo de trabalho, em última instância, o fluxo de produção e dinheiro. Se os pescadores avançaram, foi à custa de bloqueios. Se a pauta pela redução da tarifa conseguiu êxito em 2013, foi pelo bloqueio das vias. Se os garis conseguiram avanços com a greve de 2014, foi cessando o trabalho e transformando a cidade funcional rapidamente em disfuncional. Se, em 2018, os caminhoneiros tiveram a visibilidade que tiveram, e conseguiram alguns avanços, foi interrompendo o fluxo de basicamente todos os insumos necessários para a sociedade brasileira. Quando as vias institucionais para reivindicações de direito perante o Estado falham, parece que a única alternativa é o bloqueio.

“O poder é logístico. Bloqueemos tudo!”. O Comitê Invisível dedica um capítulo do livro *‘Aos nossos amigos: crise e insurreição’* a essa discussão. Apontam como o poder reside nas infraestruturas, no gerir a cidade e seus fluxos. O poder não reside nos políticos e nas instituições do Estado: “O poder é a própria organização deste mundo, este mundo preparado, configurado, designado. Aí está o segredo: não há segredo nenhum” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 100).

A constatação de que é parando o fluxo que se consegue efetivamente chamar a atenção para uma causa/pauta não é nova. Toda a ideia de manifestações fechando o trânsito se baseia nisso: se não interrompermos o fluxo das cidades, se não trouxermos transtorno para o cotidiano das pessoas, não seremos vistos. Porém, ao mesmo tempo em que dá visibilidade a uma pauta, o bloqueio traz, majoritariamente, uma indisposição da opinião pública (ou, pelo

menos, a mídia produz, com sua narrativa, essa indisposição). Apesar dos movimentos sociais não estarem (em sua maioria) pautados pela opinião pública para angariar votos, não é possível escapar da constatação que também são pautados pela opinião pública para conseguir avançar em suas pautas. O fazer política, mesmo não sendo a política representativa, também é pautada pela opinião pública. E o tensionamento entre criar transtornos públicos para ter visibilidade e manter a opinião pública a seu favor sempre se faz presente.



Fotos da barqueata dos pescadores da AHOMAR, Magé-Rio de Janeiro, 2009

CONTÁGIOS INSURGENTES

Relato 4 – Piquete, junho de 2015.

Os bloqueios, barricadas, piquetes, sabotagens, são estratégias de produção de transtorno. Mas, para além dessa faceta, também são produtores de outras realidades possíveis. Uma vez o cotidiano rompido, cria-se a necessidade de outras formas de vida. Outras formas de ser e estar no espaço-tempo da vida. O que se rompe, em primeira instância, é o automatismo da vida cotidiana, a máquina social que dita o trabalho, o fluxo de dinheiro e as relações humanas. É fácil constatar a instauração de outro modo de vida perante um fluxo interrompido quando se está dentro de um ônibus parado devido a uma manifestação. Até então, o ônibus permanece com a atmosfera do dia-a-dia: algumas pessoas conversando, outras mexendo no celular, outras lendo. Quando o ônibus para de circular, quando se percebe que o fluxo foi rompido e não será recuperado rapidamente, os corpos mudam, as relações mudam. As pessoas começam a discutir a manifestação. Tem os que levantam a voz contra a suposta bagunça; tem os que se colocam a favor do ato. Mas fato que inaugura outro modo de estar ali.

Nem todas as greves rompem com o fluxo da cidade. Algumas já fazem quase parte do calendário oficial. Ano sim ano não as faculdades entram em greve. O calendário escolar fica uma bagunça, o comércio em torno das universidades perde sua entrada de dinheiro, mas a cidade como um todo parece não estar ligando muito. Na verdade, os próprios funcionários e professores da universidade não parecem se deixar afetar tanto assim. Principalmente porque muito do seu trabalho continua: orientações de pós-graduação, reuniões de pesquisa, escrita de artigos... O que é de fato monetizado para os professores universitários públicos é a produção acadêmica, e muitas vezes uma greve pode até ajudar a conseguir focar nessa produção e seus prazos sempre apertados. Aqui, talvez, a função greve-bloqueio-paralisação não exerça a função do transtorno do cotidiano. Mas algumas vezes sim, e nesse momento analisador emergem as diferentes implicações de cada profissional.

2015 - greve de funcionários e professores da Universidade Federal Fluminense

No início de 2015 comecei meu trabalho como professor substituto do Instituto de Psicologia. Foram somente dois meses de trabalho até que a greve foi deflagrada. Em consonância com o entendimento coletivo do meu Instituto, comunico aos meus alunos que vou aderir à paralisação. Tivemos alguns dias antes da paralisação para conseguir concluir algumas matérias, realizar avaliações e deixar o campo preparado para o que poderia ser um longo período sem aulas. O semestre não havia terminado, ainda faltavam algumas aulas. Mas também sabia que ao retornar seria difícil voltar ao ponto que paramos.

Era a primeira vez que estava em uma dupla inscrição na universidade. Como aluno da pós-graduação e como professor da graduação. Isso me fazia circular por quase todos os estratos da universidade, situação nova para mim. E como minha pesquisa versava sobre militância, confesso que estava empolgado em participar das mobilizações. Frequentava todas as assembleias gerais, incentivava os alunos a não sumirem da universidade, ao contrário, ocuparem a greve. Mas no início parecia que a greve não estava acontecendo de fato. Salvo na Psicologia, que percebi ser o curso com maior consenso entre seus professores sobre necessidade de paralisação. Já outros continuavam, ao menos parcialmente, suas aulas. As atividades da pós-graduação, então, continuavam a todo vapor. E obviamente essa tentativa de manter a ordem das coisas incomodava um grupo de alunos mais atuantes na greve. Como assim, manter as coisas? Como assim manter os prazos, manter a produção? Estamos em greve ou não?

Tirou-se uma solução estratégica entre esses alunos: fazer um piquete na entrada da universidade. Ninguém entra de carro, somente alunos-professores-funcionários que forem participar de alguma atividade de greve. No calar da noite surgiram as barracas, os cartazes, correntes, cadeados e fechou-se a entrada principal do campus Gragoatá e de outros campus também. Se desde o início da greve a quebra de fluxo não parecia ter ocorrido, agora parecia não haver outra opção.

Os dias seguintes ao início do piquete foram de constantes brigas no portão de entrada. Professores ameaçando alunos com argumento que não tinham direito de impedir o ir-e-vir das pessoas. Outros professores frustrados por não poder realizar a atividade combinada no dia. Outros tantos dando apoio, levando comida e outros itens de necessidade pessoal para os piqueteiros. Mas fato que a situação de conflito permanente, que não tinha ocorrido ainda desde o início da greve, se instaurou de vez. E, como Lourau já dizia, basta uma crise instaurada para ter condições de análise institucional. Crise posta, analisadores

pipocam. Os lugares de poder se afirmaram, deixando expostas as diferenças hierárquicas na utilização de discursos beirando o autoritarismo.

O piquete não durou muitos dias. Em um dado momento consegue-se uma liminar na Justiça e a Polícia Federal apareceu para garantir a abertura dos portões. Mas, na avaliação dos piqueteiros (e na minha também), o piquete foi um sucesso. Rompeu de fato com os fluxos cotidianos. Trouxe transtornos. Instaurou outro modo de estar na universidade em greve que não aquele anterior: de ignorar que a universidade estava em greve.

Ao final da greve, os professores e alunos de psicologia decidiram usar desse momento analisador, o piquete, para realizar um teatro em praça pública. Revezando entre diferentes papéis, dramatizamos a situação ocorrida, discutimos na rua e seu significado, intensificando e prolongando a politização que esse acontecimento fez emergir. Construindo um significado coletivo para tal evento, em certa medida conseguimos fazer das situações vivenciadas particularmente (como briga entre aluno e professor sobre o direito ao piquete) um fato político comum a todos.

Pescadores piqueteiros, estudantes piqueteiros, caminhoneiros piqueteiros. Não dá para fugir da constatação que sim, os piquetes, bloqueios e barricadas sempre serão uma ferramenta possível e potente no arsenal das mobilizações sociais. Bloqueio de certo fluxo, mas também instauração de um fluxo novo.

“A barricada tem se figurado de forma proeminente nas lutas insurgentes há mais de quatro séculos. A visibilidade, longevidade, versatilidade e eficiência esporádica dessa tática de guerra de rua explica porque possui uma ressonância simbólica que a transformou em um ícone virtual da tradição revolucionária.” [tradução livre] (FLOOD, GRINDON, 2014, p. 27)

No ano de 2006 em Oaxaca (México), os piquetes eram menos para interromper o fluxo da cidade e mais uma medida de proteção. Uma vez instaurada na cidade toda a situação de insurgência, com a ocupação dos poderes públicos e até das rádios e tvs, começou a investida das forças policiais e milicianas para acabar com o movimento. A resposta da população era a cada esquina um piquete. Por mais humilde e pequeno que fosse, era um piquete. E constatou-se que mais que um bloqueio, os piquetes viraram pontos de encontro das pessoas, que não mais isoladas em casa, coletivizavam a luta nas ruas. E, além de ponto de encontro, um ponto de comunicação. Cada piquete informava o que se passava e quais

movimentações estranhas aconteciam naquele lugar. A informação saía do piquete e chegava às estações de rádio, sendo repassada para o restante da população.

Os bloqueios, para se manterem produtivos e serem úteis para a mobilização, devem transpor seu primeiro objetivo, de simplesmente interromper fluxos. Devem ser também produtores de encontro, produtores de vida, ou melhor, outras formas de vida. Se “A ocupação é imediatamente bloqueio” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 107), então, cada piquete deve se transformar também em uma ocupação. Viu-se essa situação na greve dos caminhoneiros. Cada piquete, um encontro. Com churrasco, bebida e música. Com discussão política, com vida. Interromper os fluxos do capitalismo não deve ser uma tarefa exclusivamente negativa, deve também carregar o contraponto da proposição alternativa. Construindo suas formas de confraternização, de troca, seus modos de aprendizado e mantendo-se sempre aberto às análises de implicação, análises de conjuntura e pensamento sobre os próximos passos. Sabe-se que um piquete não é eterno. Sabe-se que aquela suspensão do cotidiano tem um prazo razoavelmente curto de duração. Então que se tire o melhor proveito dessa suspensão, para quando a vida voltar aos fluxos usuais algo tenha ficado para além das marcas das fogueiras, amontoados de escombros e correntes pelo caminho.

Qual bloqueio é eficiente? Qual piquete vale a pena ser levantado, que não seja só por um fetiche? Como parar de circular o fluxo do cotidiano sem prejudicar a população mais vulnerável? Como fazer com que uma quebra de fluxos se transforme em um apoio à causa e não uma recusa a ela? Todas essas perguntas se conjugam na indagação a ser avaliada a cada situação: vale a pena o piquete/bloqueio?

Barricadas e piquetes costumam ser pensados como uma estratégia mais radical, de cunho anarquista. A ação direta colocada em prática, com encapuzados, fogueiras e vitalidade física. Paus, pedras, capacetes e escudos improvisados, como na resistência à desocupação de Pinheirinho⁴³. Mas nem todo piquete é uma expressão de guerra e confronto. E nem todas as barricadas são fixas também. Há as barricadas lúdicas, festivas e itinerantes, nômades. Quem já frequentou algum cortejo de fanfarra no Rio de Janeiro fica impressionado com a ousadia e petulância daquele bando de fanfarrões em parar qualquer via que circule. Seja na hora do rush ou de madrugada há uma eficiência muito grande em interromper os fluxos das vias com os corpos foliões. No carnaval de 2014, logo após o junho de 2013, a movimentação em torno

⁴³ Operação de reintegração de posse realizado na comunidade do Pinheirinho- São José dos Campos/SP, em janeiro de 2002. Havia de 6-9 mil moradores, ocupando 1,3 milhão de metros quadrados. Além das moradias, no local haviam diversos comércios, sete igrejas, espaço de lazer e associação de moradores.

do Ocupa Carnaval instigava o imaginário dos foliões-ativistas. Conversávamos entre nós: “o que a polícia vai fazer se invadirmos os prédios públicos com fanfarras? O que as forças de segurança podem fazer com um bando de foliões? O governo do Rio de Janeiro vai se expor a tal ponto de bater em foliões, que com certeza incluiria turistas estrangeiros perdidos no meio?” Algumas tentativas aconteceram, nenhuma com grandes repercussões. Mas contribuíram para o imaginário político carioca, e se tornaram uma ferramenta ativista de nossa época. Uma ferramenta/barricada bem carioca e bastante eficiente. E, praticamente todos os anos, quase como um ritual coletivo que relembra e atualiza essa nossa ferramenta, fanfarras das mais variadas e insurgentes fantasiados invadem o aeroporto Santos Dummont por alguns minutos e transformam o saguão central em um grande baile de carnaval, causando angústia nos seguranças do aeroporto e fascínio da maior parte dos passageiros que ali circulam. Quem pode contra a antropofagia lúdica tupiniquim da luta?

“Se glorificamos apenas detalhes ou estéticas de revolta – molotovs, máscaras, carros incendiados – em detrimento de objetivos claramente contrários às hierarquias, ao Estado, à competição, à exploração e à manutenção de privilégios, estaremos correndo o risco de atrair apenas pessoas que se identificam com essa forma de ação agressiva e nada mais. E pior: que não estão dispostas a usar isso como parte de um projeto de libertação maior, mas como uma forma de concentrar poderes novos ou já existentes.”

(FACÇÃO FICTÍCIA, 2014, p. 59)



“Dentro do processo das chamadas *jornadas de junho* acontecidas desde junho de 2013, brotou das ruas, como escape lírico à truculência da polícia o humor, numa mistura de sagacidade com a criação de fatos mais estranhos que a ficção. A memética dos acontecimentos acumulou uma produção de fôlegos cujos locais de desague inicial tenham sido Facebook/Tumblr/Twitter, transpondo conteúdos políticos por meio de piadas curtas, com núcleos que se transformam e perpetuam (as memes), multiplicando-se à medida que o afastamento do caso gerador não prejudique o entendimento da piada, de tal forma que seu uso se expanda e seja incorporado na linguagem cotidiana das redes sociais. A criação das memes (sim, nesse texto memes são entes femininos, porque férteis) partia da curadoria de episódios exemplares com a intenção de assinalar o descabimento da inversão de valores, como num dos mais famosos casos, a depredação de uma loja da rede de roupas Toulon, cujos manequins foram vandalizados pela população. Fato que a mídia corporativa transformou num quadro de horror, ridículo e doloroso, quando ao entrevistar o dono da rede, este se pôs a chorar pelos bonecos e sua perda inestimável. A partir deste vídeo, a roda memética se pôs a girar e a inteligência coletiva produziu algumas respostas correlatas: uma missa de sétimo dia pela morte dos manequins; um prêmio pelas performances em protestos, cujos símbolos/estatuetas eram os ditos bonecos, e no rastro disso, uma intimação formal para que o jornalista/humorista/ativista Rafael Puetter/Rafucko prestasse esclarecimento sobre a acusação de furto de um destes objetos. (...). A partir de um determinado momento, com a lei antiterrorismo em vias de efetivação e o terrorismo de estado crescente, provocando o esvaziamento das ruas, o humor criou soluções para manter o movimento e escapar da repressão. O casamento de dona baratinha é um desses casos. (...) Daí a criação de coletivos de artistas (...), varias ações tomaram corpo e a cidade foi se organizando, transformando um movimento acusado de confuso e sem pautas definidas em um laboratório vivo de criação de ferramentas sutis (...). Forças que se expressam através de frases projetadas em muros, carimbos em notas de dinheiro, hackeamento de álbum de figurinhas, atos cujos traços são difíceis de rastrear e culpabilizar, espalhando a mensagem de descontentamento, conquistando mais e mais pessoas que estavam dispersas dentro da crise de representatividade política, em como talentos obscurecidos no limbo do precariado cognitivo... (ABREU. 2014, p.177)

“No carnavandalirismo, a ironia e o humor substituem a testosterona desestruturando a hipermasculinidade das táticas de confronto tradicionais. O corpo, a música e a dança se convertem, desta maneira, em ferramentas poderosas de desarticulação da violência policial e midiática. O carnaval de resistência surge do movimento fluido que pensa e atua em redes e que leva a criatividade e prazer para a política; Rejeita as hierarquias sociais, a divisão entre atores e espectadores, confunde os gêneros, insiste na participação total e no seu caos criativo imprevisível e nos enfrenta com tudo aquilo que a sociedade de bem precisa controlar. O carnavandalirismo ocupa as ruas porque o rebolado é nosso e a cidade também.” (FERREIRA, 2014, p. 179)



FANFARRAS E FESTAS

“Não imaginem que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo se o que se combate é abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga nas formas da representação) que possui uma força revolucionária.” (Foucault, 2010, p.106)

Seguindo as pistas de Foucault, entendemos que nem sempre a militância envolve tiro, porrada, bomba e correr da polícia. Há que se cultivar a alegria, até mesmo nos espaços de resistência. E tem horas que a gente já não sabe mais se está perseguindo ou se estamos sendo perseguidos. Isso vale tanto para atividade de caça como para a de pesquisa. Um dos terrenos mais interessantes explorados recentemente seguindo as pistas do conceito ocupa surgiu como uma proposta de mobilização política a partir de uma rede carnavalesca: o Ocupa Carnaval.⁴⁴ Sua proposta se condensa em seu manifesto, que circula nas redes e nos blocos ativistas desde 2014:

O Carnaval é o mais belo grito do povo! Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso: suas colombinas e pierrôs estão vivos e pulsam. Abaixo as catracas que transformam a cidade em um grande negócio, onde o lucro prevalece sobre a vida, onde o dinheiro é mais livre que as pessoas. Enquanto capitalizarem a realidade, nós socializaremos o sonho. Viva a energia da rebeldia. Viva a criatividade das fantasias. Viva o Zé Pereira e o Saci Pererê. A cidade não está à venda e nossos direitos não são mercadoria. Foliões, uni-vos!
Ocupa Eles. Ocupa Eu. Ocupa Tu. Ocupa Geral. Ocupa Carnaval
(encarte distribuído no bloco)

Como um usuário entusiasta do carnaval de rua no Rio, fui atraído à experimentação desse encontro entre política e bloco carnavalesco. O primeiro produto concreto desse ocupa em particular foi um blocato (bloco + ato) ainda em 2013. O cortejo era animado com inúmeras paródias de marchinhas tradicionais rearranjadas com letras de cunho político, bonecos-alegorias para *animar* o bloco, como o *Tatu-Derrado* (alusão ao mascote Tatu da Copa do Mundo), e o *Poder para o Polvo*. No lugar de questionar a cabeleira do Zezé,

44 O “OCUPA CARNAVAL” funciona como um espaço aberto de articulação política onde blocos de carnaval, grupos de arte, coletivos de cultura, mídia ativistas, movimentos sociais e militantes independentes se organizam em conjunto, por meio de plenárias presenciais nas praças públicas e de grupos de discussão nas redes sociais da internet. O objetivo é contagiar o Carnaval desde 2014 com as pautas dos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade. (<https://psolcarioca.com.br/2017/01/31/ocupa-carnaval-2017-1a-reuniao-de-organizacao/>)

paródias sobre o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a candidatura a prefeito do secretário Pedro Paulo (acusado de agredir a ex-companheira), o aumento das passagens, o empoderamento feminino, os gastos com as Olimpíadas e outras questões sociais e polêmicas que se transformavam em material para a subversão de clássicos carnavalescos. Aproveitando um momento de tomada das ruas (ainda que por um bloco), era possível trazer à cena questões importantes, tornando a fanfarra também um ato político. Alguns transeuntes se empolgam e seguem com o bloco; outros xingam a festa; raros são os que ficam indiferentes. Foram confeccionadas centenas de adesivos com o logo do Ocupa Carnaval que desfilaram como importante sinal de resistência dentro dos blocos de rua do carnaval carioca.

Longe do funcionamento de um bloco tradicional, o Ocupa promoveu reuniões abertas de rua para a construção coletiva das paródias e (des)organização do cortejo, que geralmente sai pelo Centro do Rio em horário pós-expediente para garantir uma presença maior de pessoas. Folhetos contendo as letras alteradas são distribuídos antes da saída, além de se portar grandes estandartes com as letras de algumas marchinhas para facilitar o aprendizado de quem chega no susto e tenta (em vão) cantar a letra tradicional.

Mais de um ano após o primeiro bloco-ato, no carnaval de 2015 pudemos ver a proliferação de blocos não-oficiais que resistiam a mercantilização do carnaval carioca e suas tentativas de controlar o horário de saída dos blocos, seu trajeto, a cerveja que seria consumida, e, em seus estandartes era possível ver colado o adesivo do Ocupa Carnaval como uma marca de posicionamento político.

A pista do Ocupa Carnaval foi se desdobrando em muitas frentes, que mereciam uma linha-do-tempo e um organograma próprios. O Ocupa promoveu alguns “cortejos-ato” específicos, como o Cabralhada, Paespalhada, Camelato e OlimPiada, sempre em alusão a alguma figura política específica ou ao destrato com os vendedores ambulantes e o choque de ordem, que, na saída do Camelato, se colocaram como comissão de frente com seus carrinhos dispendo de faixas, numa mistura de bloco e manifestação. Para além do OcupaCarnaval, no Rio de Janeiro houve uma expansão de fanfarras de rua (grupos musicais compostos majoritariamente por instrumentos de sopro e percussão) configurando-se o que se denominou movimento de neofanfarras cariocas (movimento que se atualiza no Rio, mas que também ocorre em lugares como Estados Unidos e Europa). O termo “neo” não é à toa: ele se relaciona à vontade de exercitar um novo e diferente “modo fanfarrão”, mais crítico, entendendo a valorização de ocupar a rua enquanto ato político, exprimindo o ativismo de tal movimento.

O neofanfarrismo foi uma ideia que a gente começou a usar depois, já no final de 2008. Fui um dos abraçou logo este rótulo. Tem um babado político nesta ideia (...). A gente defendia a ideia de que é “neo” porque somos diferentes politicamente das fanfarras tradicionais. Não é só uma reformatação das fanfarras, mas um posicionamento mais crítico perante o mundo. Assim, qualquer artista ou pessoa que trabalha com o grande público, tem uma responsabilidade ao atuar no espaço público. Tem uma responsabilidade histórica, social e ecológica com o mundo que o cerca. Se o músico se omite, está compactuando com o que já está aí. Assim, a ideia de “neo” representa uma rejeição àquela proposta anterior, não contra as fanfarras tradicionais, mas aquela postura do fanfarrão alienado que não valoriza o ato político de ocupar o espaço público. Então, o “neofanfarrismo” tem este lado ativista. Não é só acreditar num formato musical, mas é assumir uma posição mais crítica. (...) Evidentemente, este conceito de neofanfarras não é consensual e muita gente está focada mais na diversão e na zoação. (Entrevista com Juba Pires, trombonista dos grupos Orquestra Voadora, in:HERSCHMANN,2014, p.8)

Há toda uma heterogeneidade de estilo e pessoas nesse movimento, por isso não é possível criar identidades fixas sobre ele (inclusive não é desejo dos próprios fanfarrões ter tal identidade). O que parece haver em comum entre elas é uma ocupação dos espaços urbanos, sempre de forma espontânea, nômade e ambulante, intervindo na cena urbana e ressignificando a relação com tais espaços. Fica clara a ligação entre as neo-fanfarras e um ativismo, seja ligado a questões ambientais, urbanas, direitos humanos e outras pautas tradicionalmente vinculadas à esquerda política. Essa aproximação entre fanfarra e militância ganhou o nome de *fanfarras ativistas*, originando um festival que vem sendo realizado no Rio anualmente a partir de 2015: Honk- festival de fanfarra ativista (festival que ocorre em diversas cidades do mundo): “Em todo o país e em todo o mundo, um novo tipo de movimento de bandas de rua está surgindo - escandaloso e inclusivo, latão e impetuoso, percussivo e persuasivo - recuperando espaço público com um som que está em seu rosto e fora deste mundo”. A partir de uma mesa de debate realizado ao final do primeiro HONK, com músicos brasileiros e estrangeiros de diversas fanfarras, descobri que as fanfarras ativistas tiveram grande participação no ciclo de manifestações anti-globalização que ocorreu entre 1999-2002, em protestos anti-guerra contra a Guerra do Vietnã, e outras manifestações de cunho contestatório. O festival, geralmente com duração de 3 a 5 dias, ocorre em diferentes espaços públicos da cidade, contando com a participação de voluntários para sua execução, sem fins lucrativos. Segundo o próprio site, define-se uma fanfarra ativista como:

Ao descrever o Honk! bandas como ativistas, estamos nos referindo a bandas que são socialmente engajadas - algumas em ação direta e protesto político direto, outras em construção de comunidades, seja na justiça social ou em organizações comunitárias ou realizando workshops nas escolas públicas. Além disso, ao se apresentar no nível da rua, geralmente de graça, sem amplificação sonora e com pouquíssima distância entre o artista e o público, o Honk! bandas criam um espetáculo participativo para recuperar o espaço público de forma a colocá-lo no centro da política ativista.” (extraído do site: <https://neofanfarrismo.wordpress.com/>)

Alguns princípios foram elaborados no início de 2018⁴⁵, reforçando a ideia de ativismo e ocupação do festival.

No Brasil, podemos destacar duas fanfarras ativistas que surgiram do contexto das manifestações de 2013. No Rio de Janeiro o **Bloco do Nada**, que surgiu a partir de militantes do PSOL, e em São Paulo a **Fanfarras do Mal**, um movimento autônomo-libertário, anti-capitalista e horizontal, que nasceu da proposta de somar com bateria e fanfarra aos atos de protesto em 2013. Muitos dos artistas que tocam no bloco usam máscaras pretas, semelhantes às dos Black Blocs, além de exibirem estandartes com dizeres políticos.

O Ocupa Carnaval, as fanfarras ativistas e o Honk se configuram enquanto dispositivos de militância de cunho performático, libertário e artístico. Em sua singularidade, mostram outras formas de se organizar, outras qualidades de conexões a partir de diferentes formas de participação; outras estratégias de produção e contaminação de subjetividades

45 Procuramos construir uma comunidade de bandas de rua ativistas que envolvam questões progressistas através da música e do espetáculo, e que se juntem para compartilhar conhecimento e experiência, e para apoiar uns aos outros. Acreditamos que a música nas ruas ajuda a recuperar e redefinir o uso do espaço público. Acreditamos que a música traz elementos de poder, energia e cura às lutas pela libertação coletiva. Somos solidários com as lutas que desafiam todas as formas de dominação, desigualdade e opressão individual e institucional, baseadas em classe, raça, gênero, preferência sexual, idade, etnia e / ou habilidade. Porque acreditamos que a mudança duradoura começa nas bases, priorizamos eventos e lutas democraticamente organizadas que promovem a coalizão de base ampla e a construção de movimentos, e nos opomos àqueles que incentivam a divisão e a desunião. Porque acreditamos que o impulso capitalista para o lucro promove a desigualdade de riqueza, o desperdício material e a desconsideração humana, enfatizamos eventos não comerciais, ecologicamente corretos, orientados para a comunidade e fisicamente acessíveis. Reconhecemos que a luta pela ampla libertação coletiva começa com a transformação de nós mesmos e de nossa própria comunidade. Nós nos esforçamos para construir uma liderança democrática, particularmente entre as populações que são e foram mais diretamente afetadas pela opressão e desigualdade. E reconhecemos que há muito trabalho a ser feito nessa área. Dentro do nosso anual Honk!Festival e eventos relacionados, aspiramos a construir um “**Brave Space**” - um ambiente de apoio no qual assumimos questões controversas entre si e nos envolvemos em desacordos e desconfortos uns com os outros, sabendo que isso nos ajudará a construir mais e mais relações de confiança. Acreditamos que é importante reconhecer e aprender com as diferenças que surgem entre nossas intenções e nossos impactos. Desejamos por Honk! ser uma comunidade na qual nos elevamos mutuamente e nos damos energia para continuar lutando pela libertação coletiva.

revoltosas que se diferenciam daquelas presentes nas estratégias Black Bloc e então na militância partidária.

Além disso, caberia também destacar o modo de funcionamento de algumas dessas fanfarras: trata-se de espaços autogestionários, em que se tocam, em um mesmo coletivo, pessoas que trabalham com música há anos junto com iniciantes, congregando amadores e profissionais. A ideia é justamente agregar o maior coletivo possível, além de democratizar os espaços. Não existe seleção: a prática remete muito mais a um projeto inclusivo, de pessoas e de espaços ; não só a presença do bloco é democrática para quem deseja tocar, mas também para quem deseja participar, e os cortejos são sempre gratuitos, pelas ruas e becos da cidade.



A CRACKUDAGEM E PROCESSOS DE FORMAÇÃO

Pensar criticamente os processos de formação tem sido um exercício recorrente nos últimos anos. Em parte para pensar a função profissional na qual estive inserido, a de professor universitário, com suas produções, efeitos, usos, alianças e privilégios. As implicações se complexificam ainda mais com a dupla inscrição nesse campo universitário, como professor e também como aluno de pós-graduação. E, nesse período específico (2015.2) com uma sobreposição também de disciplinas, uma cursada e outra ministrada, tendo como objeto as práticas de formação. Foram diversas discussões e atividades dentro e fora de sala que provocaram o pensamento crítico sobre dispositivos pedagógicos nos mais variados contextos.

Para além da minha inscrição profissional de professor, o interesse em processos de formação foi sendo transmitido para outras áreas de trabalho e vida não mais conectadas diretamente com o meio educacional formal e institucionalizado. Tenho como objeto de pesquisa um recorte da rede de militância e ativismo por direitos humanos no Rio de Janeiro da atualidade, com destaque para grupos autônomos, libertários e não-representativos que surgem em torno das manifestações de junho de 2013. Mesmo nesse recorte, há um universo de coletivos, grupos, iniciativas, projetos e intervenções que animam um movimento de insurgência contra o modo capitalístico de vida e suas precarizações, cada qual com seus próprios processos de formação. E penso aqui em formação `militante`, tanto na sua dimensão ideológica: que constrói um vocabulário político específico para compor um repertório de percepções e análises a respeito do seu entorno; como também na formação de suas dimensões práticas: aprendizagem do saber-fazer tarefas específicas. No meio de militância e ativismo há uma diversidade de atividades sendo aprendidas e executadas, como produção de informação (impressa ou digital) por meio de textos, fotos, vídeos e filmes; sistematização dessas informações e produção de narrativas; organizações de redes e de grupos comunitários; participação de reuniões, assembleias, articulação de comitês e fóruns; e produção de eventos e intervenções pontuais, como projeções, shows, comícios, cortejos, até marchas e manifestações.

Dentro desse universo de possibilidades de envolvimento ativista que de fato se expandiu fortemente desde início da década na cidade do Rio de Janeiro, existe um grupo em particular que não costuma ser lembrado como *coletivo ativista*: as fanfarras ativistas. Nem todos os músicos e fanfarras de rua se consideram ou se apresentam como ativistas. Porém, há

um reconhecimento que mesmo as fanfarras que não se envolvem em pautas ativistas de forma direta e explícita possuem um tipo de ativismo, ao reivindicar a rua como espaço de ensaio e apresentação, retomando a discussão sobre espaço público e direito a cidade. De qualquer forma, o objeto desse ensaio não é descrever o movimento de neofanfarra carioca e estabelecer sua justa relação com o ativismo, e sim destacar um dispositivo de formação de instrumentistas criado por esse movimento que apresenta configurações bastante singulares para pensarmos os processos de formação de maneira geral. O *crack*, ou *crackudagem*, como foi denominado pelos próprios músicos, é um momento de prática coletiva e também performance de rua. Uma junção entre ensaio e apresentação, que ainda tem como características: não ter um maestro/dirigente; ser aberto a qualquer instrumentista que chegar não importando seu nível de proficiência na execução do instrumento; e ter um repertório de músicas aberto e variado. Apesar do crack ter surgido em 2012 e se manter de maneira fixa ao final dos ensaios de terça e domingo da fanfarra *Orquestra Voadora*, ele pode surgir em qualquer contexto onde se encontrem instrumentistas agenciados ao neofanfarrismo carioca. Já ocorreu na rua, em pontos de ônibus ou finais de feiras ambulantes; ocorre muitas vezes após a apresentação de alguma fanfarra em um show, casa de festas e outros eventos; após blocos carnavalescos ou bloco-atos. Enfim, o crack se institucionalizou no desejo dos músicos em continuar tocando para além do fim oficial de um ensaio ou apresentação.

O procedimento do crack é simples. Em um local público, os músicos de fanfarra se reúnem (percussão, trompetes, trombones e sax, tradicionalmente) e formam uma roda. Um instrumentista propõe uma melodia, começando com frases musicais bem simples, em uma espécie de aquecimento. A melodia vai sendo repetida inúmeras vezes, enquanto os instrumentistas que já conseguem tocar sem problemas ajudam aqueles que ainda não tiraram a música. Ao contrário do método de ensino por partituras, a música no crack é ensinada enquanto está sendo executada, forçando os ouvidos e a percepção musical antes de evocar as notas representativas no papel. O gesto é a principal forma de passar a melodia, e não mais os métodos tradicionais de leitura da partitura. Os gestos da percussão mostram o ritmo a ser batido. A posição da vara do trombone (que dispõe de sete no total) mostra qual nota deve ser tocada pelos trombonistas. No trompete todas as notas são atingidas pelas variações de apenas três dedos, sendo facilmente reconhecidas e imitadas por outros. Em suma, na procura pela execução da música não se usa uma representação gráfica (a partitura). Não se fala em ritmos e notas: se dançam os ritmos e se gesticulam as notas no movimento dos dedos, braços e varas. Porém, o crack não é somente a execução de uma melodia, mas a variação desta.

Conforme o grupo vai se tornando uníssono e forte, as variações começam e pratica-se o improviso. Um improviso em um solo, quando são silenciados outros instrumentos para dar destaque a um instrumentista; ou então um improviso coletivo, quando se compõe uma segunda, terceira voz que se conecta com a melodia base que está sendo executada pela maioria. A brincadeira de repetir uma melodia intercalada com variações e improvisos se desenvolve por um bom tempo, possibilitando assim a todos os instrumentistas fixarem essa composição melódica em suas mentes e gestos. Em dado momento (que pode variar de 3-20 minutos de execução) encerra-se a música, ocorre um intervalo rápido (se ocorrer), para em seguida algum instrumentista puxar uma nova melodia. Se ela for seguida por outros instrumentistas inicia-se uma nova sessão. Nesse momento, dependendo do tamanho do grupo, pode haver 'batalhas' para puxar alguma música, tendo 2, 3 ou mais instrumentistas propondo uma melodia diferente. Como não há diretor/maestro, tende-se a seguir o instrumentista que toca mais alto, ou então o que está propondo a melodia que mais pessoas conheçam, ou mesmo aquele que possui mais prestígio entre o grupo de músicos presentes.

Existe um mito fundador para o início dessa prática instrumental de *crack*. Em seu início, o crack ocorria exclusivamente às terças-feiras de madrugada debaixo dos arcos da Lapa, próximo à instalação do *Lapa Presente*- força especial de segurança que administra a área. Nesse período inicial havia um estranhamento por parte dos instrumentistas, pois se consumia maconha sem restrição nas rodas de música, à vista dos guardas do *Lapa Presente*, que dentre as funções notórias que exercem na região é dar flagrante em consumidores de maconha. Porém, já estava virando costume o ensaio a céu aberto pós-oficina de instrumentos da Orquestra Voadora, e junto com os músicos, o consumo do cigarro. A explicação dessa situação peculiar surgiu certa noite, e veio em forma de recado. Um policial se aproximou de um instrumentista do grupo e passou o seguinte aviso: *não fumem maconha muito perto de nós para não provocar. Mas podem consumir onde estão. Preferimos vocês consumindo maconha aos crackudos que costumam ficar por aí.*⁴⁶

A partir de então, o nome pegou. Não só pela história, mas o crack já é assim chamado de forma carinhosa por seus usuários associando o prazer que se tem em tocar com o vício em uma droga. E é chamado assim também de forma depreciativa por outros músicos que não

⁴⁶ Apesar dos músicos se beneficiarem desse relaxamento dos policiais em relação ao consumo de maconha entre eles, sempre houve um desconforto de ocupar esse lugar de privilégio e por isso constantemente era levantado a problematização e crítica do modo racista e classista com o qual a segurança pública atua.

gostam muito de seus métodos, de suas características, ou então de um tipo comum de músicos que produzem. Definitivamente o crack é uma das escolas de instrumentistas de fanfarra que mais formou e forma músicos na atualidade do Rio de Janeiro. Se por um lado multiplicou os instrumentistas na cena carioca, por outro também multiplicou instrumentistas com pouco domínio do seu instrumento, ou que mais circulam com seus instrumentos em punho, à vista do público, do que de fato os tocam.

Para os músicos de fanfarra, tanto os de sopros como de percussão, se conectar com a variação de vibrações do instrumento é fundamental, de forma a explorar todos os seus limites. Porém, são instrumentos extremamente sonoros, com emissão de muitos decibéis. Não são todos os contextos que possibilitam tocar com a maior intensidade possível, ainda mais em um contexto de aprendiz, quando se sabe que irá errar muito, tocar o instrumento de forma 'feia'. Ter um ensaio ao ar livre, coletivo, com inúmeros instrumentistas, retrai a timidez dos aprendizes barulhentos, possibilitando-os explorar sem medo os limites de vibração de seu instrumento. Sentir a campana do trombone tremer, o trompete relinchar, a zabumba pulsar. Erra-se, e muito. Uma crackudagem é repleta de instrumentistas errantes na melodia, ritmo, o tom e harmonia das músicas. Mas um erro que está procurando o acerto, que quando ocorre consome a fissura do instrumentista aprendiz- sentir o seu som compondo harmoniosamente com o som coletivo. Sentir seu corpo vibrando, e nessa vibração produzir música que embala e faz vibrar outros corpos. Quando finalmente o instrumentista aprende a execução, passa de aprendiz a professor, de ouvinte a performer.

Dois analisadores expõem tensionamentos de forças estruturantes do dispositivo de aprendizagem do crack. Dinheiro e drogas. O dinheiro explica a própria fundação desse espaço, como uma alternativa a quem não possui recursos para uma oficina particular. Mas também surge hoje enquanto analisador da relação dos músicos, público (que já é frequente e grande) vendedores ambulantes, moradores de rua entre outros. Apesar de todos os tensionamentos que reproduzem os recortes de classe, gênero e raça de nossa sociedade, de fato o crack ainda parece ser o espaço mais horizontal dentre os disponíveis para um aprendiz de música, a "escola" de instrumentos com maior contato com a alteridade. Constrói-se nesse lugar subjetividades menos medrosas e receosas com a rua e seus habitantes, inclusive tecendo laços afetivos entre músicos, vendedores ambulantes e moradores de rua.

Já a respeito de drogas, o próprio nome crack, por mais que seja uma brincadeira, já aponta para uma tolerância maior com respeito ao uso de drogas nesse espaço. Ao contrário

de uma sala de aula ou mesmo oficina paga, é predominante os músicos que estão fazendo uso de alguma substância. Claro que não são todos os ‘crackudos’ que fazem uso de drogas (há casos de músicos crackudos que não consomem nenhum tipo de droga), mas no mínimo deve-se tolerar um ambiente onde a maioria está fazendo uso de álcool, cigarro e/ou maconha, basicamente.

Obviamente, os métodos de ensino-aprendizagem do crack não podem ser aplicados literalmente a outros contextos. Não é possível pensar em um ambiente de aprendizado de psicologia, por exemplo, com todos esses contornos, pois são características específicas de um tipo de socialização típico de festas e ambientes de lazer. Porém, são inúmeros pontos equivocados que ajudam a pensar em outros dispositivos de aprendizagem possíveis. Assim como apontado na vivência dos Black Blocs e nas experiências dos Ocupas, o que o crack traz é o entendimento de que a prática catalisa o aprendizado muito mais do que sua representação. Trata-se de outra forma de afirmar que a ação-direta é o mais eficiente processo de aprendizado político. No ato de executar uma tarefa, mesmo que ela não esteja sendo executada de maneira correta, o investimento afetivo do aprendiz é muito maior do que o ato de aprender teoricamente. Aprender na teoria sobre política é muito menos eficiente do que aprender na prática. Aprender teoricamente sobre manejos agrícolas é muito menos eficiente que executar esse manejo. E o mesmo serve para a execução de instrumentos musicais.

Além da prática como dispositivo de ensino, a coletivização dessa prática também é um ponto importante. Tradicionalmente aprendem-se instrumentos sozinhos, para depois de adquirir certa expertise executá-lo com outros instrumentistas. No crack quebra-se esse pré-requisito, colocando no mesmo coletivo instrumentistas de diferentes níveis, diferentes graus de expertise. A heterogeneidade aparece aqui como mais um valor de aprendizado que equivoca os modos hegemônicos, que dividem alunos por seu grau de conhecimento. Primeira, segunda, terceira série e assim por diante. Esse mesmo modo hegemônico de se conceber aprendizado muitas vezes é repetido nos círculos de militância e movimentos ativistas. Aqueles que são mais instruídos politicamente tem mais acesso aos círculos mais centrais do movimento (espaços deliberativos, por exemplo), enquanto os menos instruídos devem se contentar em ser meros espectadores das programações e eventos construídos pelos primeiros. O crack, as assembleias populares de rua, as ocupações, tendem a ser mais inclusivas. Tendem a ter uma maior abertura para a diferença, e com isso aumentar seu grau de heterogeneidade. Essa abertura tem seu custo e traz consigo uma série de tensionamentos

que necessitam de atenção e gasto de energias para lidar, mas garantem uma maior penetração na sociedade como um todo, rompendo, em diferentes graus, com a tendência dos grupos de se fecharem nas suas próprias bolhas, e em um processo contínuo de isolamento.

Um último ponto a ser destacado do crack é sua tolerância com o erro. Ninguém espera que uma roda de crack seja uma apresentação musical de alta qualidade. Entende-se a priori que não será, porque não foi ensaiada e não é composta só de exímios musicistas. A tolerância ao erro permite que a aprendizagem ocorra com muito menos constrangimento do que em uma classe de aula fechada e normatizada.

O capitalismo pode sempre dar um jeito nas coisas, retocá-las aqui e ali, mas no conjunto e no essencial tudo vai cada vez pior (...) – podemos imaginar que seguramente acontecerá muita coisa nos próximos anos. E de tudo quanto é tipo, revoluções, mas também, sem sombra de dúvidas, umas merdas do tipo fascismo e companhia. E daí o que é que se deve fazer? Esperar e deixar andar? Passar a ação? Tudo bem, mas onde, o quê, como? Mergulhar com tudo, no que der e vier. Mas não é tão simples assim, a resposta a muitos golpes está prevista, organizada, calculada pelas máquinas dos poderes de Estado. Estou convencido de que todas as variações possíveis de um outro Maio de 1968 [ou diríamos, junho de 2013] já foram programadas (...) Seja o que for, já está mais do que na hora de os revolucionários reexaminarem seus programas, pois há alguns que começam a caducar. Já está mais do que na hora de abandonar todo e qualquer triunfalismo – note-se o ‘falismo’ – para se dar conta de que não só estamos na merda até o pescoço, mas que a merda penetra em cada um de nós mesmos, em cada uma de nossas ‘organizações’. (GUATTARI, 1987, p. 14)

Rio de Janeiro, Julho de 2018

Caro Guattari, pois é. Deu merda, muita merda....

Daria para escrever umas dezenas de páginas somente citando os retrocessos que existiram e existem no meu território tupiniquim, e que, se evidenciados exclusivamente, cravariam a interpretação definitiva de que as jornadas de junho foram um grande tiro no pé. Particularmente não colo nessa narrativa, mas também não posso deixar de pontar que me sinto muito atingido pelos retrocessos vividos desde então, sentido no cotidiano seus efeitos. Para além dos aspectos objetivos e materiais, o que mais bate forte em mim e nos meus pares é da ordem da subjetividade. O afeto predominante aqui nos nossos ares é de uma tristeza e morte (poderíamos falar na sua linguagem de linhas-de-fuga mortíferas, ou mesmo forças de anti-produção), com a falência prematura de tantas esperanças que nos povoavam em 2013. É muito luto para se vivenciar ao mesmo tempo. São muitos sonhos que nos forçaram a abrir mão. Nós, os nômades, já passamos além do estado de paralisia. O entusiasmo de minha primeira carta é só uma lembrança doída: “a euforia da revolta se dilui no cabaré da crise...” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 163) Hoje, parecemos zumbis. Mortos-vivos, ou, no máximo, nos afogando em toneladas de lama tóxica, despejada em um instante sobre nós e todo nosso entorno⁴⁷. Não há salva-vidas que de conta dessa tragédia. Fica difícil escrever qualquer linha para você sobre esse assunto. Não me há ânimo, nem um pingão de energia e/ou esperança que faça valer o esforço de colocar meus intensos afetos em uma escrita coerente.

Um primeiro parágrafo dramático para conseguir expor um pouco dessa intensidade que me habita hoje, e nas últimas dezenas de meses. Mas, assim como a euforia de 2013, um drama um tanto quanto irreal, muito marcado por um momento quente, só que dessa vez, quente dos infernos, ao invés de quente como o paraíso tropical. Quente, porque é efervescente de novidades que reconfiguram o campo de possíveis. Mas parece que reconfiguram para um cenário devassador. Antes de assumir as potencialidades desse momento, somadas aquelas fomentadas nas jornadas de junho, acho pertinente explorar e adentar um pouco mais nessa lambança na qual estamos inseridos, problematizando e elaborando pensamento nesse contexto merda que vivemos.

47 Referência a tragédia ambiental na cidade de Mariana/MG, com rompimento da barragem de rejeitos de mineração, em 05 de novembro de 2015. Considerado o desastre industrial de maior impacto ambiental na história do Brasil, e a maior do mundo envolvendo barragem de rejeitos, despejando no total 62 milhões de metros cúbicos de lama tóxica.

Para começo de conversa, perdemos a vida de muitos pares à nossa volta. Uma perda física efetiva, como o assassinado de Marielle Franco e outros defensores de direitos humanos que nos eram caros. Para além das mortes, diversos processos de precarização da vida, tais como: a criminalização e estigma que foi colocado goela abaixo de amigos⁴⁸⁴⁹; o empobrecimento generalizado que nos atingiu com o início do ciclo de uma dita crise econômica, amplamente acentuada após os mega-eventos no nosso território; mudança radical na macropolítica de governo; e falência (ao menos momentânea) dos grandes propulsores econômicos, especialmente no Rio de Janeiro (como construção civil e petróleo). Essas precarizações nos impõem um momento de recessão na vida particular de cada sujeito que habita esse território, e para nós nômades não seria diferente. Nos faz lembrar que não importa quão *resistência* e *contra-insurgentes* nos julgemos, ainda fazemos parte dessa engrenagem capitalista, e dela necessitamos para sobreviver. E, como todo outro cidadão carioca, ficamos desempregados, fomos despejados, adquirimos dívidas, brigamos entre nós, nos separamos, adoecemos e nos isolamos. Escrever para você novamente é encarar uma forte lembrança de um momento onde comemorávamos a redução de passagem de R\$2,95 para R\$2,75. Claro que não representava somente uma redução de 20 centavos, mas um ajoelhar-se do poder operante de governo frente a reivindicação das ruas. Mas essa lembrança é um grande contraste com a realidade atual, quando pagamos R\$3,95 em uma passagem e nos sentimos completamente rendidos frente aos avanços conservadores.

Vale a ponderação que a passagem de ônibus no Rio de Janeiro poderia estar mais cara nesse momento. Se dependesse da progressão de preços que havia pré-2013, atualmente a passagem estaria por volta de R\$4,20. Mas duas decisões recentes da justiça⁵⁰ exigiram a redução, cada, de 0,20 da passagem. Claramente um efeito retardatário das manifestações de 2013. Assim como a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Público, e até a prisão (já revogada, mas executada por alguns dias) do empresário Jacob

48 Vale ressaltar o intenso processo de criminalização da justiça e ataques da mídia à ativistas presentes em 2013. Em entrevista recente, Elisa Quadros- denominada Sininho pela mídia- expos o que lhe sucedeu, dando uma mostra de processos que aconteceram com tantos outros ativistas. *“Como consequência da fama repentina, Elisa foi presa duas vezes em Bangu, perdeu o emprego, a estabilidade financeira e emocional. ‘Eu já cheguei a me machucar. E eu falo abertamente porque isso não tem que ser vergonha para ninguém não, nem para mim, nem para ninguém que passa por isso.’”* <https://apublica.org/2017/04/meu-nome-nao-e-sininho/>

49 Ao final da escrita da presente tese saí o resultado do julgamento dos 23 acusados de terrorismo, detidos um pouco antes da final da Copa do Mundo de 2014. O juiz determinou 7 anos de prisão para os acusados, em uma sentença bastante controversa, numa clara tentativa de criminalização dos movimentos sociais..

50 https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-11-09/justica-manda-passagem-de-onibus-baixar-para-340.html

Barata Filho, um dos magnatas do transporte no Rio. Apesar de fatos com poucos efeitos práticos no cotidiano da cidade, são exemplos de como as pautas de 2013 reverberaram e continuam reverberando por aqui.

Queria fazer uma pausa para falar da dinastia da família Barata. Talvez menos deles em si, e mais de 2013. A situação de insurgência de 2013 teve como estopim as manifestações pela redução das passagens. E no Rio de Janeiro, a família Barata é uma das grandes donas de frota de ônibus. Por mais que a explosão das ruas tenha vindo sob uma ordem direta (baixar as passagens, ou, no caso, mantê-las sem o reajuste anual), inaugurou-se uma ampla discussão sobre o transporte público e mobilidade. Na calda dessa discussão surgiram as temáticas sobre serviços públicos, empresas prestadoras de serviço e papel de regulação do Estado. Não é como se todo cidadão se informou dessas discussões naquele momento, mas muitos o fizeram. O tema era exposto nas tvs, nos jornais e principalmente nas redes sociais. Naquele momento trocávamos reportagens, análises, infográficos, estudos e outras informações que ajudavam a qualificar o entendimento do contexto político. Destaque, novamente, para os nômades midiáticos, elaborando análises de conjuntura, textos de experiências e investigações, imagens de manifestações, vídeos educativos e até os vídeos performáticos e de cunho humorístico. Sim, os vídeos e memes de humor tem se consagrado com um dos grandes dispositivos de produção de subjetividade na atualidade, e já em 2013 isso se fazia sentir.

Voltando aos Baratas. Naquele momento de intensa produção de informações, a família magnata dos ônibus foi bastante exposta. Algo que nossa nobreza capitalista costuma não gostar. Famílias poderosas e endinheiradas a gerações parecem preferir certa invisibilidade. Mas com os Baratas, em 2013, não rolou. Rolou sim escracho⁵¹, materializado na manifestação em julho daquele ano, denominada Casamento da dona Baratinha⁵². A neta do patriarca Jacob Barata realizou seu casamento no Copacabana Palace, e diversos manifestantes ficaram em frente ao hotel, batendo latas, gritando suas palavras de ordem, numa forma de piquete sonoro. Não podiam impedir os convidados de entrar, mas com

⁵¹ O escracho passa a ser uma ferramenta ativista bastante usada na atualidade: “Gosto dos escrachos, porque eles são divertidos. Esperam tudo de nós, menos que ataquemos de Pollock, colorindo o mundo com a dança dos nossos corpos. Não nos querem alegres. Porque tristeza é encolhimento, posição fetal. Nos querem deprimidos sem conseguir levantar da cama. Porque a alegria toma as ruas, é corpo em expansão, é arte do encontro. Ela se propaga como fogo na seca. Por isso, em vez de tentar dialogar com um fascista, o que me deixaria muito triste e talvez com um ódio corroendo meus intestinos, prefiro sair dançado, fazer uma careta engraçada, dar uma gargalhada gostosa, escapar pela fresta, dar uma pirueta ao ar livre, subverter. Por isso, trago tantas ações criativas que encheram as ruas de cor e alegria para compor este texto. Assopro brasa, com o desejo de criar sempre novas Zonas Autônomas Temporárias.” (TAVARES, 2018, p. 242)

⁵² <https://www.youtube.com/watch?v=PfOaKJDsn3s>

certeza acabaram com o clima da festa. Era uma indignação justa, uma vez que entendiam que toda a ostentação do casamento vinha do dinheiro de um serviço público com nenhuma transparência. Os videos da manifestação deixavam claro o incômodo que causou em todos os presentes.



Trago esse evento de 2013 para mostrar que nem só de retrocessos podemos caracterizar o pós-2013. E também apontar como o humor pode se somar a indignação durante manifestações e atos reivindicatórios. Como diz o Guia Para Exigir o Impossível,

“Tome cuidado com o presente que você cria, pois ele deve se parecer com o futuro dos seus sonhos”. Assim escreveu à mão e em letras gigantes o coletivo de arte anarco-feminista Mujeres Creando em um muro antigo de La Paz. Elas sabem, assim como muitos artistas ativistas, que o futuro não está logo ali, esperando para chegar como um trem apocalíptico. É algo que fazemos agora, no presente - e a responsabilidade para com o presente é a única responsabilidade séria para com o futuro. Uma passeata de A até B com cartazes, slogans repetitivos entoados por um coro rouco de vozes, pessoas protestando no frio por horas a fio, multidões escutando um barbudo declamando, faixas sem graça penduradas nos prédios, panfletos cheios de estatísticas desanimadoras...Estes atos se parecem com o futuro que queremos? De que outra forma podemos manifestar nossos desejos e demandas? Como essas ações podem ser feitas e sentidas?” (GRINDON, JORDAN, 2010, p.22)

Não é preciso ser triste para ser indignado. Ao contrário, o afeto triste, se pensarmos com Espinosa, é justamente a diminuição da capacidade de agir⁵³. E se penso com você que “Militar é agir” (GUATTARI, 1985), estamos falando de um afeto alegre. Claro que nem sempre um afeto alegre vem com risadas, com humor. Mas, muitas vezes sim. Transformar um afeto triste que nos é imposto, em um afeto alegre, aumentando nossa capacidade de agir, de intervir no mundo, foi algo muito recorrente em 2013. Assim como lidar com humor frente às diferentes formas de deslegitimação das manifestações promovidas pela mídia. Em mais um ato de 2013, manifestantes ocuparam por algumas semanas a esquina da rua em que morava o atual governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (que vale lembrar que atualmente está preso, consequência direta ou indireta das manifestações de 2013). O Ocupa Cabral se tornou um catalizador de manifestação de rua em uma localidade sem grande história de protestos: os bairros de Ipanema-Leblon. Em um desses protestos, quebraram vitrines de uma famosa loja de roupas (Toulon), saquearam e distribuíram roupas para moradores de rua e jogaram os manequins na fogueira. No dia seguinte, jornais davam destaque a esse ato de depredação, com direito a choro e lamentação pelos manequins perdidos, enquanto invisibilizavam a recente chacina na Favela da Maré. Como resposta a essa inclinação da mídia a chorar por vidraças e manequins e ignorar a morte de pobres, pretos e favelados, manifestantes realizaram, uma semana após a depredação da loja, a missa de 7º dia dos manequins da Toulon⁵⁴, ironizando a importância desmedida da mídia. Até hoje, em blocos de carnaval e outras manifestações de rua, são visto pedaços dos famosos manequins circulando entre as pessoas, quase como um troféu dos nômades.

Não são poucos os exemplos de manifestações e intervenções artísticas com cunho reivindicatório e de denúncias graves conjugados com o humor, ironia e sarcasmo. Especialmente no pós-junho até início de 2014. Em fevereiro daquele ano ocorre a morte do cinegrafista Santiago Andrade em uma manifestação na Central do Brasil, em pleno centro do

⁵³ Ao longo desse trabalho, diversas vezes faço referência ao pensamento de Spinoza. A afinidade com a filosofia de Spinoza não vem pela proximidade direta com o filósofo, mas através da leitura de Deleuze. A partir da leitura das aulas do pensador francês sobre Spinoza tive a clareza de que é do tensionamento filosófico do último que o pensamento tanto de Deleuze como Guattari se sustentam. E assim me descobri, indiretamente, spinosista também. “Dice que, a grosso modo, hay dos polos de la existencia. Los dos polos son la tristeza y la alegría. Son los dos afectos de base. Él hace toda una teoría de las pasiones en la que la tristeza y la alegría son los dos afectos de base. Es decir, todos los otros afectos derivan de ellos. ¿Cómo se distinguen estos dos afectos de tristeza y de alegría? Ustedes comprenden, aquí esto se vuelve un poquito difícil, por tanto hay que vivirlo. Cuando es difícil pensarlo hay que intentar vivirlo. Spinoza nos dice que ambos, tanto las tristezas como las alegrías, efectúan mi potencia, es decir, completan mi potencia. La efectúan necesariamente.” (DELEUZE, 2008, p.52),

⁵⁴ <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/manifestantes-rezam-missa-de-setimo-dia-dos-manequins-da-toulon-9187524.html>

Rio de Janeiro. A partir de então parece haver um recuo das manifestações, encerrando o ciclo iniciado em junho do ano anterior. Ainda ocorreriam algumas manifestações próximas à Copa do Mundo no Brasil (em junho de 2014), porém, claramente as ruas deixaram de ser tão fecundas e aguerridas como foram em 2013.

Os anos seguintes podemos caracterizar pela máxima *toda ação tem uma reação*. Frente à explosão de coletivos autônomos, a reação foi o surgimento de coletivos e movimentos da direita conservadora, carregando alguns traços das novas formas de mobilização. *Vem para Rua, Movimento Brasil Livre*, entre outros. Não podemos caracterizá-los completamente como horizontais (não foram construídos a partir de uma mobilização de base e nem se organizam de forma horizontal), mas se colocam assim, e, principalmente, capturaram uma série de ferramentas de militância desenvolvidas nos anos anteriores pelos movimentos progressistas, tais como o uso das redes sociais para organização; o humor e sátira na produção de subjetividades revoltosas; uso do escracho, piquetes e barricadas em eventos que são contra (basicamente eventos de esquerda); e a mobilização de rua para expor suas pautas.

Nesse contexto de 2014 até 2016, ao menos, a esquerda se viu diante de um *golpe*. Roubaram-nos as ruas e praças; tomaram o protagonismo da discussão sobre reforma política e transformação social; e pautaram o que a esquerda deveria fazer, a saber, defender os avanços progressistas do Estado Democrático de Direito dos últimos 30 anos por meio da defesa do Partido dos Trabalhadores. E assim, de súbito, não estávamos mais discutindo democracia direta, horizontalidade, direito a cidade, e tantas outras pautas que procuravam a transformação da sociedade em termos de avanço. Nesse período era hora de segurar os retrocessos.

Em 2016 algumas mobilizações voltaram a animar a cena de ativismo carioca. Primeiramente com a ocupação dos secundaristas, que nasce em São Paulo em 2015 e se espalha pelo país no ano seguinte, chegando a mais de mil instituições de ensino ocupadas no Brasil. No Rio de Janeiro foram cerca de 70 escolas e algumas universidades. Logo em seguida, em decorrência do Impeachment da Presidenta Dilma Roussef e início do governo de Michel Temer, alguns retrocessos em termos de Políticas Públicas começaram a surgir. E como resistência, mais ocupações. Após anúncio da extinção do Ministério da Cultura, surge o OcupaMinc, no palácio Capanema, no centro do Rio de Janeiro. Durante mais de dois meses aquele espaço foi tomado por seus ocupantes, e se tornou um centro de articulação política e experimentação autogestionária, bastante semelhante as mobilizações instituintes do OcupaRio e outras acampadas. No mesmo período do OcupaMinc, surge também, a apenas

poucos quarteirões, o OcupaSus, onde trabalhadores da saúde e estudantes acamparam no prédio do Ministério da Saúde e por lá permaneceram por cerca de um mês. Como foram duas ocupações concomitantes e próximas uma das outras, houve muita troca, colaboração e apoio entre esses dois espaços.

Cito essas mobilizações aqui para contrapor o argumento de que estamos completamente paralisados atualmente. De fato, não estamos. As insurgências podem não ser tão visíveis como em 2013- 2014, porém, não deixam de eclodir aqui e acolá. Mas ao mesmo tempo, percebe-se a pouca adesão, vitalidade e continuidade das mobilizações. Esse ano de 2018 marcou-se cinco anos das Jornadas de Junho. Muitos eventos foram chamados para comemorar, ou então lembrar esse evento emblemático. Participei diretamente de uma dessas movimentações, que foi denominada *Junho +5*. Desde janeiro deste ano realizamos algumas reuniões para planejar uma série de eventos a fim de marcar a passagem de cinco anos de junho e reativar essa memória, não como algo no passado, mas algo a ser vivido no presente. Não tínhamos a ingenuidade de achar que conseguiríamos fazer uma nova Jornada de Junho, mas a intenção era aproximar de coletivos e grupos atuantes no presente, ajudar nas articulações entre esses grupos para intervir nesse estado de paralisia e atomização que tomou conta do cenário de ativismo carioca. Todo o processo de construção dessas ações foi bastante rico, aproximando pessoas diferentes, em um esforço de cultivar novamente um desejo por mudanças coletivamente compartilhado, presente em 2013, mas enfraquecido atualmente. Apesar dos esforços, encontros e da realização das atividades, o que pudemos perceber é um esvaziamento das ações, apesar do constante retorno de todos que conversávamos sobre a necessidade desse evento.

Os tempos atuais não são como aqueles de 2013. As iniciativas não decolaram e os coletivos que surgiram desde então vão, pouco a pouco, autodissolvendo-se, um a um. Nesse contexto fica difícil manter uma motivação em alta. Fica difícil pensar e se mobilizar para ações coletivas. Ficamos tentados constantemente a adotar um discurso de ressentimento e rancor, identificando nos outros, ou em nós mesmos, o motivo da paralisia e derrotada da resistência.

Porém, assumir esse discurso é tanto despolitizar o presente como se contentar na alienação. Assumir esse lugar de ressentimento é ficar estagnado nas ingenuidades e entusiasmos juvenis que nos atravessaram em 2013, sem conseguir produzir algo novo a partir de uma autoanálise crítica sobre tudo que aconteceu naquele período. Se participar do que acontecia em 2013 foi fácil, pensar na intervenção do presente é o oposto. E, por isso mesmo, tarefa fundamental. De tantas coisas produzidas pelo acontecimento *Jornadas de Junho*, uma

que fica é: ele aconteceu. Não vai acontecer de novo (ao menos não nos mesmos moldes), mas, ao ter acontecido, mudou o cenário social. Ignorar esse evento é se alienar de um fato histórico importante para pensar militância no contemporâneo. Só porque é duro pensar sobre aquele acontecimento, ou então difícil, por parecer distante demais de nossa realidade, não deveríamos nos isentar de tal tarefa. Devemos, sim, pensar que aprendizados ainda devemos tirar, que problematizações ainda estão suspensas no ar. A cada insurreição fracassada, a cada levante suprimido, nos tiram algo muito mais importante do que a euforia e alegria do momento. Nos tiram a capacidade de pensar em outros modos possíveis de viver, obrigando-nos a voltar nossa energia exclusivamente para os modos de sobrevivência. Resistir à somente sobreviver é preciso. Fazer re-existir o devir-revolucionário sempre foi nossa tarefa nômade. Agora não seria diferente.

Nesse cenário habitado por afetos-tristes, como pensar o desejo e produção de subjetividade na ação política? Em um período quente, produtivo, parece fácil, mas e agora, quando a grande máquina social mói intensamente nossas vidas? As ambições deste que vos escreve continuam as mesmas da minha primeira carta, mas agora agenciadas à um outro contexto social, e, por isso mesmo, em um outro estado de potência. Saudações brasileiras Pierre-Felix Guattari. Agora não mais vindos do ufanismo de um front insurgente, mas sim da mansidão da reclusão contemplativa. Exercendo “um direito ao silêncio⁵⁵”, algo que você fazia tão bem quanto compôr com entusiasmo nas barricadas.

Abraços

Felix Guaranni

⁵⁵ Referência ao texto de Pelbart “Um direito ao silêncio”, que compõem o *Dossiê: Guattari*, lançado após a morte de Guattari. Nesse texto, Pelbart visibiliza uma faceta menos conhecida de Guattari, de isolamento, silêncio e catatolia, contrastando com sua faceta de brilhantismo. Em razão desses pólos de humor, Deleuze afirmava ter dois Guattaris: um Pierre e outro Felix. Um, a petrificação, outro o brilho. (PELBART, 1993)

CONTÁGIOS INSURGENTES

Relato 5 - OCUPA: vocabulário de luta, agosto de 2018.

Manifestação dos profissionais das Clínicas da Família do Rio de Janeiro.

Trajetória: Saída da ENSP-FIOCRUZ, Av. Leopoldo Brasil, FIOCRUZ.

Composto por Agentes Comunitários de Saúde (majoritariamente), outros profissionais das Clínicas da Família, Residentes, Estudantes, Profissionais da FIOCRUZ e apoio do Sindicato dos servidores da FIOCRUZ.

Por volta das 13hs já estávamos andando na manifestação atrás do carro de som há uma hora. O percurso inteiro foi sem sombra e, mesmo sendo inverno, o sol estava forte, todos já bastante castigados. Até tinham jovens, mas a maioria era de meia idade para cima. Havia bastante animação, porém o percurso longo já deixava os gritos menos vibrantes. Nesse momento então viramos a esquina e entramos na Avenida Brasil. Rapidamente os manifestantes fecharam todas as três pistas locais e a nossa frente víamos a avenida, antes movimentada, completamente vazia. Os ânimos redobram, e quando todo o comboio já estava bem espalhado pela avenida, um grito se fez mais forte que qualquer outro anterior: O-CU-PA-TU-DO. Essas palavras de ordem não foram gritadas antes e nem depois. Mas nesse momento mais radical de barricada, em um ápice de estado de potência coletivo, foi o grito que quis ser gritado pelos manifestantes.

OCUPA TUDO



A ocupação, como é entendida nos dias de hoje, é uma estratégia de militância que tem sido amplamente difundida por todo o globo. Com fortes traços dos métodos adotados pelo Movimento dos Sem-Terra, para dar outros usos a terras improdutivas, e da estratégia de luta social do Exército Nacional de Libertação Zapatista no México, a ocupação passou a ser parte do arsenal de diferentes movimentos sociais e de insurgências da rua, atualizando-se nas centenas de acampadas que eclodiram a partir de 2011. E, com o movimento Occupy Wall

Street, o termo ocupação se consolidou como um vocabulário comumente compartilhado pelos *movimentos pós-socialistas*⁵⁶ da atualidade. A heterogeneidade de formatos de ocupações nos aponta para uma ampliação de sua conceituação para além de um objeto, campo ou método delimitado. Elas podem adquirir um caráter mais fixo, como as ocupações urbanas dos movimentos de luta pela moradia e as ocupações rurais dos movimentos de luta pela terra; uma temporalidade reduzida, como as ocupações que reivindicam pautas específicas (Ocupa Rio, Ocupa Cabral, Ocupa Paes, Ocupa Câmara, Ocupa Petrobrás, e as diferentes ocupações em Universidades públicas e privadas); por fim, também podem ser completamente nômades e efêmeras, como as diferentes formas de ocupação dos espaços públicos para manifestações, protestos, intervenções urbanas, festas, blocos de carnaval subversivos, etc. São *Zonas Autônomas Temporárias*, onde os corpos que a compõem não estão somente em uma postura de reivindicação e negação do capitalismo, mas também de afirmação e experimentação de novas formas de se viver, encarnando a premissa de que *os movimentos políticos não devem apenas resistir e se defender, mas afirmar-se como forças criadoras* (LAZZARATO, 2006, p. 20). Sendo assim, independentemente da forma como se atualiza, do local onde surge e da dimensão que ganha, proponho pensar a ocupação primeiramente como uma estratégia de exercício e expansão da Máquina-de-Guerra, que atualiza no coletivo que a constitui a dinâmica e natureza desse conceito elaborado por Guattari e Deleuze: um modo de organização, locomoção e produção diferente do Aparelho do Estado, que contrapõe a *filiação* ao *contágio* como modo de conexão e articulação dos sujeitos. Rechaça a organização interna por hierarquias afirmando um ordenamento rizomático. Derruba as verticalidades pela horizontalidade. E afirma a dinamização do coletivo por afetos ao invés de poder.

“Cada vez que há operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma Máquina-de-Guerra ressuscita, que um novo potencial nômádico aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se este fosse liso (Virilio recorda a importância do tema sedioso ou revolucionário ‘**ocupar a rua**’)” (DELEUZE, GUATTARI, 2007 p. 60). A ocupação pode ser pensada também como uma postura, um modo de estar, tanto individual como coletiva que a partir de suas próprias características nos fala sobre uma estratégia de construção de outro mundo a partir deste mundo já-dado. Como possibilitar a expansão da Máquina-de-Guerra, que é exterior ao Aparelho do Estado, quando o capitalismo envolveu todo o planeta, quando

⁵⁶ Conceito cunhado por Lazzarato, que traz paralelos ao conceito de movimentos autonomista, também usado no presente trabalho.

não há mais uma exterioridade, tudo e todos estão debaixo desse grande guarda-chuva sobre-codificador? Ocupando, se presentificando no terreno estriado de outra forma, utilizando-se desse lugar para criar novos dispositivos permeados por linhas-de-fuga que estabeleçam agenciamentos com a Máquinas-de-Guerra mais fortes que as alianças com o Aparelho do Estado.

Não dá para pensar ocupa como uma identidade (um grupo, uma unidade, uma bandeira). Ocupa é ao mesmo tempo um som, uma pista, um chamado, afirmação, enunciado, verbete, conceito e talvez até bandeira. Carrega (ou ao menos tem carregado até aqui) um conjunto de princípios éticos, bem-bolados estéticos e pressupostos políticos diversificados que organizam formas de intervenções militantes com o tempero anarquista da ação direta. Fazer, não demandar. Pegar, não pedir. Entender que os modos de vida se fazem na sua produção cotidiana, com as próprias mãos, pés e cabeças, coletivizando desejos e criando, assim, um comum tão forte e relevante para a vida dos sujeitos envolvidos de forma que seja irresistível a tentativa de realiza-lo.

Tudo bem que isso soe ingênuo. Tudo bem que isso soe como um sonho juvenil. Também tais traços fazem parte da utopia *ocupa*. Faz parte se perder numa fantasia de um mundo outro, ficar embriagado na alienação da sua bolha de afinidades. O importante é manter um nível alto e constante de análise de implicação dessa fantasia, para não torná-la somente mais uma droga que te desliga da realidade. Manter a consciência de que uma utopia não serve para ser alcançada, mas para ser o horizonte no qual olhamos a fim de direcionar nossos passos, para nos dar força para continuar caminhando.

Alguns podem ainda nos chamar de ingênuos, românticos, sonhadores utópicos, mas sabemos que limitar as demandas ao que parece “realista” é uma forma garantida de reduzir o possível. Sabemos também, como diz o coletivo Free Art Collective (Coletivo de Arte Livre), que “Protesto é Lindo”. É lindo porque quebra e rompe com as rotinas de espaço e tempo, permite que o inimaginável floresça, é lindo porque, no fundo, é esperança, esperança de que, como os Surrealistas sabiam tão profundamente, sonho e ação podem ser reunificados. (GRINDON, JORDAN, P. 56)

Esse deslumbramento ingênuo também não se sustenta por muito tempo em uma ocupação. Afinal, a rotina de uma ocupação não é nada deslumbrante. Desde o começo do dia o suposto glamour cai ao chão. no meio de uma rua já em movimento, ou então de um prédio público que ainda está sendo usado para o trabalho simultaneamente à ocupação (como foi o OcupaSus e o OcupaMinc no Rio de Janeiro em 2016) te obriga a encarar, antes mesmo de se olhar no espelho, as pessoas já arrumadas indo e chegando no trabalho. Ter que escovar os

dentes, tomar banho, se trocar em situações nada convenientes (baldes e puxadinhos, pois raramente se tem um chuveiro descente, ou mesmo um banheiro com infraestrutura). Limpar e organizar a acampada, gerir os recursos (principalmente comida), cozinhar em situações precárias. Viver de forma intensamente precária não é glamoroso. Não é a toa que as ocupações parecem ter um tempo de esgotamento razoavelmente rápido (com exceção das ocupações de moradia, onde estar ali é a única opção de vida para muitos). E quanto mais exposto ao relento é a localização de uma ocupação, pior a situação de precarização. No OcupaRio, morar na Cinelândia era um pequeno vislumbre do que é ser um morador de rua. Apesar da acampada ser frequentada por jovens de classe média, brancos e universitários com suas barracas de camping, a frequência dos moradores de rua entre os acampados aconteceu desde o início do ocupa. Essa relação entre acampada e moradores de rua é uma característica presente em praticamente todas as acampadas de praças públicas que aconteceram ao redor do país, e criou impreterivelmente uma aproximação entre ocupantes e moradores, permitindo um espaço onde os moradores de rua se sentiam mais seguros. Esse contato entre jovens classe média e moradores de rua foi ao mesmo tempo a potência e um dos motivos da falência do OcupaRio, e de tantas outras acampadas. Lidar com a contradição e desigualdade da sociedade capitalista de forma tão concreta desloca as subjetividades burguesas e quebra as ingenuidades ativistas que, antes desse contato com a alteridade, embasavam as ações e intenções dos militantes outrora empolgados.

Assim como uma infraestrutura precária, a questão de rotina na ocupação é bastante desgastante. Decidir cotidianamente a programação e garantir a infraestrutura e comida são tarefas difíceis por terem uma demanda diária e sem fim. Três a quatro grupos de trabalho (GT's) acabam sendo obrigatórios nas ocupações. GT Alimentação, Comunicação, Programação e Segurança. Algumas vezes o GT comunicação e programação se fundem, e algumas vezes o GT segurança não existe, mas de maneira geral esses são eixos estruturantes das ocupações autogestionadas de nossa contemporaneidade. E parece que dentro de um ocupa estamos sempre revezando em uma dessas atividades: cozinhar; promover atividades como oficinas, debates e festas; realizar assembleia; e garantir a logística (limpeza, arrecadação de alimentos, dentre outras tarefas). Isso quando não há alguma emergência, algum incêndio a ser apagado ou barricadas a serem levantadas.

Talvez seja o caráter do *Faça-você-mesmo*, o pragmatismo do ter que fazer funcionar os modos mais básicos de vida nas ocupações, ter que dar conta do cotidiano, que diferenciam elas de outras formas de mobilização militante. Outras formas de mobilização que muitas vezes não chegam nem a serem decididas com consistência em uma assembleia ou reunião,

quanto mais ao serem bancadas na prática⁵⁷. Perdem-se nas ideias. Já na ocupação, mesmo aos trancos e barrancos, as coisas têm que acontecer, e a sensação de participar de um coletivo que está conseguindo gerir a própria vida (mesmo que de forma precária) aumenta a potência de agir, nos coloca esperanças, nos esgota, mas, ao mesmo tempo, produz outra vibração em nossos corpos, de concretude de nossa militância. Uma sensação que outras formas de mobilização, como assembleias, fóruns e reuniões, parecem muitas vezes carecer.

A multiplicação dos Ocupas aponta para um momento onde há o reaparecimento de um espírito anarquista- principalmente na sua relação de recusa com o Estado. Não é possível afirmar que os novos anarquistas sejam um grupo grande em termos numéricos, mas também não são pequenos o suficiente para serem desconsiderados. Não formam um grupo coeso, não gostam de colar uma identidade fixa, mas partem do mesmo substrato subjetivo libertário, ancorados em percepções políticas sobre as marginalizações, as segregações, e outros processos de exclusão capitalistas que produzem os recortes de opressão na nossa sociedade.

Se nunca nos autodeclararmos insurrecionários não é porque não desejamos a insurreição, mas porque nosso temperamento nos inclina em direção a um anarquismo sem adjetivos. A questão que mais importa é lutar pela liberdade e contra as hierarquias; acreditamos que isso exigirá diferentes abordagens em diferentes situações e que estas abordagens podem precisar umas das outras para ter sucesso. Somos anarco-sindicalistas dentro das fábricas, anarquistas-verdes quando bloqueamos a derrubada de florestas, anarquistas sociais em nossas comunidades, individualistas se nos pegam sozinhos, anarco-comunistas quando existe algo para ser compartilhado, insurrecionários quando começamos um levante. (FACÇÃO FICTÍCIA, 2014, p. 69)

A diferença desse espírito anarquista em relação a uma esquerda tradicional passa pelo desconforto com a figura institucional do Estado como mediador e governador da coletividade, apontando para uma radicalidade da democracia direta, local, tribal, no território, privilegiando ações face a face. Não depositam suas expectativas de transformação social em instituições consolidadas (Executivo, Legislativo, Judiciário, mídia e Igreja) e, por isso mesmo, gastam pouca energia criando demandas e denúncias a serem encaminhadas para qualquer tipo de aparelho estatal. Ao contrário, o investimento é realizado na ação direta sobre o problema que querem realçar.

Essa perspectiva crítica em relação ao Estado parece muito ingênua e perniciosa

57 Não foram poucas as reuniões que participei que foram apresentadas propostas de ações que, apesar de serem votadas e acertadas coletivamente, não foram realizadas pela falta de iniciativa do coletivo em dar conta delas.

perante os acontecimentos pós-2013 como o Impeachment e a recolocação do conservadorismo e microfascismos no macropolítico. É uma afirmação que possui uma datação histórica bastante precisa ao redor dos acontecimentos de 2013. Após os acontecimento macropolíticos de 2015 em diante, principalmente o Impeachment da Presidenta Dilma Roussef, há o retorno à luta pelo Estado Democrático de Direito e certo retorno aos modos de militância mais tradicionais da esquerda, mas, ainda assim, percebe-se as influências que o levante do espírito anarquista de 2013 e sua ação direta imprimiu nas mobilizações.

“Assim como alguns progressistas pensam que qualquer uma poderia ser intelectual se estudasse em uma boa escola e se uma boa universidade fosse algo acessível, radicais acham que tudo o que precisamos é “educar as massas” o suficiente “sobre teoria radical”. Mas, pelo contrário, vimos **que é a prática que ensina.**” (FACÇÃO FICTÍCIA, 2014, p. 11)



Porque a multiplicação da estratégia de Ocupa?

Não há como explicar definitivamente os motivos desta velocidade impressionante da expansão das ocupações, mas sem dúvida ela se relaciona ao fato de que mesmo antes a mobilização já era bem intensa e a decisão de ocupar se dá justamente **a partir da avaliação da insuficiência destes protestos** [sobre as ocupações das escolas secundaristas - grifo nosso] (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, 2016 p. 112) s

Parece ser uma estratégia que aproveita o momento histórico em que está inserida, com seu leque de oportunidades, ferramentas e capacidade de operação por redes. Costuma

ser um espaço-tempo que produz inúmeras críticas às instituições dominantes⁵⁸ (como dinheiro, classe, raça, gênero) e experimenta a gestão coletiva com uma grande heterogeneidade. “A ocupação é um espaço no qual o sujeito questiona a si e aos outros a todo o momento, um exercício constante de desconstrução” (ibid. p. 128). Há uma potência de produção do real muito latente, pois os sujeitos que a compõem são diretamente responsáveis pela autossuficiência do coletivo ocupante, assim como sua defesa. Isto é, exercitando modos de sobreviver e se sustentar. De certa forma é um movimento muito diferente daquele feito nos anos 80, da luta pelo Estado Democrático de Direito.

As ocupações são, dentre tantas outras coisas, espaços-tempos de produção de encontros, criação de vínculos e do comum, como relatado sobre as ocupações secundaristas: “A ocupação subverteu toda a lógica anterior das relações entre os estudantes, inclusive muitos estudantes vieram a se conhecer apenas na ocupação” (ibid. P 134). O comum de linguagens, ideias e espaços físicos cria uma rede afetiva que perdura para além do momento da ocupação. Os ocupas têm o costume de romper com especialismos e hierarquia (de saberes, tarefas, acúmulos de poder decisório), porém, devem combater no cotidiano, se quiserem se sustentar, a atitude comum do *eu levanto a bola e o coletivo pega*. Um modo de operar que tem se tornado comum, quando alguém (ou alguéms) propõe uma ideia e espera que o coletivo, de forma bastante genérica, dê conta da execução. A ação é direta, não deve seguir o *protocolo do encaminhamento*, da desresponsabilização. A responsabilidade é de todos. Conforme o tempo vai passando, a tendência é que se criem grupos de afinidade e grupos de especialidades que conseguem operacionalizar uma tarefa de forma muito mais eficiente e eficaz do que o coletivo maior, do que as assembleias gerais, por exemplo. Porém, o risco é a consolidação justamente da lógica de especialismos e hierarquias comuns à sociedade e que os ocupas tendem a problematizar. Talvez a pista para manter em constante análise esse *efeito* do processo de institucionalização de um coletivo seja a constante troca de sujeitos na composição dos GTs. A própria função de liderança (que surgem em todos espaços, havendo lideranças nos GTs, nas assembleias e ações específicas) sofre do mesmo risco de enrijecimento de lugares de especialismo e hierarquias. Costuma-se lançar mão da estratégia de transitoriedade dos papéis para limitar um pouco esse efeito. Já é dito, muitas vezes, sobre

⁵⁸ Em muitas acampandas aconteceram processos de autoanálise internas, resultando, inclusive, com a expulsão de membros que foram identificados como reprodutores de machismos e/ou racismos. Havia também a constante colocação em análise coletiva da instituição dinheiro- fazendo o coletivo pensar sobre as diferentes implicações de cada sujeito ali presente. Essa constante análise de implicações e análise das instituições dominantes não costuma ter espaço nas conversas e discussões dos fóruns, conselhos e outros dispositivos militantes tradicionais. Ao menos não tanto quanto nas ocupações, onde o viver cotidianamente no coletivo implicava quase que necessariamente pensar sobre a micropolítica do cotidiano.

multilideranças transitórias para afirmar uma estruturação menos rígida desse lugar de liderança, na tentativa de combater a consolidação de lugares de poder.

“Dizer que a liderança é ‘distribuída’ significa dizer que, na ausência de estruturas e procedimentos explícita ou implicitamente acordados entre todos os atores, essa função não está concentrada, em princípio, em lugar algum – e pode, portanto, circular de acordo com o grau de adesão e apoio que diferentes iniciativas consigam atrair. Da mesma maneira que o oposto de ‘organização formal’ não é ‘ausência de organização’, mas rede, o oposto de liderança concentrada não é ausência de liderança, mas uma condição em que a função de liderança, menos limitada por estruturas formais, está mais apta a circular livremente: uma liderança distribuída, justamente”. (NUNES, 2016)

Nesse quesito, mais uma vez os institucionalistas já produziam análises e experimentações semelhantes nos primórdios do surgimento do movimento. Guattari, em *La Borde*, entendida que as funções técnicas que permitiam a subsistência da clínica (sejam administrativas, de limpeza, cuidados, entre outras) deveriam ter algum tipo de revezamento. Tendo como norteador o uso de ferramentas e dispositivos de gestão mais autônomos e horizontais que limitam acúmulos de poder burocrático e ou especializados, mas façam os saberes e responsabilidades circularem⁵⁹.

Com exceção de lutas por terra e pela moradia, as ocupações costumam ser de caráter provisório. Nem sempre conquistam sua principal pauta de protesto (na verdade quase nunca), mas sempre ganham algum tipo de capital político (macro e micropoliticamente falando). São aprendizados intensos que produzem novas ideias que começam a circular no imaginário da sociedade a partir dos nichos cotidianos que cada um de seus ex-ocupantes circulam. São concepções de realidade alteradas, que estão em potência de expansão e abertas a novas conexões. São redes acumuladas de contatos (mesmo contato superficiais, como o Facebook), de pessoas nas quais se compartilham grandes afinidades éticas e memórias de uma vida outra, normalmente apaixonante. São páginas do Facebook, grupos de WhatsUp, blogs que podem ser usados como ferramentas de organização, de mobilização ou mera comunicação. São estruturas construídas durante o tempo de existência do ocupa e que após sua extinção não foram perdidas junto com o espaço físico, mas estão aí, disponíveis para serem acessadas por qualquer um que já experimentou aquela ferramenta e mantém viva a memória das

⁵⁹ A experiência de rotatividade das funções e papéis na clínica de La Borde pode ser conhecida no livro *Gilles Deleuze & Felix Guattari: biografias cruzadas* (DOSSE, 2010), especialmente nos capítulos *La Borde, entre mito e realidade* e *A vida cotidiana em La Borde*.

experimentações vivenciadas.

2013 não acabou, tampouco continua. Ler e escrever esses atos como Zonas Autônomas Temporárias vem sendo um movimento libertador para mim, contra nostalgias, frustrações e capturas (especialmente em um momento trágico da história do nosso país como este que se apresenta agora). Os acontecimentos em si são incapturáveis. Ninguém pode retirar dos nossos corpos aqueles momentos de intensidade vivenciados, e, menos ainda, desfazer nossa infinita capacidade criar TAZ em outros tempos e outros lugares. 2013 aconteceu e nós estávamos lá, isso é certo. Foi um grande levante composto por incalculáveis Zonas Autônomas Temporárias, e muitas ainda surgem por aí, agindo estrategicamente na invisibilidade, não confrontando diretamente o Estado, mas brotando sempre entre as rachaduras das calçadas. (TAVARES, 2018, p.256)

...a ocupação é também uma experiência emocionalmente intensa, cansativa e uma ruptura radical com a vida 'pré-ocupação'. Não é à toa que os estudantes dizem que nunca mais serão os mesmo após as ocupações. (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, 2016, p.128)

Lidice Matos- post de Facebook- 6 de novembro de 2016 ·

De um professor de matemática do CP2:

"Gente saindo agora do CP2 Tijuca com lágrimas nos olhos de tanta emoção. Fui dar um aulão "ENEM/T.R.I." no meu campus que continua ocupado. Seguem algumas das coisas que me emocionaram:

1) Nunca cheguei à escola e a sala estava arrumada com data-show (com extensão e cabos) ligado a minha espera. O ar tinha acabado de ser ligado e os alunos me aguardavam em sala, totalmente limpa e organizada.

2) Antes, ao entrar no campus deixei meu nome com documento numa planilha de papel organizada pela comissão de segurança. Ai os alunos da comissão de eventos aguardavam-me na portaria para me acompanhar até à sala devidamente organizada por eles.

3) Às 12h me convidaram para almoçar com eles a refeição preparada pela comissão de alimentação que eles receberam nas doação. Recusei, pois antes do aulão já havia marcado com o Wallace.

4) Após o aulão a comissão de eventos se dividiu e parte ficou para organizar a sala e outra parte para nos acompanhar numa visita guiada que qualquer pessoa pode solicitar.

5) Nunca vi a escola tão limpa, a cozinha um brinco. Uma geladeira que estava quebrada foi consertada por doações de pais de aluno.

6) Existem várias comissões e tudo é decidido em assembleia que ocorrem várias vezes ao dia. Tudo muito mais organizado do que eu imaginava. O grupo de comunicação faz um trabalho de acolhimento a qualquer visitante que queira entender o movimento. Saio daqui orgulhoso da minha profissão e feliz por conviver com uma geração melhor que a minha."

Professor de Matemática Bruno Viana, do CP2 da Tijuca. (via Marisa Flórido Cesar)



Sistemas Agroflorestais e a Política Monocultural



Cinzas, fezes, vegetação morta. A princípio, lixo. Mas tudo isso é bom para o ciclo regenerativo da natureza. Quanto mais matéria orgânica morta sobre o solo, mais fértil ele fica. Torna-se, assim, um berçário de melhor qualidade para a nova vegetação por vir. Ao contemplar o ecossistema florestal podemos perceber essa característica: existe uma camada espessa de folhas, galhos e árvores mortas sobre o solo, mantendo sua umidade e garantindo a existência de uma ampla gama de pequenos animais, insetos e microrganismos. Essa variedade de seres-vivos, por sua vez, transforma a matéria morta em minerais e vitaminas prontas para o consumo da vegetação, além de garantir um solo aerado e poroso capaz de absorver e manter a umidade das chuvas e a passagem do oxigênio. Observando essa característica dos ecossistemas florestais foi desenvolvida uma técnica de manejo agrícola denominado Sistemas Agroflorestais (SAFs). Os SAFs não só operam da mesma forma que uma floresta como intensificam o que a natureza faz. A quantidade de matéria orgânica morta cobrindo o solo nos SAFs é consideravelmente maior do que em uma floresta. E, dessa maneira, a partir de um manejo que busca contribuir e acelerar com o processo de regeneração natural, aceleram-se os resultados. O manejo de SAFs possibilita a renovação da vegetação de um território em metade, um terço, ou até mesmo um décimo do tempo que a natureza levaria espontaneamente. E, no processo ainda se extraem frutas, vegetais e hortaliças das plantações efetuadas. Ao contrário da lógica da monocultura, o manejo agroflorestal não busca dominar a natureza e suas variáveis a partir do controle de pragas com inseticidas e nutrientes com fertilizantes. Ao invés de controlar a natureza, busca-se promover sua dinâmica, intensificando os processos que já ocorreriam de forma espontânea. Ao intensificar esses processos, o manejo agroflorestal se torna catalizador de toda uma diversidade de vida que se beneficia dessa técnica.

No processo de pensar o fazer micropolítico no contemporâneo, e ao mesmo tempo cultivando a curiosidade e interesse pelos sistemas de agricultura alternativos, de cunho ecológico, não consigo deixar de raciocinar se é possível estabelecer paralelos entre os dois. Será possível relacioná-los, não de uma forma a sobrecodificar um campo sobre o outro, criar metáforas e representações, ou modelos a serem replicados. Que lógicas podemos deslocar, ao pensar na produção política cotidiana sob as novas óticas de manejo agrícola? O que podemos aprender ao refletir sobre o deslocamento do paradigma da agricultura monocultural (que busca dominar os processos da natureza), para a mentalidade agroflorestal (entender sua dinâmica e processos a fim de intensificá-los)? Aqui se deve falar de manejo, de intervenção e não simplesmente de deixar a natureza tomar seu rumo. Assim, não seria pensar o *manejo*

político como deixa-lo seguir seu rumo espontaneamente. Não se pretende ser tão ingênuo; o vácuo de um manejo político não permanece vazio. Nesse vácuo criam-se outras formas de manejo, formas que tendem a somente reproduzir as forças dominantes e hegemônicas da política instituída. É preciso pensar em outras formas de intervenção que imprimam uma racionalidade diferente desta posta.

A racionalidade dos Sistemas Agroflorestais foi ampliada, melhorada e sistematizada por Ernest Gotsch no que ele conceitua de Agricultura Sintrópica. Se opondo a entropia, que mede o grau de desorganização do sistema, a sintropia explicita o grau de organização de um sistema, ou seja, mede a organização das partículas de um dado sistema. Aplicado à agricultura, diz do trabalho de recuperação de um ecossistema a partir do seu manejo agrícola. Ao invés de apenas explorar os recursos de um território, exaurindo-o continuamente até seu esgotamento, a sintropia busca entender a natureza como uma dinâmica de geração de recursos para então atuar para sua intensificação, a fim de obter não apenas a colheita, mas também a regeneração do solo, da fauna e flora. Gotsch afirma que há dois estágios em qualquer sistema natural (agrícola ou não). Um que denomina de acumulação e outro de abundância.

No estágio de acumulação o sistema não dispõe em si próprio dos recursos e energia suficientes para se sustentar. Na agricultura, um sistema no estágio de acumulação implica a necessidade de trazer insumos externos, como água, inseticidas e nutrientes. E cada recurso que se coloca no sistema se perde exponencialmente. A água de irrigação, por exemplo, não volta ao sistema, mas é exaurida no processo. O modelo agrícola da monocultura é o maior exemplo de entropia. Toma-se um terreno fértil (por exemplo, uma mata recém-cortada), e progressivamente se esgota o solo. Prolonga-se a vida útil desse terreno injetando insumos minerais progressivamente, até o momento em que os custos dos recursos necessários para a produção agrícola superem a renda gerada. A partir de então, aquele espaço costuma se tornar latifúndio pecuário, compactando e empobrecendo ainda mais o solo. Entropia: do complexo ao simples.

No estágio da abundância, em contrapartida, se verifica uma riqueza e variedade no ecossistema (plantas, microorganismos, fauna, tipos de vegetação, insetos, etc), bem como recursos e energia suficientes para evitar a intervenção externa para manter seu equilíbrio. Neste estágio cada recurso que se coloca é multiplicado e reutilizado constantemente, possibilitando assim uma extração sem prejuízos para o total. A matéria orgânica manejada sobre o solo em um sistema em estágio de abundância volta como nutrientes para as plantas

que não só darão frutos, como futuramente serão podadas e reutilizadas como nova matéria orgânica sobre o solo. A água que é investida no sistema fica acumulada no solo e na diversidade de plantas, prontas a serem reutilizadas pelo sistema. Nesse registro da abundância, pensa-se o manejo agrícola de outra forma, um pensar sintrópico, do simples ao complexo, de um terreno pobre, como um latifúndio, até uma floresta com nascentes, extraindo comida ao longo do processo. É toda uma mentalidade que se transforma, e o que antes era visto como um obstáculo ou empecilho para a produção de alimento passa então a ser visto como um recurso.

Na Agricultura Sintrópica cova passa a ser berço, sementes passam a ser genes, a capina é a colheita, concorrência e competição dão lugar à cooperação e ao amor incondicional e as paragas são, na verdade, os agentes-de-fiscalização-do-sistema. Esses e outros termos não surgem por acaso, mas sim, derivam de uma mudança na própria forma de ver, interpretar e se relacionar com a natureza. (retirado do site: Agenda Gotsch⁶⁰)

Basta observar a diferença visual entre a monocultura agrícola tradicional e os SAFs para perceber a profunda mudança de paradigma. De um lado os campos estratificados, perfeitamente alinhados, com a presença de somente um tipo de vegetação. Pode ser soja, eucalipto, cana-de-açúcar, milho ... não importa muito qual o produto final, a composição de um campo de monocultura é bastante parecida . Se olhar de cima, vêm-se grandes quadrantes com uma única cor. Se olhar de dentro, percebe-se o silêncio de uma plantação pobre em vida. Não há barulhos de pássaros ou insetos. Uma floresta exclusiva de eucalipto é uma floresta morta, silenciosa. Por outro lado, um sistema agroflorestal é aparentemente bagunçado. Não há uma unidade, há, em alguns casos, algumas linhas de produção possíveis de serem identificadas com muito esforço. Mas no geral parece uma grande mata virgem, completamente heterogênic. Algumas vegetações altas (chamadas de emergentes), outras medianas, e outras vegetações rasteiras. Os diversos extratos de altura são ocupados. Debaxo de um eucalipto, um pé de banana. Abaixo da banana, tomate. Abaixo do tomate, rúcula. Visto de cima, uma confusão. Visto de dentro, muita vida, com pássaros e insetos e constante alvoroço. Ao final da tarde é comum um SAF ser visitada por bando de pássaros revirando o chão cheio de matéria orgânica em busca da última refeição do dia.

Dentre tantas diferenças, uma gritante é o próprio solo. Na monocultura, um solo duro, seco, se não completamente nu, com apenas uma fina camada de palha por cima. Já nos SAFs, um solo fofo, com uma camada espessa de folhas e madeira em decomposição; é só mexer

⁶⁰ <http://www.agendagotsch.com/>

levemente nessa camada que já se encontram minhocas, besouros e outros insetos. Nos espaços entre as plantas que foram semeadas, muitas *plantas espontâneas* nascem, popularmente chamadas de *mato*. Mas para os SAFs, nada é mato (entendendo mato como algo pejorativo a ser combatido); se nasceu espontaneamente tem seu motivo. É um indicador⁶¹ e ao mesmo tempo um agente: indicador de alguma característica do solo (como, por exemplo, acidez, ou então falta de matéria orgânica ou algum outro nutriente específico); agente, porque combate justamente a carência que aponta (uma planta espontânea que nasce em solo ácido tem como característica ajudar a no combate da acidez). Pensa-se como um sistema, e não isoladamente. A fauna, a flora, os recursos necessários (água e adubo). Mesmo o capim não nasce nas SAFs à toa: é a primeira coisa a se plantar, pois protege o solo e produz rapidamente matéria orgânica a ser cortada e reincorporada ao solo. O capim, por ser um primeiro estágio do sistema, é pensado como uma *placenta*. E uma possível infestação de alguma paraga não é vista como algo a ser combatido, mas entendido. Um sinal de desequilíbrio do sistema.

É importante ressaltar que uma proposta agroflorestral não significa exclusivamente deixar a natureza fazer o seu papel, como num pensamento mágico que as coisas vão acontecer por si. Ainda é uma proposta agrícola sistêmica, incluindo planejamento, escolhas e principalmente manejo. Talvez inclusive o manejo seja muito mais trabalhoso do que o manejo monocultural, demandando mais tempo, pessoas e técnicas. Simplesmente passar o trator por cima de tudo e semear novamente uma única cultura é mais fácil do que ter um manejo diferenciado para cada planta, para cada terreno. Mas um dos pontos é justamente entender que ao passar trator por cima de tudo se está perdendo energia e recurso que a natureza disponibilizaria se tratada corretamente. Um exemplo drástico é a irrigação. Seja na monocultura, seja na agroflorestra, irrigação é item básico do manejo agrícola. Porém, no sistema agroflorestral, ao longo do seu desenvolvimento e amadurecimento, torna-se cada vez menos necessária, podendo chegar a máxima de não ser mais necessária. A água em um sistema agroflorestral maduro é abundante dentro do próprio sistema. Ela já tem seus recursos de acúmulo hídrico tanto no solo como na flora abundante no seu território. Cria-se micro-

⁶¹ Pensar um fenômeno como um indicador do sistema é um deslocamento importante para o presente trabalho. Aparece na discussão sobre os pescadores artesanais (indicadores da saúde ambiental do ecossistema), e aparece também na discussão sobre os Black Blocs (no texto “Profilaxia para combater os Black Blocs”). Indicador parece ser uma boa estratégia de pensamento para fugir de análises individualizantes e totalitárias, que desconectam um fenômeno do seu contexto para pensá-lo isoladamente. Um modo de fazer pesquisa positivista, que isola o seu objeto de pesquisa do máximo possíveis de variáveis, para entendê-lo na sua “essência”. Porém, se aposta aqui na interconexão contínua dos sujeitos, coletivos e contextos sociais, pois somente na interação entre diferentes elementos que o fenômeno se expressa.

zonas de grande fertilidade e recursos hídricos, ao ponto de Gotsch afirmar que os sistemas agroflorestais são plantações de rios. Mas essas micro-zonas só ocorrem porque se permite que as plantas espontâneas cresçam e que o capim seja abundante e uma diversidade de flora se estabeleça e prospere no lugar.

A mentalidade moderna não gosta de mato surgindo e crescendo entre nossas fileiras de produção. Não gosta de misturar tipos de produção. Melhor tudo limpinho e organizado. Higienizado. Campos de milho hermeticamente enfileirados, porque só assim pode-se passar o trator para revirar o solo, semear e colher. Se for tudo misturado, vai dar muito mais trabalho. Se houver unicidade, é possível homogeneizar o quanto de fertilizante e inseticida vai ser jogado sobre a plantação. É possível prever a capacidade da produção anual. Existe previsibilidade (ou ao menos algum grau). Existe controle verticalizado. Um controle movido a motores e gasolina, controle da racionalidade do homem sobre a racionalidade da natureza. Da força do homem sobre a da natureza. O dia que se planta e o dia que se colhe. É possível medir tudo e antever os resultados. É a racionalidade moderna do manejo agrícola, uma agricultura desenvolvimentista, por assim dizer.

A subjetividade desenvolvimentista (ou mesmo a neodesenvolvimentista) ainda opera de forma dominante também no imaginário político da resistência à esquerda. É fácil entender o porquê, uma vez que foi esse modelo que vingou enquanto proposta política da esquerda instituída, com seu projeto de nação-forte, baseado principalmente no crescimento econômico por meio da extração de recursos naturais (prioritariamente de minério e petróleo), da monocultura de exportação (proteína animal, soja, grãos), e megaempreendimentos energéticos (de Belo Monte à COMPERJ). Uma maneira de entender a relação entre homem-natureza por meio do domínio do primeiro sobre o segundo. E um domínio que necessita de planificação e homogeneidade. Em termos de organização social, esse traço da modernidade se atualiza no modo *militar* de organização social: disciplina, hierarquias, homogeneização da diferença. Todos sob uma mesma pauta-bandeira-objetivo, numa grande unificação de forças. Essa é a mentalidade que embasa o discurso ainda frequente dentro das discussões sobre o manejo político: *a esquerda não avança porque não somos unidos. Porque temos muitas pautas e com isso fragmentamos nossa força*. Poderíamos denominar essa mentalidade como *Política Monocultural*. O fazer política por meio da unificação, estratificação e homogeneização.

Um primeiro ponto equivocado dessa *Política Monocultural* é a respeito da diversidade. Não é novidade a afirmação de que a diversidade pode ser um ponto forte, ao

contrário de um ponto fraco, das mobilizações sociais. Guattari já afirmava isso a quase 40 anos atrás, em diversos textos, como *Somos todos grupelhos* (GUATTARI, 1987). No texto, denunciava o imperativo da homogeneização imposta por partidos e sindicatos, afirmando a multiplicação da diferença a partir da multiplicação de grupelhos. Afirmar a potência da heterogeneidade ainda é um desafio no contemporâneo, mas, mais do que simplesmente denunciar a ditadura da Política Monocultural, é importante aprofundar um pouco mais o que seria a contraproposta. Que pistas surgem quando pensamos em um manejo político agroflorestal, um manejo político sintrópico?

Tal como na monocultura, os SAF's também apresentam uma estratificação no uso, porém de natureza diferente. Os SAFs inovaram ao pensar a estratificação não somente nas duas dimensões da monocultura, largura e profundidade (metro quadrado, hectares, etc), mas estabelecem o uso do espaço em mais dimensões: pensa-se no cultivo a partir de seus estratos verticais, na ocupação das diferentes alturas, tal como nas florestas. E para tanto se definem quatro níveis de estratos verticais: o nível emergente (o nível superior, que pode ser observado facilmente em uma floresta nas poucas árvores que se destacam acima do restante) e mais os níveis alto, médio e baixo. Ao criar um sistema que contempla diferentes níveis otimizam-se recursos e se favorece o sistema como um todo. Há um maior aproveitamento da luz solar, assim como o uso das sombras para outras espécies que crescem apenas na meia luz. É o reconhecimento do território como um sistema que se comunica e que está integrado. Mesmo em estratos diferentes, uma árvore emergente influencia e é influenciada pela vegetação rasteira.

Além do uso dos estratos das diferentes alturas, fala-se de ocupação longitudinal do solo. Podemos pensar nessa longitudinalidade como a quarta dimensão (a dimensão do tempo), e o conceito para dar destaque a essa dimensão é a *sucessão*. O planejamento do que será produzido inclui o que vai ser produzido a seguir. Como estamos falando de diferentes estratos e uma diversidade de culturas, não se fala de uma completa sucessão de um tipo de produção para outro tipo (como a rotação de culturas na monocultura). Mas pensam-se estrategicamente quais seria as sucessões possíveis. De uma lavoura baixa (que o estrato emergente é o milho), pensa-se numa sucessão onde o próximo estrato emergente já poderi ser uma vegetação um pouco mais alta, como banana, mamão ou eucalipto. O cacau, por exemplo, é uma arvore mais alta que o milho, mas ele só se desenvolve em áreas sombreadas, ao contrário do milho. Então só conseguirá se desenvolver quando alguma árvore maior que ele estiver ao seu lado, fazendo sombra. Logo, somente podemos pensar na inserção do cacau

quando já existe uma maior maturidade do sistema, com árvores de grande porte estabelecidas.

Não é o intuito aqui desenvolver profundamente os conceitos dos SAFs, visto que além de já existir uma ampla literatura sobre, este é um trabalho de psicologia vertendo sobre as manifestações de junho de 2013. Mas alguns paralelos na mudança de paradigma equivocados pelos SAFs podem ser úteis. Cultivar um fazer política heterogêneo é tão ou mais trabalhoso do que unificar-se sob uma única pauta. E, apesar de uma aparente confusão (como os SAFs parecem ser), deve haver um esforço de planejamento, planificação e manejo. Não é simplesmente semear um pouco de tudo e ver no que vai dar; torna-se necessário o contínuo pensamento sobre as diversas frentes de atuação possível, os diversos atores e pautas levantadas. Ocupar diferentes estratos do político, pensar em estratégias de sucessão. E, acima de tudo, reconhecer a inter-relação do sistema como um todo. Há um esforço contínuo nas ciências (em suas diferentes áreas) de avançar no modo holístico e complexo de pensar. Não é possível que o pensamento sistematizado sobre manifestações e a própria militância continue sendo pautada por um modo de pensar monocultural, como se houvessem explicações únicas, como se fosse possível categorizar, medir, avaliar e até controlar um estado de insurgência. Isto é o produto de narrativas fechadas sobre a realidade, com afirmações morais sobre Junho de 2013, como um evento bom ou ruim, fascista ou revolucionário. É necessário um esforço contínuo para não se submeter ao modo hegemônico de categorização, empobrecendo a capacidade de intervir na realidade em seus diferentes níveis. Ao mesmo tempo, é preciso não se deixar levar pelo pensamento mágico de que é desnecessária nossa intervenção no manejo político, porque espontaneamente as coisas acontecerão. Definitivamente, as manifestações de 2013 não podem ser explicadas exclusivamente pela estratégia de militância do Movimento Passe Livre; porém, também não teriam eclodido se não fosse a sua intervenção concreta somada a outros diferentes estratos do ecossistema micropolítico brasileiro.

Além do espaçamento por quatro dimensões, outro aspecto importante dos sistemas agrícolas sintrópicos é a poda. Talvez a intensificação da poda/corte de vegetação seja a grande contribuição da Agricultura Sintropica presente nos Sistemas Agrofloretais. Para podar, é necessário se desprender e nos sistemas sintrópicos a motosserra provavelmente é muito mais presente que nos sistemas convencionais, o que parece contraditório a princípio, pois a motosserra está associada a um modo de pensar extrativista. Mas podar, afirma Gotsch, é pulsar o sistema. Toda e qualquer vegetação tem seu tempo de crescimento, maturação e morte. No manejo agroflorestral, a principal intervenção é justamente agilizar esse processo,

podando continuamente as árvores e utilizando as podas como cobertura vegetal. Além do recurso que se disponibiliza para solo (toda a poda é triturada e recolocada por cima do solo), há o aumento da taxa de fotossíntese e o estímulo hormonal para a rebrota da planta. Mais que um estímulo para a planta podada, ao entender que as plantas se comunicam pelas raízes, a planta podada emite sinais de crescimento e regeneração às plantas a sua volta. Somado a esse sinal de crescimento, a poda também permite que uma maior quantidade de luz solar incida sobre as vegetações rasteiras. Podar, para os SAFs, é forçar o ciclo de crescimento. Pulsar o sistema. Por isso, muitas vezes nesse sistema podam-se árvores antes mesmo delas darem frutos. É o caso de bananeiras, uma das plantas mais utilizadas em qualquer estágio de agroflorestas. Usa-se muito delas, pois são ótimas retentoras de água, crescem com rapidez, se multiplicam rapidamente, fornecem boa sombra, e, conforme os agrofloresteiros dizem, até dão bananas. Mas, em muitos casos, conforme a necessidade de renovação do canteiro agroflorestal, corta-se as bananeiras antes mesmo de darem cachos, entendido que sua função de produzir frutos é secundária em comparação às suas outras utilidades.

Este pensar nas podas e cortes de árvores como estratégia para pulsionar o sistema revoluciona todo o pensamento de manejo agrícola; traz a necessidade de desprendimento e uma compreensão mais ampla do sistema. Ao me deparar com essa nova forma de pensar o manejo agrícola não conseguí deixar de fazer paralelo com o conceito da Análise Institucional de autodissolução⁶², com sua radicalidade ao propor que as construções sociais devem ter seu tempo de finalização. Mesmo as invenções mais potentes e interessantes, os dispositivos mais autogestionários e progressistas, tendem a se institucionalizar em processos burocráticos, em um esvaziamento de sentido e função, a não ser a própria subsistência. Quando um dispositivo chega nesse patamar, o fluxo de energia que poderia ser dedicado a uma nova experimentação fica *patinando* no mesmo lugar, somente para sustentar de pé o velho disfuncional.

A revolução permanente deveria significar que a revolução não poderá, em realidade, jamais produzir instituições acabadas- mas, ao contrário, instituir coisas que instituem, fazer com que a soberania coletiva não se aliene mais em instituições que, novamente, se tornam autônomas.” – LAPASSADE (1977, pg 20)

⁶² “O Institucionalismo enfatiza que os grupos, organizações e movimentos instituintes devem constituir morfologias sociais estritamente funcionais, subordinadas e coerentes com suas utopias ativas. Um dispositivo instituinte, ou um grupo sujeito, protagonista de um processo transformador, deve ter sempre presente sua natureza transitória e finita. Tal consciência é pré-condição para seu bom funcionamento, que implica conjurar os riscos de cristalização do instituído. Quando um conjunto instituinte cumpriu todos os seus objetivos, ou quando constata que e não está mais conseguindo isso com a identidade que se deu, deve ser capaz de autodissolver-se para não se perpetuar como uma finalidade em si mesma”.(BAREMBLITT. 2002, p. 139)

Manejar é também saber o momento de abrir mão, de finalizar um processo. Nesse quesito, os grupelhos político da nova geração parecem saber lidar melhor com o processo de autodissolução do que os partidários da velha geração. A efemeridade passou a ser uma possibilidade, não somente um obstáculo.

O processo de degradação subjetiva é paralelo a degradação ambiental (vide os escritos de Guatarri em *Três Ecologias*), e em ambas as situações, abandonar o terreno que tem sido precarizado não significa que ele voltará a sua riqueza espontaneamente. É preciso manejo, é preciso intensionalidade. É preciso pensar em diferentes dimensões (ocupar os diferentes estratos da política, desde o chão da fábrica, o chão do asfalto até as instâncias representativas). Entender que são dimensões que não competem em si, mas se fortalecem. É preciso pensar em sucessão, longitudinalmente. É preciso pensar em podas, para pulsar o sistema, autodissolução como um recurso. Um SAF maduro já no seu 3º estágio demora bons 20 anos para se estabelecer. As árvores chamadas nobres não crescem em qualquer ambiente, e mesmo no ambiente propício precisam de décadas para se desenvolver e anos de cuidado com manejos e podas. Decidir dar fim a uma árvore centenária não deve ser algo impossível de ser feito, tampouco algo leviano. Mas uma coisa é certa: é preciso plantar, podar e manejar os restos sobre o chão, em um trabalho contínuo. Fazer, experimentar, apostar, se autodissolver, sem o medo de que talvez não haja continuidade ou, principalmente, novo acúmulo depois da autodissolução. Junho 2013 veio, aconteceu intensamente, produziu inúmeros grupelhos, iniciativas, coletivos, que nos anos seguintes se desfizeram. Mas as pessoas estão por aí, se conheceram, aprimoraram formas de trabalhar coletivamente, amadureceram suas percepções da realidade, e se muniram de mais ferramentas militantes. Depois das podas de quase tudo que se criou na crista das manifestações de junho, o nosso solo, atualmente, tem mais matéria orgânica se decompondo do que antes de 2013. E talvez olhando de cima, tudo pareça estar em perfeita ordem, uma calmaria morta. Mas por dentro, olhando de baixo, algumas tessituras finas, quase imperceptíveis, se fazem na lida cotidiana. Por debaixo de todas as merdas que ficaram se deteriorando sobre nosso atual chão, há muita vida se nutrindo e preparando o solo.

CONTÁGIOS INSURGENTES

Relato 6- Abertura da Copa do Mundo de Futebol, 12 de junho de 2014.

Já estou ouvindo os helicópteros. Ainda nem começou a concentração e a polícia já está lá em cima. Não preciso nem olhar o Facebook para saber de onde vai sair a manifestação. Da vista daqui de casa, em Santa Teresa, dá para saber se vai ser da prefeitura, da Central do Brasil, da Candelária ou Cinelândia, é só ver por onde os mosquitinhos da PM estão sobrevoando.

A dúvida desse exato momento em que estou me arrumando para ir para ato é: que personagem eu vou encarnar hoje? Todas as opções trazem uma demanda de preparação prévia, e, de frente para o armário, não sei exatamente que papel eu quero ocupar. Não há mais tempo de ocupar o lugar do político institucional/profissional. Partidos, movimentos sociais, nenhum deles colou em mim até agora, e desconfio que nenhum vá colar... então, definitivamente minhas camisas vermelhas estão nas últimas opções. Porém, esse lugar do “profissional” surgiu novamente como uma opção. Se eu quiser apostar nela, hoje é o dia para começar. É só me fantasiar de profissional da saúde -mas não de branco, isso é dar muita bola para o saber médico/biologizante - tenho que ir de Psicólogo Social, seja lá como ele se veste. Com certeza ir de calça. Isso sim. Com uma camisa neutra, sem nenhum posicionamento ideológico, ou chamativo. Levar a carteira do CRP, sem dúvidas. Preciso também pensar em argumentações e cultivar muita força interna para se portar como um mecanismo de prevenção de tortura perante os agentes de segurança. A polícia tá com a faca nos dentes, vai rolar muita agressão hoje, corporal e subjetiva. Nunca é demais ter gente disponível e pronta para atuar com a força de uma carteirada. Não são só advogados, médicos e midialivristas podem usar de sua profissão nas manifestações. A Psicologia também podia fazer isso, não é? Afinal, nossa função é promover e proteger a saúde e não só remediar. Não dá para ficar satisfeito somente com uma atuação de reparação de danos, a posteriori das violações de direitos humanos.

Porém, não sei se esse é o papel que quero assumir hoje. Confesso que estou com preguiça de bancar esse profissional engajado. Nem tanto pelo trabalho que vai dar, até porque a segunda opção também demanda muita disposição: ser a força de reserva dos companheiros Blac Blocks. Já tendo nas costas as jornadas de junho-outubro de 2013 como experiência, saquei que ir para manifestações de calça jeans, uma camiseta discreta no corpo e outra preta na mochila é sempre interessante. Não se esquecendo de preencher bem a

mochila, ela funciona melhor como escudo de bala de borracha se estiver cheia. A bala de borracha é até possível de contornar, o problema mais sério são as bombas de gás, elas estão ficando difíceis de encarar, ainda mais depois que a PM começou a utilizar aquele gás azul sinistro. Definitivamente tenho que comparar uma máscara boa de gás. Mas o problema da máscara é que dá muito na cara, se os policiais me pararem antes do ato com camisa preta, vinagre e máscara vão logo querer me enquadrar, e ao contrário do ano passado, hoje estou empregado e vai ficar difícil dizer que não vou para o trabalho porque estou detido.

Bom, Black Bloc da reserva então também não rola... se a violência chegar até mim de forma inevitável vou ter que me proteger com o que tiver disponível, mas não vou de anarquista não... Me restou então a última opção, o personagem que eu tenho mais medo. Performance. Putz, Performatizar significa estar num estado de espírito expansivo o suficiente para ter a energia de aguentar ser o foco das atenções, e isso é muito estranho para mim. Mas não posso negar que é uma opção que mais tem me atraído ultimamente. Fico instigado só de pensar em usar do meu corpo para provocar o pensamento, singularizações, instigar subjetividades revoltosas. Que frases eu escrevo no cartaz, em mim, no meu corpo, que possam criar um físsura no pensamento dominante, racista, classista, sexista, xenofóbico? Que possam provocar riso também, porque não? Podia ser um corpo-sátira, ao invés de um corpo-raivoso. Um corpo-festivo, antropofágico.

Enfim, eu não tenho fantasias. E tenho poucos acessórios, nenhuma roupa muito colorida, e também sem ideias para cartaz, para palavras de ordem ou frases irônicas. Acho que o que restou foi o kit manifestante genérico. Vinagre e uma camiseta extra escura - não preta, para não dar bandeira- carteira do CRP para qualquer coisa, uma garrafa d'água, mochila... e câmera também, não? Pode ser útil, e é sempre legal produzir imagens..."

“A ausência de projeto não é sinal de um vazio, mas a condição negativa do que Deleuze chamava de «crer no mundo» (em lugar de crer em outro mundo, ou em um mundo transformado). Pois Deleuze sustentava que a crença no mundo ou ao que nos acontece é problemática ou ao menos se tornou problemática. Não por causa das imagens e dos jogos que nos fazem perder o senso da realidade, segundo um discurso convencional. Mas porque a condição habitual desta crença desapareceu : o «fato moderno» é que os esquemas cognitivos, aos quais submetemos ordinariamente toda ocorrência da vida (que se trate do trabalho, da vida conjugal, da militância, da arte etc.), tem a tendência de aparecer hoje como são: clichês. Oscilamos entre o déjà-vu e o acontecimento nu, pois nós não sabemos fazer de outro modo senão continuar a praticar esses esquemas, que no entanto não asseguram mais sua função. É que o tema do involuntário se estende à política : em torno do conceito de «dever revolucionário» oposto ao cuidado com o porvir da revolução. Esse conceito é menos um *carpe diem* político do que uma verdadeira prova : saberemos um dia dar conta da realidade dos eventos como tais (1968...), independentemente de um plano de porvir que lhes assinale um grau de significação («repetição geral») ou de um julgamento retrospectivo que os avalie segundo seus desdobramentos (revolução traída, perdida, ou nociva)? Deseja-se sempre que um evento tenha um fim, enquanto se trata de início de uma ruptura, de uma mutação da percepção coletiva (novas relações de trabalho, de saber, de infância, com o tempo, com a sexualidade etc.). Crer no mundo é crer na realidade de suas rupturas internas. O potencial político, segundo Deleuze e Guattari residia nessas rupturas, que desconheciam sistematicamente as atitudes prospectivas e retrospectivas.” [tradução livre] (ZOURABICHVILI, 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada deve parecer impossível de mudar, afinal, tudo são montagens de máquinas, aparatos e dispositivos. “O universal não explica nada” (DELEUZE, 2007, p. 347). Nada é essência, natural ou eterno, tudo são dispositivos, agenciamentos de “linhas de estratificação ou sedimentação, linhas de atualização ou criatividade”(ibid. p. 350). Densificações na trama do presente; nós estruturantes do emaranhado de linhas que nos atravessam e nos constituem; nódulos da rede, pontos de sedimentação do campo de imanência que exercem força, imprimindo os contornos existenciais e territoriais do socius em que vivemos. “Uma Filosofia dos dispositivos” (ibid. p. 347), no qual estes possuem uma centralidade na ordenação e produção do mundo. Máquinas de produção da cidade, dos sujeitos, dos coletivos. “Dispositivo disciplinário, dispositivo carcerário, dispositivos de poder, dispositivos de saber, dispositivo de sexualidade, dispositivo de aliança, dispositivo de subjetividade, dispositivo de verdade, dispositivos de segurança, dispositivo estratégico de relações de poder” (PELLEJERO, 2008), que forçam, canalizam e capturam o caldo biopolítico da sociedade para determinados fins. Dispositivos do Aparelho do Estado, que ordenam, organizam, extraem, exploram, ditam e produzem uma sociedade-sujeitada.

Ironicamente, os institucionalistas gostavam de pensar nos dispositivos por sua positividade, engrenagens artificialmente aplicadas e dinamizadas em grupos nas suas intervenções para suscitar processos de autogestão, explorar linhas-de-fuga, escancarar a abertura de possíveis. Máquinas de acontecimento, ao invés de reprodução. Máquinas-de-Guerra. Veículos catalisadores do devir de um bando nômade, dos grupos-sujeito. Montagens para fomentar a autogestão, em contraposição à heteronomia dos mecanismos deliberativos tradicionais.

O atual esforço global de construção de um *léxico político do presente*⁶³ se anima novamente em torno da discussão sobre a necessidade de criação de novos dispositivos produtores e ordenadores da sociedade. “Conforme continuamos nossos estudos, teremos que identificar como essa marcha pela liberdade e igualdade pode se fazer duradoura, fortalecida e consolidada na formação de dispositivos sociais e políticos” (HARDT, NEGRI, 2010, p. 123). Novas máquinas de educação, trabalho, governo e sociabilidade. “Qual máquina pós-capitalista está esperando para ser imaginada na sua cabeça?” (GRIDON, JORDAN, 2013, p.31). Seus traços já são anunciados: mecanismos abertos, horizontais, livres, justos e verdes,

⁶³ Termo usado entre alguns pensadores da autonomia italiana para falar da construção de um novo vocabulário político contemporâneo

expressões de modos de se relacionar opostos à exploração, dominação, opressão e competitividade das máquinas capitalísticas. É possível, em nossa sociedade vigente, a instalação de um tipo de dispositivo caracterizado por seus agenciamentos com a Máquina-de-Guerra? É possível que os dispositivos que ainda estão por ser inventados mantenham seu caráter inventivo, criador, aberto, horizontal? Ou estamos destinados a sempre nos transmutar durante o processo de institucionalização do devir-revolucionário, estratificados por dispositivos que se consolidam nas suas alianças com o Aparelho do Estado?

O corte do Acontecimento

O acontecimento de Junho de 2013 (J13) foi nosso próprio maio de 68. Nossa *batalha de Seattle*, nossa *Praça Tahir*, *Puerta del Sol*, *Wall Street e Parque Gezi*⁶⁴. Aqui perto, do lado de casa, um lugar e tempo que foi possível esbravejar aquilo que anteriormente não encontrava um corpo social capaz de ouvir; e respirar junto daqueles que antes se encontravam isolados o gás do já intolerável presente. “O acontecimento nos faz ver aquilo que uma época tem de intolerável, mas faz também emergir novas possibilidades de vida” (LAZZARATO, 2006, p.12). Após o acontecimento Junho de 2013, não é mais possível falar e pensar sobre o presente da mesma forma. Nem pela perspectiva da esquerda, nem da direita. Pior: talvez não possamos nem mais falar em esquerdas e direitas, ao menos como falávamos antes:

Todo mundo que chegou ~~Seattle~~ [Rio de Janeiro] com suas máquinas corporais e suas máquinas de expressão voltou para casa precisando redefinir estas máquinas a partir do que fizeram e disseram enquanto estavam lá. As formas de organização política (de co-funcionamento dos corpos) e as formas de enunciação (teorias e enunciados sobre o capitalismo, sobre os sujeitos revolucionários, formas de exploração) precisam ser medidas, reavaliadas, reinterpretadas a luz do acontecimento. (ibid., p.23)
[substituição nossa, de Seattle por Rio de Janeiro]

Todos que se deixaram contagiar pelas rebeldes ruas cariocas sentiram a necessidade de fazer um exercício de repensar, e não seria diferente com o corpo desse pesquisador, que já não pode mais falar da mesma forma anterior à sua imersão no acontecimento J13. Assim como também não quer falar sobre esse acontecimento em si, e sim criar com e a partir dele,

⁶⁴ Referências as mobilizações ao redor do mundo, a saber: 1- manifestação contra o encontro da OMC em Seattle em 30 de novembro de 1999; 2- mobilização no Egito inserida no contexto das primaveras árabes em 2011; 3- acampadas espanholas em 2011; 4- ocupação contra o mercado financeiro- Occupy Wall Street, Nova York 2011; 4- manifestação na Turquia em 2013

pegá-lo pelo meio, conectar onde e como for possível, acoplar a Máquina-de-Guerra em curso, fazer parte da Multidão global, enfim, criar e/ou ocupar os dispositivos da sociedade instituinte carioca-global que se forma por entre os escombros de um sistema capitalista condenado. Ocupar suas ruínas e seus prédios- tanto os vazios como os ainda (mal) habitados- para dar outro uso a eles. Transitar de maneira nômade por entre os papéis sociais estabelecidos que já não fazem mais sentido, de pesquisador-doutorando-militante-ativista-artista-esquerda-escritor-amante-amigo-traidor-analista institucional-psicólogo, mas que, como lugares socialmente constituídos podem ser usados estrategicamente para legitimação perante os mecanismos de controle da sociedade, permitindo a esse corpo, ao mesmo tempo, viver nesse mundo e compor um outro mundo como bem entender.

Pensar nas efetuações do novo campo de possibilidades aberto de maneira visceral a partir do atual ciclo de insurgências global torna-se o imperativo dos movimentos de resistência contemporâneos. Novamente nos vemos dentro de um *período quente* da história da sociedade, “em que todo saber social esta em ebulição, onde as experiências sociais se multiplicam, as informações circulam por fora dos canais formais e criam-se condições para a apropriação crítica por parte dos coletivos do saber acadêmico” afirmando “a verdade dos saberes espontâneos e a vontade de aplicar no imediato todo o aprendido na ação instituinte” (BAREMBLITT, 2002, p.148). Esse novo horizonte acirra as disputas em torno da construção e controle dos próximos dispositivos ordenadores e produtores da sociedade. Os dispositivos estão sendo criados a um ritmo alucinante, num processo de experimentação continua de efetuação dos possíveis pela Máquina-de-Guerra, assim como de capturas e aparelhamentos do Aparelho do Estado. E o verbo OCUPAR surge como um pivô de todo esse processo, nos dando pistas sobre modos de intervir na sociedade.

O presente trabalho buscou, ao longo de diferentes abordagens e formatos de textos, fazer emergir essas problematizações. Partindo da afinidade teórico-conceitual com Guattari, Deleuze, o pensamento do movimento insitucionalista, e os Italianos Negri e Lazzarato, tomou como objeto as Jornadas de Junho e algumas experimentações de ocupações antes e depois das Jornadas.

Os relatos em primeira pessoa que permearam a tese, denominados *Contágios Insurgentes*, se portaram como *cenas analisadoras* para reforçar uma das hipóteses da tese, de que, ao menos por um breve período de tempo, houve um amplo contágio do que poderíamos caracterizar como *devir-revolucionário*. Não se restringiu aos grupos de esquerda, anarquistas, ou grupos já atuantes no cenário de ativismo e militância. Uma indignação generalizada, associada a vontade de agir coletivamente.

Os efeitos pós- Jornadas foram, em um primeiro momento, a multiplicação de coletivos e iniciativa ativistas, e posteriormente o fim dessas iniciativas, como aponta Rodrigo Nunes:

(...)se o saldo de 2013 foi muito positivo no sentido de despertar uma nova indocilidade social generalizada, ele foi também bastante negativo do ponto de vista organizativo. Em junho de 2013, havia o MPL trazendo um acúmulo de uma década, os Comitês Populares da Copa, o Bloco de Lutas, o Defesa Pública da Alegria, uma série de outras coalizões e frentes e convergências já constituídas ou que foram se constituindo no processo. Por vários motivos, que vão da repressão a erros de avaliação e perda de confiança, a maioria destas identidades coletivas com poder de convocação e organização desapareceu desde aquele momento. (NUNES, 2016)

Apesar da concordância com o fato que houve uma diluição dessas identidades coletivas, sejam aquelas que já se organizavam antes de junho, sejam aquelas que surgiram durante e depois, a percepção é que, de alguma forma, o acúmulo produzido nesse evento insurgente não se desfaz no ar. Acúmulo de reflexões; de instrumentos, ferramentas, táticas e estratégias ativistas; acúmulo de capacidade de organização em redes; acúmulo de contatos e conexões das mais variadas; e, principalmente, um acúmulo de uma vivência insurgente compartilhada coletivamente. Vivências que criam rupturas na subjetividade dominante.

Uma pista que talvez ajude a entender o findar de tantos coletivos logo após as Jornadas seja a observação de Lazzarato, na citação destacada nas páginas anteriores. Após um evento-acontecimento da magnitude de Junho (ou então da magnitude das ocupações secundaristas), é necessário um momento de reavaliação e reflexão. Repensar o próprio modo de atuar, incorporar aquilo que foi aprendido, desconstruir e destruir o que não faz mais sentido. No instante insurgente, não é possível fazer esse movimento. O imperativo é agir. Mas posteriormente, talvez seja o oposto: pensar, antes de agir.

Ao começo do trabalho, foi destacado uma pequena frase do Comitê Invisível: “nós, os revolucionários, fomos derrotados (...) porque fomos privados, continuamente, da revolução enquanto *processo*” (COMITÊ INVISÍVEL, 2013, p. 13). A privação de viver a revolução enquanto processo se dá por múltiplos motivos: um primeiro, pelo vício de pensamento, apontado por Guattari e Deleuze e explicitado nos escritos de Zourabichvili na abertura desse capítulo: pensar um acontecimento exclusivamente a partir do seu porvir (o que será feito dele), ou numa atitude de julgamento retrospectivo. Viver a revolução enquanto processo é sempre pegar o acontecimento pelo presente. Por aquilo que cria de rupturas no

agora, e o pensamento do que fazer com tais rupturas também no agora.

Um segundo motivo que também produz a privação de viver a revolução enquanto processo pode ser entendido a partir da contribuição do pensamento dos institucionalistas, expresso nos conceitos de *Efeito Mulhman*, assim como o de *princípio de falsificação* (HESS, 2007). O primeiro diz da tendência de recuperação, ou de integração, de forças sociais marginais e instituintes em formas equivalentes àquelas já existentes. Uma captura das forças vivas do movimento em estruturas e normas organizacionais oficiais e burocráticas. Já o *princípio de falsificação* vem em decorrência do Efeito Mulhman: uma vez fundada uma organização, tende-se a esquecer, ou até mesmo negar os objetivos iniciais pela qual a organização foi fundada, em prol de objetivos próprios, de autopreservação institucional.

Nesse quesito, a ideia de autodissolução pode ser um aliado. E novamente cabe reforçar que uma autodissolução não significa a perda do produzido/construído/acumulado por um coletivo. Esse é um dos argumentos centrais no ensaio sobre Sistemas Agroflorestais. A afirmação da poda e cortes tanto como uma ação para *pulsar* o sistema, como uma ação para nutrir o solo. Autodissolver um coletivo, quando este avalia que não tem mais pernas, ou mesmo quando tem uma configuração-funcionamento que *gora-e-gruda*⁶⁵. Abrir mão do coletivo, nesse contexto, é liberar energia para voltar a circular, entendendo a desistência não como uma derrota, uma vez que o que foi produzido anteriormente é agora matéria orgânica ao chão. Não se perde, se recicla, e fortalece o que vem na sucessão.

A autodissolução também é uma tática de sobrevivência. Pensando com os conceitos de Máquina-de-Guerra e de Zonas Autônomas Temporárias, podemos entender essa afirmação. Dissolver, desfazer, para então se reagrupar em outro lugar, outro momento, outra ação, outro agenciamento. Os Black Blocs incorporaram tal movimento na prática, no próprio momento de ação durante as manifestações, justamente como forma de diminuir a possibilidade de serem reprimidos, agredidos ou presos. Pulverizam-se, desfazendo o bloco. Após as Jornadas, o rebate foi forte, em termos de criminalização e perseguição de militantes e ativistas, e dissipar pode ser uma estratégia importante de preservação frente a *caçada por cabeças* que o estado operou desde então.

O que aprendemos com as Jornadas e ocupações secundaristas é que, quando a janela

⁶⁵ Conceito criado por Suely Rolnik no livro *Cartografias sentimentais* para explicar um dos movimentos/configurações de sua personagem conceitual, a noivinha. Das máscaras possíveis assumidas na sua existência, uma delas não vinga, mas *gora*, torna-se “obsoleta, não funciona mais como condutor de intensidades: esfriou, perdeu a graça.” (ROLNIK, 2014, p. 41) E mesmo *gorando*, uma máscara que *gruda*, impedindo o movimento de reinvenção de si. Em termos de coletivos e movimentos sociais, o *gorar* poderia ser entendido em paralelo ao Efeito Mulhman e o Princípio de Falsificação expostos anteriormente.

histórica do momento de insurgência se abre, muito rapidamente sujeitos e coletivos conseguem se organizar em torno de uma pauta, um objetivo. Praticamente de um dia para o outro. No Rio de Janeiro em 2017, essa capacidade de rápida organização se fez presente quando a prefeitura anunciou o fechamento de algumas unidades de Clínicas da Família. De um dia para o outro os Agentes Comunitários de Saúde se conectaram e conseguiram organizar atos de repúdio e outras formas de mobilização. O movimento se fez pela necessidade, e, aí então se materializou, sob o nome *Nenhum serviço de saúde a menos*. Em menos de 10 dias, frente a uma ampla mobilização, a prefeitura recuou.

Quando a janela de insurgência se abre, os antigos contatos da rede de ativismo se refazem, e a multiplicidade de sujeitos e coletivos, aparentemente adormecidos, colocam a disposição uma multiplicidade de recursos para contribuir com a ação insurgente. As vezes essa janela se abre por um insistente trabalho de base em prol de uma pauta (como no caso do MPL, com a redução das tarifas). As vezes é uma resposta a algum processo de precarização (fechamento das escolas, ou fechamento de Clínicas da Família). O que é certo é que se abrem, continuamente, ao longo da história. Nessas aberturas, abre-se também a oportunidade de viver a revolução enquanto processo.

“Uma revolução popular é sempre um **processo** que começa a substituir o Estado por uma sociedade polimorfa, por um novo sistema institucional que não seja mais submetido ao domínio central, e no qual as instituições da Sociedade deixam de ser instituições dominantes. (...) Desde o começo da revolução, novas instituições, suscitadas pelo próprio desenvolvimento do processo revolucionário, prefiguram o que poderia ser a nova sociedade.” [grifo nosso](LAPASSADE, 1977, p. 20)

Se a Primazia é das resistências (como afirmado no primeiro parágrafo dessa tese), podemos afirmar que a janela aberta por um momento de insurgência permite a proliferação de experimentações instituintes que *prefiguram o que poderia ser a nova sociedade*. A ansiedade de tornar essas experimentações, vivências, e até suas *máquinas pós-capitalistas* em instituições consolidadas não deve atropelar nossa capacidade de captar e aprender tanto as sutis como gritantes criações de tais experiências. Senão, somente estamos moldando as inovações sociais criadas pelas resistências nos velhos padrões já dados.

Em um evento recente, no âmbito do campo da Saúde Coletiva, um antigo militante sanitaria fez uma observação sobre nosso atual momento de perdas. Disse que em um contexto de avanços progressistas já sabemos o que fazer. Em termos da pauta sanitaria, temos um vasto acúmulo de recursos prontos para serem investidos e materializados em ações e políticas públicas: discussões teóricas, tecnologias leves e uma infinidade de pessoas

alinhadas com as diretrizes do SUS e do movimento sanitarista para atuar tanto na gestão como no trabalho da ponta. Riqueza de recursos de fazer inveja a qualquer outro país. O que nos falta hoje, e se coloca como um desafio, é recursos e pessoas para enfrentamento em um contexto de retrocessos. Nos faltam estratégias e táticas para conter retrocessos, e principalmente pessoas disponíveis para *ocupar* os cargos de trabalho, a fim de não deixá-los ociosos para uma ocupação mais conservadora, acelerando assim o ritmo de desmonte da saúde pública brasileira.

Óbviamente, viver e trabalhar em um contexto everscente, produtivo, progressista, é muito mais animador do que no atual contexto de 2018. Assim como experimentar dispositivos ativistas instituintes era muito mais interessante e prazeroso no contexto de insurgências de 2013. Mas justamente nesses momentos prazerosos que o desejo circula intensamente, que contagia de forma generalizada, existe um contexto de *abundância*. Nessas situações, um corpo coletivo se forma rapidamente, ritmado pelo investimento compartilhado do desejo, e as ações e intervenções sobre a realidade não precisam de incentivo externo para se materializar. Esse movimento de ação se efetua pela simples necessidade que o corpo tem de se expressar. Pensar em situações de insurgente, então, não é para se preparar e projetar o que fazer quando elas surgirem. Mas, pensar na insurgência é tentar extrair os aprendizados ocorridos ali para recolocá-los sobre o presente, tanto para nos auxiliar no exercício de pensamento sobre o que fazer, quanto para cultivar, mínimamente, um devir-revolucionário aceso. Se o estado de insurgência é o estágio de *abundância* dos movimentos de resistência, o cenário de retrocesso atual se compara ao estágio de acumulação⁶⁶. Estágio que nos falta recursos e energia, onde pouco consegue ser produzido e o terreno parece bastante castigado, pouco fértil. Por isso mesmo, necessitando de manejo.

Como apontado no início do texto, durante e após as Jornadas de Junho diversas ativistas e coletivos denunciaram práticas de machismo dentro dos círculos militantes. Vimos também o crescimento da discussão do racismo, do privilégio branco e a denúncia da constante reprodução de subjetividades colonizadas. Tenho a impressão que nesse momento não-expansivo (no estágio de acumulação), a tarefa micropolítica mais importante é fazer reverberar o que os movimentos minoritários estão denunciando. De nada adiantaria um novo momento insurgente, ou progressista, se este colocar para funcionar os mesmos mecanismos de segregação, sutis ou não, do racismo e machismo. Se agora é hora de se desfazer e

⁶⁶ Pensando aqui abundância e acumulação a partir da discussão sobre entropia-sintropia elaborado por Ernst Gotsh, discutido no texto sobre agroflorestas no presente trabalho.

dissolver nossas construções militantes, que dissolva e desconstrua também as marcas e mecanismos marginalizantes expressos nos círculos militantes, nos modos de organização e nos modos de nos relacionar. Entendo esse processo de desconstrução e reconstrução dentro dos próprios círculos ativistas uma espécie de manejo micropolítico. Alguns militantes/ativistas/intelectuais adeptos da lógica da Política Monocultural esbravejam que a atenção às pautas identitárias é desvio de foco, que deveria ser o enfrentamento aos grandes retrocessos, golpes e investidas neoliberais. Não entendo assim. Entendo que revoluções e rupturas subjetivas, de qualquer tipo, se desdobram em mais rupturas subjetivas. Se no atual momento as rupturas não partem mais da rua, que partam agora de dentro de onde vivemos e trabalhamos. O momento de ampla experimentação da rua certamente ressurgirá, e até lá a *tarefa* revolucionária não deve ficar suspensa, ao contrário, se torna ainda mais pertinente. O esforço é de não permitir que as cascas que crescem sobre as nossas peles para nos proteger das violências cotidianas nos privem de se conectar com o outro. Nos tornem insensíveis às vivências alheias, nos tirando a capacidade de viver a revolução enquanto processo também de rupturas subjetivas pessoais. Revolução enquanto processo de reorganização e reorientação de nossa inscrição no mundo, confrontando, continuamente, nossas implicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU.G. Humor. In RIBAS, C.(org) **Vocabulário político para processos estéticos.** (online) 2014. Disponível em < <http://vocabpol.cristinaribas.org/>> acesso em 05 de maio de 2016.

AGUIAR, K. BERZINS, F. Habitar as bordas e pensar o presente. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, jul./set. 2014. p. 437-448.

AMADOR, E. **Baía de Guanabara: Ocupação histórica e avaliação ambiental.** Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.

AUGUSTO; RODRIGUES, T. . Política, participação e resistências na sociedade de controle: entre indignados e a antipolítica. **Pensamiento Próprio**, v. 40, 2014.p. 227-250.

AUGUSTO, A; RESENDE, P. E. R. ; ROSA, P. O. . Capturas e Resistencias nas Democracias Liberais: uma mirada sobre a participacao dos jovens nos novissimos movimentos sociais. **Estudos de Sociologia**, v. 21, p. 21-37, 2016.

AUGUSTO, A. Mais além do contra o golpe: subsídios para uma analítica do campo de luta. **Revista Ecopolítica**, v. 15 p. 56-78, 2016.

_____. Protestos contra a copa do mundo de 2014 no Brasil: quando o enfrentamento coloca as posições das forças. **Revista Esferas** , v. 7, p. 153-162, 2016.

_____.Antipolítica e nova política: o movimento antiglobalização, anarquia e os governos do Sul. I **Congresso de Investigadorxs sobre anarquismo** , v. 1, p. 1-15, 2017.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes institucionalistas.** Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BARROS, R. D. B. Guattari e as filiações. In: **Caderno de Subjetividade/ Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estdos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP- v.1, n.1.** São Paulo, 1993. pg. 51-52.

BEY, H. **TAZ: zonas autônomas temporárias.** São Paulo: Conrad, 2001.

BOOKCHIN, N., BROWN, P., EBRAHIMIAN, S., COLECTIVO ENMEDIO., JUNASZ, A., MARTIN, L., MIRZOEFF, N. et al. **Militant Research Hand-book.** New York University, 2013. Disponível em http://www.visualculturenow.org/wpcontent/uploads/2013/09/MRH_Web.pdf. acesso em 10 de setembro de 2013.

CAMPOS, A. M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M. M. **Escolas de luta.** São Paulo: Veneta, 2016.

CAVA, B. **A Multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out).** São Paulo: Annhablume, 2013.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição.** São Paulo, n-1 edições, 2016.

DELEUZE, G. Três problemas de grupo. In: GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2004 p. 8-19.

_____. What is a Dispositif. In Lapoujade, D (org): **Two Regimes Of Madness**. New York: Semiotext, 2007.p. 343-352.

_____. **Em medio de Spinoza**. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____, F. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. São Paulo: 34. 1996.

_____, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo: editora 34, 2007.

DOSSÊ, F. *Gilles Deleuze & Felix Guattari: biografias cruzadas*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FACÇÃO FICTÍCIA. **Balaklava: um chamado a guerra nômade** (livro online). 2014. Disponível em : https://faccão fictícia.noblogs.org/files/2015/08/zBK_P_editores_2016_cleaned.pdf . acesso em 25 de fevereiro de 2015.

FERRAZ, M. C. F. **Homo Deletabilis** – corpo, percepção, esquecimento do século XIX ao XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FERREIRA, I. Carnavandalirismo. In: RIBAS, C.(org) **Vocabulário político para processos estéticos**. (online) 2014. Disponível em < <http://vocabpol.cristinaribas.org/>> acesso em 05 de maio de 2016.

FLOOD, C. GRINDON, G. (editores). **Disobedient Objects**. Catalogue. London, Victoria and Albert Museum, 2014.

FOUCAULT, M. **Orden interior y control social**. Cuadernos de Marcha, 2(9), 11-12. 1986.

_____. É inútil revoltar-se? In: _____. **Ditos & escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

_____. Prefácio- O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista (1977). Em: **Ditos e escritos VI**. Repensar a Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo**. São Paulo: Brasiliense. 1987

_____. **As Três Ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1990.

GRINDON, G. JORDAN, J. **Guia para exigir o Impossível**. Laboratory of Insurrectionary Imagination, Londres, 2010.

HERSCHMANN, M.. Ambulantes e prontos para a rua: algumas considerações sobre o crescimento das (neo) fanfarras no Rio de Janeiro. **Logos** (Rio de Janeiro. Online), v. 2, p. 1-19, 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

HARDT, M., NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

_____. **Commonwealth**. Cambridge, Massachussetts: Harvard, 2010.

HESS, R. Do efeito Mühlmann ao princípio de falsificação:instituinte, instituído, institucionalização. **Mnemosine** Vol.3, nº2, p. 148-163. 2007.

HOITICICA, C. B. **Junho: a rua sem nenhum caráter**. 2017. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. São Paulo: n-1 edições, 2015.

LAZZARATO, M. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

_____. **Signos, máquina e subjetividade**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

LOBATO, C. P. **Devir-democrático e alter-políticas** : ensaio etnográfico sobre assembleias populares horizontais do Rio de Janeiro . 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOURAU, R. Pequeno Manual de Análise Institucional. In: Sônia Altoé (org). **René Lourau: analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004, p 122-127.

_____. **El estado inconsciente**. La Plata: terramar, 2008.

LUDD, N.(org) **Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação global**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MAIA, A. B. **Ministério Público, Megaempreendimentos e Conflitos Socioambientais: a atuação no litígio entre pescadores artesanais e a indústria do petróleo na Baía de Guanabara**. 2014 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MEDEIROS, J. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia (51): 87-117, jul./dez. 2014.

MENDONCA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo , n. 66, p. 130-159, Abr. 2017 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742017000100130&lng=en&nrm=iso. acesso em 17 de julho de 2018.

MEZZADRA, S; NEILSON, B. **Bord as method: or the multiplication of labor**. Durhan and London: Duke University Press. 2013.

MONTEIRO, A; COIMBRA, C; MENDONÇA FILHO, M. Estado democrático de direito e políticas públicas: Estatal é necessariamente público? In: **Psicologia & Sociedade**, vol. 18, n. 2, Porto Alegre, p. 7-12, mai./ago. 2006.

NUNES, R. **Organisation of the organisationless: the question of organisation after network**. Berlin: Mute Books, 2014.

_____. Liderança Distribuída. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 09, p. 10-19, 2016.

OLIVEIRA, L. M. B. **Corpos indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica**. São Paulo: Beca. 2007.

ORTELLADO, P. **Pablo Ortellado. A experiência do MPL é aprendizado para o movimento autonomo não só do Brasil como do mundo**'. (Entrevista a Coletivo DAR e Desinformémonos). Disponível em: <http://coletivodar.org/2013/09/pablo-ortelladoexperiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimentoautonomo-nao-so-do-brasil-come-do-mundo/> acesso em 10 de junho de 2014.

_____. Experiência do MPL é aprendizado para o movimento autônomo não só do Brasil como do Mundo. Entrevista ao **Coletivo DAR**, 10 set. 2013. Disponível em: <http://coletivodar.org/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-come-do-mundo>. acesso em 20 de março de 2015.

PASSETTI, E. ; AUGUSTO, A. O drama da multidão e os trágicos black blocs: e busca do constituinte como destino e ação direta.. **Revista Ecológica**, v. 9, p. 1-16, 2014.

PELBART, P. Um direito ao silêncio. In: **Caderno de Subjetividade**/ Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estdos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP- v.1, n,1 (1993) – São Paulo 1993. p.41-48.

_____. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2009.

_____. **Carta aberta aos secundaristas**. São Paulo, 28 abr. 2016. Disponível em: <http://cgceducacao.com.br/carta-aberta-aos-secundaristas/> acessado em 01 de agosto de 2018.

PELLEJERO, E. Dos dispositivos de poder ao agenciamento da resistência. **ComCiência** no. 98. Campinas, 2008.

REIS, A. L. R. **Olhares possíveis sobre a crise: medicalização da vida e práticas de cuidado no contemporâneo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/ Rio de Janeiro.

RIBAS, C.(org) **Vocabulário político para processos estéticos**. (online) 2014. Disponível em < <http://vocabpol.cristinaribas.org/>> acesso em 05 de maio de 2016.

RICHARD J. F. D. **Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements**. London: Pluto Press, Toronto: Between the Lines, 2005.

RODRIGUES, H.C.B. **No rastro dos cavalos do diabo - memória e história para uma reinvenção de percursos do grupalismo-institucionalismo no Brasil**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano)- Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROLNIK, S. GUATTARI, F. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7ª ed. Revisitada. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre, Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

ROOS, J. E. Autonomy: an idea whose time has come?. **ROAR: Journal of the Radical Imagination**, pp. 1-27. Disponível em: http://www.academia.edu/3778603/Autonomy_An_Idea_Whose_Time_Has_Come. Acesso em 20 de outubro de 2013.

ROOS, J. E., & OIKONOMAKIS, L. We are everywhere! The autonomous roots of the real democracy movement. **ROAR: Journal of the Radical Imagination**. 2013 Disponível em: http://www.academia.edu/4342422/The_Autonomous_Roots_of_the_Real_Democracy_Movement. Acesso em 20 de outubro de 2013.

SALLES, M. **CAOSMOFAGIA: a arte dos encontros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SARMENTO, R; REIS, S; MENDONÇA, R. F. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 22, p. 93-128, abr. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000100093&lng=en&nrm=iso. acesso em 17 de julho de 2018.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013 disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 Jul 2018.

SOLANO, E. Entrevista ao Jornal El País. In: BRUM, E. Black Bloc, os corpos e as coisas: como os mascarados desmascaram o Brasil do ‘mais um direito a menos’. **El País** (on line). 13 set. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/12/opinion/1473693538_681813.html. Acesso em 14 de outubro de 2016.

SOLANO, E. MANSO, B. P. NOVAES, W. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração editorial, 2014.

SOUZA, A.M.P. **Modulações militantes por uma vida não fascista**. 2016.Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TAVARES, B. D. “**Olha eu aqui de novo!**” A tomada das ruas em 2013 e sua poesia inesgotável. 2018 Tese (Doutorado em Letras). Pós –Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, E. T. O Ocupa Rio e sua inserção no movimento mundial. **Passa Palavra** (jornal on-line). 8 nov. 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/11/48081>. Acesso em 10 de junho de 2015.

TIBLE, J. O Partido e a ordem. **Carta Maior** (online) 23 fev. 2014. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-partido-e-a-ordem/4/30325> acesso em 05 de março de 2014.

TIBOLA, T. **Histórias de sintonias e fronteiras: escutar, ocupar, dissentir a cidade**. 2014.Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro.

VERGARA, C. T. **Corpo Transgressão: manifesto performance** (Uma análise da economia política do corpo em performances de rua no Rio de Janeiro). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VINÍCIOS, L. **Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista**. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014.

ŽIŽEK, S. Problemas no paraíso. In D. Harvey et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que ganharam as ruas do Brasil** (pp. 101-108). São Paulo: Boitempo Editoria, 2013.

ZOURABICHVILI, F. **Les deux pensées de Deleuze et de Negri: une richesse et une chance**. Multitudes 9 : mai-jun 2002.

Filmografia:

CYRÍACO, R. **Ninguém é Black Bloc**. Rio de Janeiro, 2015.

FRIELDBERG, J. **Un pouquito de tanta verdad**. EUA/México, 2007. disponível [leg port] em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ezA15AiWtE> acesso em 10 de setembro de 2013

MARIANO, J. **Desde Junho**. Rio de Janeiro, Jurubeba Produções, 2018.

NIGÉRIA AUDIOVISUAL. **Com Vandalismo**. Ceará, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s> acesso em 20 de março de 2018.

PAIN, F. POLACK, J. SIVADON, D. **François Tosquelles: Une politique de la folie**. França, 1989. disponível em: <https://vimeo.com/167991974> acesso em 10 de agosto de 2014.

PRONZATO, C. **A partir de agora: as Jornadas de Junho no Brasil**. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3dlPZ3rarO0> acesso em 20 de março de 2018

WAINER, J. **Junho**. São Paulo, 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9qcrPve51qo> acesso em 20 de março de 2018